



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)

GRACIEDA DOS SANTOS ARAÚJO

UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO NO TERRITÓRIO DO SISAL - BAHIA

São Paulo
2016

GRACIEDA DOS SANTOS ARAÚJO

**UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO NO TERRITÓRIO DO SISAL - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

Co-orientadora: Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo.

São Paulo

2016

Araújo, Gracieda dos Santos.
A663 Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural
solidário no Território do Sisal-Bahia / Gracieda dos Santos Araújo. – São
Paulo, 2016.
178 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

Co-orientador: Maria Nalva Rodrigues Araújo Bogo.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Cooperativas de
crédito agrícola – Brasil. 4. Economia solidária. 5. Brasil – Agricultura
familiar. 6. Educação do campo – Brasil. 7. Associação das Cooperativas da
Agricultura Familiar. I. Título.

CDD 379.173

GRACIEDA DOS SANTOS ARAÚJO

UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO NO TERRITÓRIO DO SISAL - BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

Co-orientadora: Maria Nalva R. de A. Bogo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Boas (Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Luis Antônio Pasquetti (Universidade de Brasília)

São Paulo, 23 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio incondicional,
Carinhosamente à Gracineia Araújo, irmã-companheira deste meu percurso acadêmico.

Ao estimado orientador, Professor Pedro Ivan Christóffoli, por me ajudar a ler o mundo para além das aparências.

À estimada coorientadora, Professora Maria Nalva Araújo Bogo e a todos que colaboraram com reflexões teórico-metodológicas, relevantes à materialidade desse estudo.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, à Via Campesina e à Escola Nacional Florestan Fernandes, pelo acolhimento, aprendizado e convicção da luta por uma sociedade socialista.

Aos companheiros e companheiras de turma que, de maneira coletiva, trouxeram elementos importantes à qualificação das nossas ideias.

Aos educadores, dirigentes, técnicos e cooperados do Sistema ASCOOB que, gentilmente, contribuíram com as informações, entrevistas e reflexões sobre questões-chave deste trabalho.

Ao Sr. Naidison de Quintela Baptista, por sua presteza e contribuição necessária à qualidade de nossas análises.

Ao estimado amigo Angelo Moura, por ajudar-me com suas habilidades técnicas e conhecimentos cartográficos, sempre que necessito.

A Petrócio C. Alves, estudioso das questões político-territoriais do Cariri Paraibano, pelas pequenas -grandes contribuições.

Deixo registrado meu mais sincero agradecimento ao TERRITORIAL, ao IPPRI, bem como o apoio financeiro do CNPQ, e às pessoas especiais com quem cruzei ao longo desse percurso, desde as nossas andanças pelo Continente Latino Americano: aos companheiros do MOCASE – VC, aos professores e colaboradores da UNLP e UNSE, Argentina. Enfim, todos que, de alguma maneira, somaram à minha formação humana e acadêmica.

Quem não se movimenta, não sente as correntes que os prendem.

(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo central investigar a ação pedagógica, desenvolvida pelas cooperativas de crédito rural do sistema ASCOOB, no Território do Sisal, tendo em vista a perspectiva da transformação social e a construção de outra lógica de desenvolvimento rural. A partir das reflexões realizadas ao longo desse processo de investigação, observamos que a política de educação da ASCOOB possui bases teórico-metodológicas ainda muito inconsistentes, não podendo ser definida, de fato, como uma ação político-pedagógica de viés transformador/libertador. A pesquisa revelou que as ações desenvolvidas pelas cooperativas promovem conflitos e contradições, tanto internamente, entre interesses pessoais e coletivos, como na relação externa, entre parceiros e cooperados, e na relação com o Estado, o que se dá no âmbito do acesso das políticas públicas, destinadas ao desenvolvimento do território camponês. Esses conflitos e contradições não se encerram, simplesmente, com a criação de algumas linhas de crédito para suprir as necessidades dos seus cooperados. Apesar dessas contradições, é possível afirmar que a criação das cooperativas de crédito solidário no Território do Sisal foi fundamental para o acesso ao crédito, por parte dos agricultores historicamente excluídos pelo sistema tradicional bancário. Apesar disso, a dificuldade de acesso do crédito rural PRONAF é uma questão ainda não resolvida, implicando na carência de tecnologia e infraestrutura para melhoramento da produção no campo. Observa-se que o cooperativismo de crédito solidário no Território do Sisal avançou, mas dentro do limite das contradições do Estado, estabelecido pela modernização conservadora, ou “revolução passiva”, vivida pelo país na última década. Evidencia-se, por tanto, que a construção do projeto contra-hegemônico de desenvolvimento, através da organização e da luta dos trabalhadores, perpassa pelo aspecto da formação político-ideológica. Com efeito, a construção do conhecimento é fator primordial para a construção de projetos que se propõem à superação da sociedade de exclusão, sendo indispensáveis os estudos e pesquisas da realidade dos trabalhadores do campo, afim de que se possa qualificar a prática social de construção de um meio rural, contraposto à lógica do desenvolvimento hegemônico.

Palavras-chave: Cooperativismo de crédito rural. Economia solidária. Educação popular. Sistema ASCOOB.

ABSTRACT

This work had as main objective to investigate the pedagogical action developed by rural credit cooperatives of ASCOOB system, in the Territory of Sisal, in view of the prospect of social transformation and the construction of another logic of rural development. From the reflections made during this research process, we observed that ASCOOB educational policy has theoretical and methodological bases still very inconsistent, and It can not be defined, in fact, as a political-pedagogical action of transformer / liberator bias. The survey showed that the actions developed by the cooperatives promote conflicts and contradictions, both internally, between personal and collective interests, as the external relationship, between partners and cooperative members, and in the relationship with the State, what happens in the access of public policies, for the development of peasant territory. These conflicts and contradictions do not end, simply, with the creation of some lines of credit to supply the needs of its members. In spite of these contradictions, it is clear that the creation of solidarity credit cooperatives in the Sisal Territory was essential for the access to credit, by farmers that were historically excluded from the traditional banking system. Nevertheless, the difficulty of PRONAF rural credit access has not been solved, resulting in the lack of technology and infrastructure to improve production in the countryside. It is observed that the cooperativism of solidarity credit in the Territory of Sisal advanced, but within the limits of the state's contradictions, established by the conservative modernization, or "passive revolution", experienced by the country in the last decade. It is evidenced, therefore, that the construction of the counter-hegemonic development project, through the organization and the struggle of workers, moves through the aspect of the political and ideological training. Indeed, the construction of knowledge is fundamental factor for the construction of projects that aims to overcome the exclusion of society, and the studies and research of the reality of rural workers are indispensable, so that it would qualify the social practice of a rural area construction, opposed to the logic of the hegemonic development.

Keywords: Rural credit cooperativism. Solidarity economy. Popular education. ASCOOB system.

RESUMEN

Este trabajo ha tenido como objetivo central investigar la acción pedagógica, desarrollada por las cooperativas de crédito rural del sistema ASCOOB, en el Territorio do Sisal, teniendo en vista la perspectiva de la transformación social y la construcción de otra lógica de desarrollo rural. A partir de las reflexiones llevadas a cabo a lo largo de este proceso de investigación, observamos que la política de educación de la ASCOOB posee bases teórico-metodológicas todavía inconsistentes, no pudiendo definirse, de hecho, como una acción político-pedagógica de carácter transformador/liberador. La investigación ha revelado que las acciones desarrolladas por las cooperativas promueven conflictos y contradicciones, tanto interna, entre personas y colectivos, como en la relación externa, entre socios y cooperados, y en la relación con el Estado, que ocurre en el ámbito del acceso a las políticas públicas, destinadas al desarrollo del territorio campesino. Esos conflictos y contradicciones no se solucionan, sencillamente, con la creación de alguna línea de crédito para mitigar las necesidades de sus cooperados. Pese a esas contradicciones es posible afirmar que la creación de las cooperativas de crédito solidario en el Territorio do Sisal ha sido fundamental para el acceso al crédito, por parte de los agricultores históricamente marginados por el sistema tradicional bancario. A pesar de eso, la dificultad de acceso al crédito rural PRONAF es una cuestión todavía no solucionada, que se refleja en la carencia de tecnología e infraestructura para la mejoría de la producción en el campo. Se observa que el cooperativismo de crédito solidario en el Territorio do Sisal ha avanzado, pero dentro del límite de las contradicciones del Estado, establecido por la modernización conservadora, o “revolución pasiva”, vivida por el país en la última década. Se evidencia, por lo tanto, que la construcción del proyecto contrahegemónico de desarrollo, a través de la organización y de la lucha de los trabajadores, va más allá del aspecto de la formación político-ideológica. Con efecto, la construcción del conocimiento es un factor primordial para la construcción de proyectos que se imponen para la superación de la sociedad de exclusión, siendo indispensables los estudios e investigaciones de la realidad de los trabajadores del campo, a fin de que se pueda cualificar la práctica social de construcción de un medio rural, contrapuesto a la lógica del desarrollo hegemónico.

Palabras-clave: Cooperativismo de crédito rural. Economía solidaria. Educación popular. Sistema ASCOOB.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual dos associados às cooperativas de crédito ASCOOB, no Território do Sisal (púbico rural)	135
Gráfico 2 - Desempenho do crédito rural (PRONAF/ASCOOB), entre 2003-2009:	139
Gráfico 3 - Aplicação do PRONAF-A via Banco do Brasil pelas cooperativas ASCOOB (2005-2009).....	140
Gráfico 4 - Aplicação do PRONAF-A via Banco do Brasil Pelas cooperativas ASCOOB (2008 – 2011)	140
Gráfico 5 - Microcrédito liberado pela ASCOOB (2014 - 2015).....	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados sobre as cooperativas integrantes da ASCOOB Associação (1999)	48
Quadro 2 - Produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas ASCOOB no Território do Sisal (2015)	92
Quadro 3 - Espaços participados pelo Sistema ASCOOB no âmbito da ATER	97
Quadro 4 – Demonstrativo de desempenho do Microcrédito ASCOOB – 2014.....	142
Quadro 5– Demonstrativo de desempenho do Microcrédito ASCOOB - 2015	143

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Território do sisal no estado da Bahia	21
Mapa 2 - Área de abrangência das Cooperativas da Agricultura Familiar e Solidária no Brasil – Ramo Crédito.....	49
Mapa 3 - Área de atuação das cooperativas de crédito rural solidário no Território do Sisal (municípios com sede e PACs).....	87
Mapa 4 - Área de atuação da ASCOOB – Estado da BA	97
Mapa 5 - Área de atuação ASCOOB – Estado de SE.....	98
Mapa 6 - Área de atuação ASCOOB - Estado de AL.....	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Metodologia do Microcrédito ASCOOB.....	95
Figura 2 - Estrutura Político-organizativa do DECOOP ASCOOB – (Organograma).....	102
Figura 3 -Cartaz de divulgação do serviço de poupança para crianças das Cooperativas ASCOOB.....	111

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Sede da ASCOOB COOPERAR, criada em 1997, no município de Araci-BA – Território do Sisal.....	90
Fotografia 2 – Representantes da ASCOOB na 15ª Assembleia Geral Ordinária da Itapicuru	91
Fotografia 3 – Sócios cooperados na 15ª Assembleia Geral Ordinária da ASCOOB Itapicuru	92
Fotografia 4 - Trabalho de Educação Financeira Infantil em escolas da rede pública municipal de Serrinha-BA, desenvolvido pela ASCOOB Sisal.....	112
Fotografia 5 – Capacitação de cooperados “empreendedores”, desenvolvida por consultor do SEBRAE, na Sede da ASCOOB Cooperar, no município de Araci-BA.....	114
Fotografia 6 - Trabalho de base com agricultores familiares beneficiados pelo serviço de Chamada Pública Federal de ATER, no município de Tucano-BA.....	124
Fotografia 7 - Agricultor familiar do município de Santaluz-BA, assentado de reforma agrária, região de Mocambinho.	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCOSOL	Associação Nacional das Cooperativas de Economia Solidária
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
APAEB Valente	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
ATER	Assistência Técnica Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB	Banco Cooperativo do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
CAF	Crédito Fundiário na linha de Consolidação da Agricultura Familiar
CDA/ Araci	Central de Fundo e Fechos de Pasto, a Central de Associações de Araci
CEAIC	Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santaluz
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CETA	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
CLACSO	Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales
CMDR	Conselho Municipal e Desenvolvimento Rural
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODES SISAL	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONFESOL	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
CONSISAL	Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal
COOAPIT	Cooperativa dos Apicultores de Tucano
COOCRESE	Cooperativa de Crédito Rural de Serrinha Ltda.
COOPERE	Cooperativa Valentense de Crédito Rural
COORDECOOP	Coordenação Colegiada Cooperativista

CPR	Cédula de Produto Rural
CREDIs	Cooperativas de Crédito Rural
CREHNOR	Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária Ltda
CRESCER	Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar com Interação Solidária
CRESOL	Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
DECOOP	Departamento de Educação Cooperativista
DECs	Departamentos de Educação Cooperativista
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EDUCOOP	Educação Popular Cooperativista
ELAA	Escola Latino-Americana do Paraná
ENA	Escola Nacional de Agroecologia do Equador
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da <i>Reforma Agrária</i>
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EQUIP	Escola de Formação Quilombo dos Palmares
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FORMACOOOP	Programa de Formação de Gestores Cooperativistas e Sociais
FORMACOOOPs	Formação de Novos Quadros de Dirigentes Cooperativistas
IALA	Instituto de Agroecologia Latino-americano Guarani (Paraguai)
IALA	Instituto de Agroecologia Latino-americano – Amazônico
IALA	Instituto de Agroecologia Latino-americano Paulo Freire (Venezuela)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JEPP	Jovens Empreendedores Primeiros Passos
LIDER	Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da Região do Sisal e Semiárido da Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MUC	Movimento de Unificação Camponesa
NEPSBA	Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia
NUCOOBs	Núcleos Cooperativistas de Base
NUDECs	Núcleos de Educação Cooperativistas
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACs	Postos de Atendimento aos Cooperados
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PLANOOPs	Planos de Educação Popular Cooperativista
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROMIC	Programa de Microcrédito
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RIMISP	Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SIES	Sistema de Informação em Economia Solidária
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUAF	Superintendência da Agricultura do Estado da Bahia
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar Solidária
UNICAM-SURI	Sistemas Universitários Rurais Indocampesinos – (Argentina)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISOL Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Metodologia.....	22
1.2	Categorias de Análise.....	22
2	COOPERAÇÃO, ECONOMIA, SOLIDARIEDADE E COOPERATIVISMO	24
2.1	A Cooperação.....	24
2.2	A Economia Solidária	27
2.3	Cooperativismo: uma abordagem histórica.....	32
2.3.1	O socialismo científico.....	36
2.3.1.1	<i>Consideração de Karl Marx.....</i>	<i>37</i>
2.3.1.2	<i>Considerações de Rosa Luxemburgo</i>	<i>39</i>
2.3.1.3	<i>Consideração de Kautsky.....</i>	<i>40</i>
2.3.1.4	<i>A visão de Lênin</i>	<i>42</i>
2.4	O Cooperativismo de crédito no Brasil	43
2.4.1	Cooperativas de crédito de interação solidária.....	47
2.5	O crédito como elemento de inclusão financeira	51
3	A EDUCAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	55
3.1	O sentido da educação na perspectiva Marxista e de Paulo Freire e o caráter educativo dos movimentos sociais	55
3.2	Atualidade da luta dos movimentos sociais do campo e os desafios da educação	63
3.3	A Educação como princípio do cooperativismo.....	68
3.4	Desenvolvimento rural e cooperativismo: Abordagens e desafios do novo contexto para os povos do campo.....	72
4	A COOPERAÇÃO PELO CRÉDITO NO SEMIÁRIDO BAIANO: O CASO DA ASCOOB	78
4.1	A formação das cooperativas de crédito no Território Sisal.....	78
4.1.1	A Territorialização da luta no Território do Sisal	84
4.1.2	Histórico da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Sisal	87
4.1.3	Histórico da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB COOPERAR	89
4.1.4	Histórico da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Itapicuru	90
4.2	Linhas de ação do Sistema ASCOOB.....	92

5	ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS COOPERATIVAS SINGULARES DO SISTEMA ASCOOB NO TERRITÓRIO DO SISAL	99
5.1	Linha do tempo da Educação Cooperativista no Sistema ASCOOB (2000 - 2015)	100
5.1.1	Parceria entre ASCOOB e SEBRAE: O enfoque empreendedor capitalista como foco da educação cooperativista.....	109
5.2	Os limites do processo educativo no Sistema ASCOOB: Avanços, contradições e perspectivas de uma prática em processo de construção.....	116
5.2.1	O papel das cooperativas de crédito ASCOOB na superação da pobreza e a importância da educação cooperativista.....	117
5.2.2	Bases teóricas e metodológicas que fundamentam a educação cooperativista	125
5.3	Contribuições da ASCOOB em processos educativos de desenvolvimento socioeconômico- solidário no Território do Sisal.....	133
5.4	Crédito rural, Educação e ATER: entre o sonho e a realidade - novos desafios, novas perspectivas	137
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
	REFÊRENCIAS	156
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES/CAMPONESES.....	166
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EDUCADORES, TÉCNICOS E DIRIGENTES COOPERATIVISTAS.....	168
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO REPRESENTANTE DO MOC	170

1 INTRODUÇÃO

Na região semiárida da Bahia, em especial no contexto do Território do Sisal, os processos educativos de educação não formal, conforme a perspectiva de Gohn (2012, 2002) e Freire (2005), apresentam-se como elementos estratégicos na luta dos trabalhadores camponeses. Estas experiências têm resultado em ganhos que vão desde a organização social, pelo acesso às políticas públicas e à cidadania, às ações de inclusão socioeconômica, no âmbito do cooperativismo de crédito rural.

Nesse sentido, o tema que envolve esta investigação advém da experiência da autora com o trabalho de educação cooperativista, com agricultores familiares/camponeses cooperados do sistema ASCOOB de cooperativas de crédito rural solidário, através da cooperativa singular, ASCOOB COOPERAR, situada no Território do Sisal. Ter atuação profissional como educadora popular cooperativista e responsável pela coordenação pedagógica do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da referida cooperativa, entre os anos de 2005 a 2012, foi fator determinante para surgimento de inquietações, indagações e reflexões que se apresentam neste trabalho. Tal atuação permitiu vivenciar conquistas, desafios, possibilidades e contradições, alimentando o desejo de maior compreensão da realidade, no sentido de poder intervir de forma mais qualificada nos processos coletivos, em favor da emancipação da classe trabalhadora.

Consideradas como uma das mais representativas experiências de organização social e econômica do semiárido baiano (MAGALHÃES, 2005), as cooperativas de crédito do Território do Sisal são resultado de uma longa trajetória de luta dos trabalhadores do campo. Para o autor, elas fazem parte de um conjunto de organizações sociais, dentre as quais se destacam o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB); os grupos ligados à Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) (BURIGO, 2006).

A ideia da pesquisa nasce em conexão com a trajetória de luta dos trabalhadores do campo e seus processos sócio-político-organizativos, buscando compreender o lugar das cooperativas de crédito do sistema ASCOOB, no processo de transformação social dos desfavorecidos do campo no Território. Para isso, a sua finalidade vai além da intenção de fazer uma simples sistematização de experiência, apontando para a necessidade e importância do debate sobre a significância da luta dos trabalhadores, na transformação do mundo em que

vivem, a partir dos processos educativo-organizativos, tendo a perspectiva socioeconômica como ponto de partida.

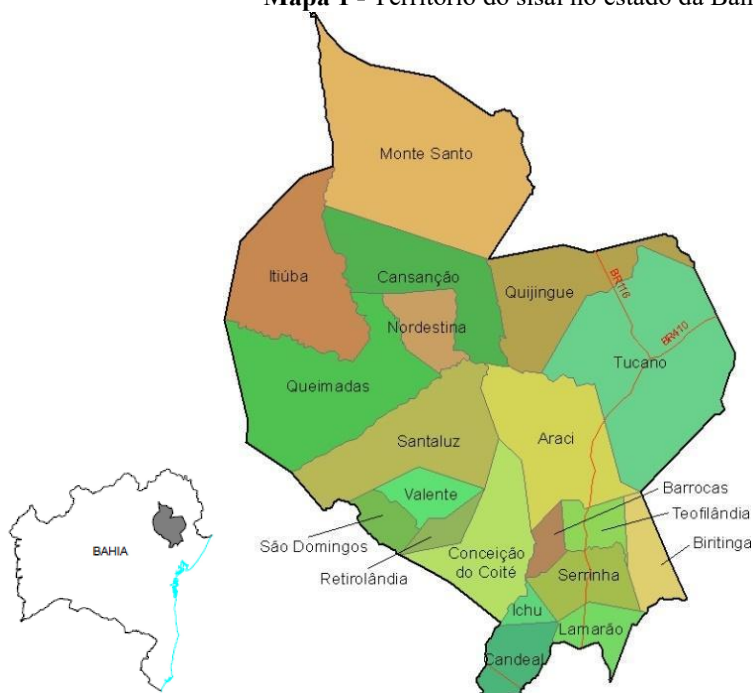
O objetivo deste trabalho é investigar a ação pedagógica desenvolvida pelas cooperativas de crédito rural do sistema ASCOOB, no Território do Sisal, tendo em vista a perspectiva da transformação social e a construção de outra lógica de desenvolvimento rural. Uma questão de fundo perpassa o trabalho: em que medida as cooperativas de crédito oriundas de processos participativos e da educação popular mantêm essa mesma perspectiva estratégica com o passar dos anos? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com ênfase nas práticas de educação cooperativista de cooperativas singulares, integrantes do sistema ASCOOB, no Território do Sisal, buscando compreender o seu potencial, as suas contradições e possibilidades, enquanto um processo de educação popular, com vocação crítico-transformadora.

O Território do Sisal se situa no Estado da Bahia, na região Nordeste do país. Conta com uma área de 21.256,50km² e é composto por 20 municípios. Sua população é de 582.331 pessoas, sendo que 333.149 vivem na área rural, ou 57,21% do total (MDA, 2015).

A denominação do território se deve à cultura do sisal (*Agave sisalana*), planta conhecida como agave, originária do México, cuja fibra é muito utilizada na indústria de cordas, tapetes, papel, entre outros. Segundo Freixo (2010), a planta do sisal foi introduzida na Bahia na década de 1910, ganhando expressividade econômica a partir de 1930 e, desde então, constitui-se como parte de uma das principais fontes de renda da região.

A região passou a fazer parte do Programa Territórios da Cidadania, criado pelo Governo Federal em 2008 para promover o desenvolvimento rural sustentável de territórios com forte presença camponesa e de assentamentos da reforma agrária. Conforme Beltrão e Sayago (2010), os municípios do Território do Sisal possuem população inferior a 50 mil habitantes - com densidade populacional superior a 80 habitantes/km² -, alta concentração de agricultores (as) familiares e assentados de reforma agrária e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH inferior a 0,6.

Mapa 1 - Território do sisal no estado da Bahia



Fonte: Adaptado do PTDRS (2012).

Como parte integrante da região Nordeste, o Território do Sisal tem sido idealizado pelos meios de comunicação, ou pelo imaginário social/coletivo, como um lugar castigado pela seca, “lembrado sempre pelo alto grau de pobreza e de indigência”, argumento utilizado, ao longo dos séculos, pelas oligarquias regionais, como elemento para justificar a dominação dos “donos do poder” (BURSZTYN, 1984). Contraditoriamente, “a culpa da miséria era dos céus e não dos homens” (CASTRO, 1992, p. 59).

Contudo, como observa Faria (2014, p.78), “apesar de um cenário teoricamente adverso e de condições políticas institucionais historicamente desfavoráveis, estes não foram impeditivos para a formação de novos arranjos participativos”. Assim, nas últimas décadas, evidencia-se a emergência de um cenário de mobilização social, a partir do qual os sujeitos coletivamente organizados viabilizam uma nova configuração local, envolvendo ações, tanto nos âmbitos sócio-político-cultural como no âmbito econômico.

Para isso, tem sido de fundamental importância o papel da APAEB, entidade que preconiza um novo dinamismo social e econômico, a partir da efetiva participação dos sujeitos; o Movimento de Organização Comunitária (MOC); o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL), dentre outras diversas iniciativas de organização voltadas à luta pelos direitos e defesa da dignidade do povo sisaleiro.

De acordo com Magalhães (2005), a organização dos trabalhadores do campo do Território do Sisal foi favorecida pelos processos de organização comunitária, promovidos desde o final dos anos 60, pelo (MOC), ONG de serviço humanitário, em parceria com organizações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ligadas à igreja católica; bem como sindicatos rurais, associações, pastorais sociais, etc.

1.1 Metodologia

Conforme sugere o CODES (2010), a história do Território do Sisal confunde-se com a produção econômica e as relações sociais. Dessa forma, diante da complexidade do movimento que conforma o contexto histórico desse espaço e visando melhor compreensão da realidade a ser investigada, a pesquisa lança mão da abordagem dialética. Segundo Oliveira e Lima (2011), com base em Marx (1974), o ponto de partida para a compreensão do todo é uma abordagem dialética da realidade. Esse exercício é fundamental para o aprofundamento do conhecimento das partes, como forma de relacioná-las e identificar suas contradições, de modo que torne possível ao pesquisador ir além das aparências e penetrar na essência da realidade. Assim, o materialismo histórico-dialético é, essencialmente, o alicerce filosófico de análise e compreensão do mundo à nossa volta.

Lessa e Tonet (2011) destacam que o materialismo histórico-dialético concebe o mundo dos homens como a síntese entre prévia-ideação e a realidade material “elementarmente através do trabalho”, ou seja, ele possibilita a compreensão da base material das idéias, bem como a sua força na reprodução social. Com base em Lefebvre (1974, apud MACEDO, 2000: p.133), “para Marx, o método não dispensa a apreensão, em si mesmo, de cada objeto. O método é um guia, um caminho, uma orientação para o conhecimento de cada realidade”. Desse modo, o método de pesquisa elegido para essa investigação é o estudo de caso que, na perspectiva de Severino (2007), consiste no estudo de um caso particular, considerado representativo dentro de um conjunto de casos analógicos, possibilitando, assim, uma investigação mais significativa das características dos eventos.

1.2 Categorias de Análise

Para essa pesquisa, foram selecionadas, a priori, as categorias: *cooperação e economia solidária, educação popular, e desenvolvimento rural*, as quais estão fundamentadas nos

autores escolhidos para dar sustentação teórica às discussões e análises dos dados obtidos, em conformidade com o objetivo proposto por esta. A propósito, destacamos a relevância das contribuições de Marx (2011), Engels (1977), Christoffoli (2012), Singer (1998, 2002), Martins (2000), Freire (1983, 2005, 2007), Fernandes (2004, 2012), dentre outros.

Quanto à organização deste trabalho, o segundo capítulo aborda o tema da cooperação, da economia solidária e do cooperativismo; discute-se, de forma geral, os aspectos históricos da cooperação e cooperativismo, bem como os princípios e bases da economia solidária, buscando analisar o contexto histórico-social e político do cooperativismo de crédito solidário, no Brasil, no qual se inserem as cooperativas do sistema ASCOOB, objeto de estudo da presente pesquisa.

O terceiro capítulo discute o sentido da educação numa perspectiva marxista, fazendo-se uma relação com as concepções da educação popular e a educação cooperativista, enquanto proposta político-pedagógica de cunho transformador. As discussões estabelecidas perpassam pela análise da conjuntura atual do campo, no cenário do desenvolvimento capitalista da agricultura, sem perder de vista as contradições e os desafios postos às políticas e práticas educativas voltadas ao desenvolvimento do campo e dos sujeitos que o habitam.

O quarto capítulo tem como objetivo discutir a cooperação pelo crédito no semiárido baiano, tendo em conta a trajetória de luta e organização dos agricultores-camponeses, do Território do Sisal.

O quinto capítulo propõe analisar as políticas de educação cooperativista no sistema ASCOOB, observando-se as dimensões educativas das ações de base, no que concernem os limites e às práticas de cooperação e solidariedade por meio do crédito, no Território do Sisal, tendo em vista a transformação social desse espaço.

2 COOPERAÇÃO, ECONOMIA, SOLIDARIEDADE E COOPERATIVISMO

Neste capítulo faz-se um breve estudo acerca dos temas da cooperação, da economia solidária e do cooperativismo. Ademais, trata-se de observar aspectos divergentes, relacionados às concepções de cooperativismo, a partir dos quais será dado suporte às discussões sobre o papel do cooperativismo de crédito rural ascoobiano, no Território do Sisal. Para isso, serão tomados como base os teóricos Engels (1977) e Singer (1998 e 2002), Marx (2011), Martins (2000), Loureiro (2009 e 2009), Christoffoli (2012), dentre outros.

2.1 A Cooperação

Desde o início da civilização, o espírito da cooperação por meio da ajuda mútua tem se configurado em elemento relevante e indispensável ao processo de evolução da espécie humana. As formas de organização solidárias se fazem notar nos mais diversos tipos de associação e de formação grupal, seja na vida familiar, comunitária ou nas atividades do trabalho produtivo.

A cooperação, como forma de ajuda mútua, esteve presente ao longo de toda a história da humanidade, tanto na Antiguidade mais remota, quanto no tempo do Império Romano, na Idade Média e no início da Idade Moderna. Porém, a cooperação mais sistemática nasce com as cooperativas modernas. (SCHNEIDER, 2012, p.254).

Na perspectiva de Christoffoli (2012, p. 158), com base em Marx, “a cooperação baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. Cria-se a força coletiva do trabalho”. Dessa forma, “o ser humano, na cooperação como resultado do contrato social, supera seus limites pessoais, e o trabalho social gerado é sempre maior que a soma de todos os trabalhos individuais”. O autor ressalta ainda que no sistema de produção capitalista, a prática da cooperação como concentração de esforços para ampliação da produção é, também, extremamente estimulada e desenvolvida. Citando Bottomore (1993), Christoffoli (2012, p. 158) argumenta que “a busca por maximização da exploração do trabalho cooperado é que vai dar origem à administração tipicamente capitalista e extrair conhecimento dos trabalhadores em prol da valorização do capital”. No campo socialista, por sua vez, a “autogestão socialista” é vista como uma das formas mais avançadas de cooperação.

No Brasil, sobretudo nas regiões de forte influência da cultura indígena e também dos quilombolas, a prática da cooperação e da solidariedade, ainda hoje, é um forte elemento da cultura dos camponeses e agricultores familiares. Laços de solidariedade e de fraternidade fazem parte da vida dos camponeses, e estão muito presentes nas mais diversas situações, desde as necessidades do trabalho aos momentos de festividade comunitários. Com base nesses valores, verifica-se o surgimento de sistemas organizativos e diversas experiências de elevado nível de cooperação complexa, a exemplo das associações comunitárias, cooperativas, etc.

Dessa forma, os camponeses, “também estão à frente de sistemas de cooperativas de crédito ou de serviços e, tanto na forma de associações ou cooperativas quanto nas demais atividades econômicas, voltam-se ainda para a realização de atividades culturais e sociais” (TARDIN, 2012, p. 181).

Para Búrigo (2006), no campo teórico, a cooperação já estava presente nas ideias de Platão e no início da idade moderna, idealizada na obra de Tomas Morus em “utopia” e por outros importantes pensadores utópicos. A respeito da prática de solidariedade e cooperação entre camponeses, Magalhães (2005, p.71) afirma que “o mutirão é provavelmente a prática de cooperação mais antiga e mais bem conhecida nas áreas rurais do Brasil. [...] O compromisso com a solidariedade e com a preservação da vida comunitária também é nítido na vida dos sertanejos”. Como sublinhado por Christoffoli (2012, p. 160), com base em Martins (1984),

Essas formas de cooperação remontam aos tempos da colonização e se perpetuam até os dias atuais. Elas têm origem nas práticas tradicionais dos primeiros colonos portugueses e também dos povos africanos, que conformaram parte significativa do campesinato brasileiro. A partir dos anos 1950-1960, essas formas associativas primárias, como as trocas de serviços, mutirões e roças comunitárias, passaram a ser estimuladas tanto pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), como pelos setores progressistas da Igreja Católica.

Em Lênin (1961), o conceito de cooperação apresenta-se como um elemento do desenvolvimento da forma capitalista industrial de produção. Neste caso, a forma de cooperação é desenvolvida em contradição à economia camponesa, muito baseada na produção artesanal independente. Ao substituir o modelo artesanal antigo de se produzir, a industrialização da produção é responsável por determinar uma elevação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, desencadear um acirramento das contradições geradas pelo modo capitalista de produção. Assim sendo, a cooperação dos pequenos produtores mercantis

é vista como imprescindível para a superação das contradições da economia de formação múltipla, tendo em vista o desafio da transição do capitalismo para o socialismo.

Nessa perspectiva, a cooperação representa o caminho mais acessível e vantajoso para o campesinato; uma forma de favorecer a transição da dispersa economia individual para associações produtivas, ou economias coletivas, de porte mais elevado. Desse modo, através da cooperação das economias camponesas, encontra-se a forma de combinação dos interesses privados dos camponeses com os interesses estatais gerais para a construção do Estado socialista.

No contexto da região semiárida da Bahia, dentre outros fins, a cooperação tem sido uma das soluções encontradas por parte das famílias do campo, para resolver o problema do acesso ao crédito. Através da organização de cooperativas de crédito rural solidário, agricultores/camponeses, “homens e mulheres da roça”, excluídos pelos serviços dos bancos oficiais, encontram na cooperação e solidariedade financeira um instrumento fundamental para o enfrentamento da pobreza e exclusão no campo.

A criação da primeira cooperativa de crédito do estado da Bahia se deu no ano de 1994, no município de Valente (Sistema de Cooperativas de Crédito - SICOOB COOPERE), a qual teve origem no crescimento de um fundo de crédito rotativo, criado pelos agricultores, através do programa chamado “poupança Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB)” (MAGALHÃES, 2005). Na sequência, outras cooperativas de crédito nasceriam dando suporte às centenas de famílias camponesas, antes excluídas pelo sistema financeiro convencional¹.

Em sua origem, estas cooperativas surgem do trabalho de diversos movimentos sociais, em que se destacam o Movimento de Organização Comunitária MOC e a APAEB; os grupos ligados à Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STRs, conforme destaca Búrigo (2006).

De modo geral, as cooperativas de crédito rural do estado da Bahia nasceram vinculadas ao sistema tradicional, sendo que algumas delas estão filiadas ao sistema SICOOB de cooperativas. Anos depois, buscou-se construir outro sistema a partir dos princípios da

¹ O processo de exclusão bancária da população brasileira segue ainda sendo bastante elevado. Em 2015 apenas 60% da população adulta, economicamente ativa, possuía conta bancária (MANDL, 2015). No meio rural, devido à exclusão histórica dos pequenos agricultores ao crédito esse percentual é menor ainda.

vertente solidária, crítica ao sistema OCB² e por estarem insatisfeitas com o processo de bancarização e centralização, vivido no sistema tradicional. Parte dessas cooperativas decidem aderir ao nascente movimento cooperativista solidário, participando, deste modo, da criação do sistema ASCOOB. Assim, contribuindo para o fortalecimento do sistema cooperativista solidário do país. O Sistema ASCOOB é fruto de um processo de evolução e amadurecimento da ASCOOB Associação, entidade criada em 1999, no Estado da Bahia, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar através das ações do cooperativismo de crédito rural.

Oficializado em 12 de abril de 2008, o sistema ASCOOB CENTRAL, coordenado por uma entidade sediada em Feira de Santana-BA, é capitaneado por uma cooperativa de segundo grau, com forma e natureza jurídica próprias, constituída para prestar assistência às suas cooperativas filiadas conforme Lei 5.764/1971. No plano nacional, a ASCOOB CENTRAL tem como principal apoiador o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O sistema central faz parte da União Nacional das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar Solidária (UNICAFES), da Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL) e da Associação Nacional das Cooperativas de Economia Solidária (ANCOSOL), entidades voltadas ao fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário e da agricultura familiar.

Atualmente, este sistema atua em dezesseis territórios rurais do Estado da Bahia, Sergipe e Alagoas, com doze (12) cooperativas (09 filiadas e 03 conveniadas) e com pontos de atendimento em 35 municípios, atendendo cerca de 52.275 mil cooperados, com ativos totais superiores a R\$ 77 milhões, sendo que 37.250 (80,32%) sócios são atendidos pelas cooperativas do Território Sisal, região semiárida da Bahia. Nesse território a ASCOOB está presente em dezesseis (16) municípios, atuando através das cooperativas singulares ASCOOB Sisal, com sede em Serrinha-BA; ASCOOB COOPERAR, com sede em Araci-BA e ASCOOB Itapicuru, sediada no município de Santaluz-BA.

2.2 A Economia Solidária

A economia solidária é considerada uma alternativa inovadora para os trabalhadores. Desde os primórdios do capitalismo industrial, no início do século XIX, ela surge como

²Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) entidade criada nos anos da ditadura civil-militar e que a partir do ano de 1971 até a constituição de 1988 foi a entidade máxima do cooperativismo brasileiro, por determinação legal (Lei 5764/71).

resposta à pobreza e exclusão, provocados pelo sistema capitalista de produção. Seus princípios estão embasados nos valores de igualdade e democracia, resumidos na ideologia socialista (SINGER, 2002).

A economia solidária se caracteriza, sobretudo, pela autogestão, autonomia e igualdade entre as pessoas. Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, no âmbito do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), a Economia solidária se define como: “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (ANTEAG, 2009, p.17).

Com base em Singer (2002), a economia solidária nasceu no contexto de crescimento do capitalismo industrial, como uma reação dos trabalhadores à exploração capitalista, e em face ao alarmante crescimento da pobreza entre os artesãos, provocado pela difusão das máquinas e do novo modelo de produção industrial/fábrica. A primeira grande experiência dessa forma de organização social e econômica foi contemporânea, na Grã-Bretanha, palco da Primeira Revolução Industrial, “precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno” (SINGER, 2002, p. 24). Nesse contexto, os socialistas utópicos Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1808-1865) e Robert Owen (1773-1858) destacam-se como importantes idealizadores da economia solidária do século XIX na Europa (com ênfase na França e Inglaterra). A propósito, a Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, de 1844, é o exemplo mais clássico de cooperativismo, dentro dos princípios da economia solidária, sendo que Owen “foi possivelmente o mais importante iniciador do movimento socialista”. (GAIGERL, AVILLE, 2009, p.163).

Conforme, Guimarães e Quental,³

Apesar de o nome ter sido criado no Brasil, economia solidária é um movimento que ocorre no mundo todo e diz respeito a produção, consumo e distribuição de riqueza com foco na valorização do ser humano. A sua base são os empreendimentos coletivos (associação, cooperativa, grupo informal e sociedade mercantil). (JORNAL DO MST, 2015).

A propósito, o *Dicionário Internacional da outra Economia* menciona que

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990,

³ Entrevista com Paul Singer. Disponível: <<http://www.mst.org.br/2015/01/12/economia-solidaria-se-aproximadas-origens-do-socialismo-diz-paul-singer.html>>. Acesso em: 20 mai.2015.

quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 162).

Dentre alguns exemplos emblemáticos de economia solidária, o caso do Grameen Bank (Banco da Aldeia), inspirado por Muhammad Yunus, em Bangladesh, é destacado por Singer (2002, p 75) como “uma resposta original e muito criativa as necessidades dos mais pobres”, uma forma de solidariedade financeira extraordinária entre os excluídos do mercado.

Na perspectiva de Singer (2002), o predomínio da economia solidária sinaliza a possibilidade de uma sociedade com mais igualdade e menos competitivo. Aqui, os participantes são sensibilizados à prática da cooperação entre si, em detrimento do princípio da competitividade, comumente estimulado na economia capitalista.

Alguns princípios base, que diferenciam as empresas capitalistas das organizações da economia solidária, estão na forma de propriedade dos meios de produção (a empresa capitalista pertence aos investidores, aos que detém o dinheiro, o capital) e sua única finalidade está no lucro. Suas decisões são concentradas, ficando em poder dos capitalistas ou dos gerentes subordinados aos seus chefes/proprietários. Na empresa solidária, o capital pertence à coletividade dos trabalhadores, esse que é oriundo de suas próprias economias, a fim de dar viabilidade à sociedade. Nessa forma de organização, todos os que trabalham são proprietários da empresa. Logo, são igualmente responsáveis por suas decisões, assumindo inclusive os riscos do negócio.

Em geral, as empresas solidárias são administradas por sócios eleitos em assembleias gerais. Quanto à distribuição do capital excedente, “o lucro na empresa capitalista e a sobra na empresa solidária” – são também administrados de forma distinta, obedecendo a critérios e mecanismos diferentes.

Nas cooperativas, as sobras são destinadas conforme a decisão dos trabalhadores, sendo reinvestidas em fundos “indivisíveis” de reserva, ou individualmente, em forma de cotas partes para o associado. Obrigatoriamente, se destina parte das sobras a um fundo de educação e a outros fundos como de cultura, dentre outros, de cunho social. Essas orientações se aplicam também às cooperativas de crédito. Não obstante, no contexto da economia

solidária persistem sérios desafios: “Um risco fatal das iniciativas é a perda do seu espírito associativo e sua conseqüente degeneração” (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 166).

Para Singer (2002), as perspectivas da economia solidária estão muito atreladas ao desempenho do capitalismo: “Em grande medida, as empresas solidárias são resultadas diretos da falência de firmas capitalistas, da subutilização do solo por latifúndios [...], e do desemprego em massa” (SINGER, 2002, p. 113). Olhando por esse prisma, sendo a economia solidária uma resposta às contradições capitalistas, ela poderá sofrer uma desaceleração ou ser apenas uma forma de complemento da economia capitalista. No entanto, “a economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalho” (SINGER, 2002, p. 113). Ademais, ela pode se converter em superior ao capitalismo não no sentido econômico, mas no que diz respeito à oferta de produtos e serviços com mais qualidade e com melhores preços, superior no sentido de poder favorecer às pessoas uma vida melhor; uma vida melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo, com a sua comunidade de maneira geral.

2.2.1 Economia Solidária no Brasil

De acordo com Singer⁴, a economia solidária nasce no Brasil com a crise dos anos 70, que atingiu toda a América Latina, resultado do choque do petróleo, e se consolida a partir da década de 1980. Tal fato levou os trabalhadores desempregados a se organizarem na forma de cooperativas, grupos de produção e, em alguns casos, assumirem o controle de empresas em processo de falência. Tudo isso através da prática da autogestão e como uma alternativa contra os efeitos das políticas neoliberais (JORNAL MST, 2015).

Nesse contexto, começam a surgir grupos, organizações e movimentos sociais relevantes como Cáritas, seguimento da Igreja Católica; Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, Ongs que viabilizam projetos comunitários alternativos de inclusão socioeconômica, junto aos trabalhadores empobrecidos, os quais são capitalizados por fundos rotativos.

Na década de 1990, o desenvolvimento da economia solidária no país contou com um elemento decisivo, que foi a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

⁴Entrevista com Paul Singer para o JORNAL MST. 2015. Disponível: <<http://www.mst.org.br/2015/01/12/economia-solidaria-se-aproxima-das-origens-do-socialismo-diz-paul-singer.html>>. Acesso em 20 mai. 2015.

Em diversas universidades, despontaram Incubadoras Populares com o objetivo de ajudar comunidades pobres a desenvolver coletivamente atividades econômicas. Assim, diversas redes e organizações solidárias são criadas, com o fim de articular e fortalecer as iniciativas de economia solidária, espalhadas por todo o país.

Nesse contexto, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), fruto de um processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial, ocorrido em janeiro de 2001. De acordo com informação do FBES⁵ (2015), o Fórum

Está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

Em relação à sua representatividade,

Até agosto de 2011 eram 7 as entidades nacionais do FBS: representação de empreendimentos: Unisol, Anteag e Unicafe; Entidades de apoio e fomento: Cáritas Brasileira, IMS, Rede de ITCPs e Rede Unitrabalho. A partir da X reunião da Coordenação Nacional do FBS, permanecendo aquelas com participação efetiva em pelo menos 7 fóruns estaduais (definição da IV Plenária nacional), sendo então as atuais entidades nacionais do FBES: Unicafe, Cáritas Brasileira, IMS, Rede de ITCPs e Rede Unitrabalho (FBES, 2015).

Com a entrada de Lula ao governo, em 2002, discute-se a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, por meio das políticas públicas e é instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego, cuja secretaria recebe como titular o economista e sociólogo Paul Singer, que é uma das referências internacionais no tema da economia solidária.

Em conformidade com a Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada de 09 a 13 de dezembro de 2012, em Luziânia, Goiás, a economia solidária se contrapõe às forças do sistema capitalista e sua lógica concentradora e excludente, responsável por provocar a crise no sistema energético, alimentar, ambiental, climático, econômico, ético, social e político, que afeta a América Latina e o Brasil. Do mesmo modo, se posiciona contrária ao ataque sofrido pelo meio ambiente, através do processo de devastação das florestas, a extração de minerais e a desordenada ocupação do solo pelo agronegócio, que contamina os rios pelo uso descontrolado dos agrotóxicos, e o incentivo ao consumismo, dentre outros fatores. Assim, a Economia Solidária se afirma como:

⁵ O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Disponível: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 20 mai. 2015

Uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, que não se confunde com o microempreendedorismo individual, nem com a economia criativa, nem com a economia verde e propõe ações urgentes para garantir as condições de vida no planeta, sem degradar o meio ambiente e respeitando o ciclo completo da natureza.

2.3 Cooperativismo: uma abordagem histórica

O advento da “revolução social capitalista” Singer (1998) desencadeou no seio da sociedade moderna formas de produção subordinada e dominantes, através das quais foram sendo estabelecidas bases socio-econômicas injustas e desiguais. Diante do processo de exploração do homem pelo homem, responsável por criar a sociedade de classes, surgem as instituições anticapitalistas como resultado das lutas do movimento operário, contra as inclinações naturais do sistema em questão.

Na opinião de Singer (1998, p. 113) “o capitalismo suscita reações por parte da classe trabalhadora em três planos: ideológico, político e socioeconômico”. No plano socioeconômico, tem-se a formação de organizações sindicais e cooperativas que, de acordo destaca Singer (1998, p.112), “funcionam, de certa forma, como implantes socialistas nos interstícios do capitalismo”. Surgidas na Grã-Bretanha no início do século XIX, essas organizações são instrumentos que sinalizam a possibilidade de uma economia socialista, alternativa à economia capitalista. Para o autor, a Grã-Bretanha “foi palco da primeira revolução social capitalista da história e das primeiras reações sociais da classe trabalhadora a esta revolução” (SINGER, 1998, p. 106).

O agravamento do conflito entre capital *versus* trabalho, e da crise socioeconômica, provocado pelo advento da revolução industrial, faz emergir as condições favoráveis ao desenvolvimento das organizações cooperativas de tipo moderno. Por outro lado, também o surgimento de pensadores que incorporaram o cooperativismo em suas reflexões sobre a necessária transformação social para superação do capitalismo. Mais tarde, Karl Marx e Friedrich Engels irão discutir os limites e possibilidades do cooperativismo como espaço de formação dos trabalhadores para os desafios da edificação de uma sociedade socialista.

As cooperativas surgem como elemento particular da resistência dos trabalhadores, nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra que foi o *locus* onde esse modo de produção inicialmente se desenvolveu de forma avassaladora (CHRISTOFFOLI, 2010). A propósito, o grande marco do cooperativismo moderno foi a criação da cooperativa dos pobres tecelões de Rochdale, distrito de Lancashire, Inglaterra, pelo grupo formado por 28

tecelões, em 1844, através da qual se buscava meios de melhorar as precárias condições de vida desses trabalhadores (REIS JUNIOR, 2006; SINGER, 2002). Já no Brasil, “as demonstrações formais do cooperativismo só puderam ser registradas com o advento da República, e da Lei Magna de 1891” (BURIGO, 2006, p. 57).

No campo teórico, o cooperativismo está fundamentado basicamente em duas vertentes, denominadas por Engels (1877) de o “Socialismo Utópico e o “Socialismo Científico”. O Socialismo Utópico é assim considerado pela defesa de ideais moralistas (espírito de fraternidade, voluntarismo e a crença otimista no ser humano), onde o sonho é o que move a construção da sociedade ideal; o Socialismo Científico, também conhecido por socialismo marxista ou marxismo, é a corrente teórica através da qual se permite ver e explicar a realidade à luz da concepção materialista da história. Ao contrário dos socialistas utópicos, os marxistas não se empenharam em inventar um novo modelo de sociedade, mas, sim, encontrar, dentro das contradições da sociedade capitalista, as forças sociais capazes de promover as transformações necessárias.

De acordo com Engels (1877), Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), são alguns dos protagonistas da corrente socialista utópica, conceituados como os clássicos do Socialismo Utópico, conforme Singer (2002).

Sob a influência do pensamento iluminista, esses pensadores buscavam no racionalismo as respostas para as contradições formadas no interior do pensamento capitalista, no entanto, sem fazer uma crítica radical ao sistema econômico do capitalismo. Tal pensamento tem na ideia da ordem moral dos indivíduos e na convivência harmoniosa entre as classes, alguns dos seus preceitos para a ruptura do individualismo característico do capitalismo. Nesse sentido, se concebe a organização da empresa cooperativa como uma alternativa ao individualismo predominante no sistema empresarial capitalista. Em síntese,

Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar. Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia. (ENGELS, 1877, p. 65).

Considerado o primeiro socialista utópico, o francês Saint-Simon (1760-1825) defendia a organização do trabalho em cooperativas e a utilização da ciência como elemento relevante à promoção da felicidade social dos indivíduos. O conhecimento científico e tecnológico deveria estar orientado ao aumento da produtividade da indústria, em benefício do

crescimento geral da sociedade e a melhoria de vida dos mais pobres. Em sua concepção, a sociedade deveria ser administrada pelos sábios e tecnocratas. Para tanto, a unidade entre a ciência e a indústria seria um tipo de "novo cristianismo", onde “a ciência eram os sábios acadêmicos; e a indústria eram, em primeiro lugar, os burgueses ativos, os fabricantes, os comerciantes, os banqueiros”. (ENGELS, 1877, p. 67).

Entre outras questões, Saint-Simon defendia ainda o repensar do sistema de organização industrial e a reforma radical da estrutura do Estado, mas sem questionar a propriedade privada e a acumulação de capital, desde que estivessem a serviço das massas (BÚRIGO, 2006). Pensando dessa forma, através do cumprimento da responsabilidade social, as empresas poderiam contribuir para o equilíbrio dos interesses sociais.

Charles Fourier (1771-1837), crítico do capitalismo, acredita no associativismo como meio para suprimir as desigualdades sociais. Autor do projeto de criação de comunidades livres (falanstérios), “sua ideia central era que a sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal” (SINGER, 2002, p.36). Nessa concepção, a comunidade consistiria em uma unidade de produção e consumo autossustentável, cuja divisão do trabalho seria de acordo com o talento e vocação de seus membros.

Como destacado por Singer (2002, p. 37), “o principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e produção”. Diferente da proposta de organização coletiva da Aldeia Cooperativa de Robert Owen, o falanstério conservava a propriedade privada e a liberdade subjetiva dos indivíduos na escolha do seu trabalho. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas em conformidade com a propriedade acionária, ou seja, com o capital investido por cada um. Nessa perspectiva, “a ideia de que todos deveriam viver em comunidades autogeridas torna o Estado dispensável, o que faz de Fourier um predecessor dos anarquistas”. (SINGER, 2002, p. 37).

Segundo Búrigo (2006), as concepções de Fourier foram propagadas através da formação de inúmeros seguidores, que se reuniam em torno da “escola associativa” e da organização de muitos falanstérios, espalhados por várias partes do globo, a exemplo do Brasil. Foi ele também quem idealizou o repasse de recursos com juros baixos aos agricultores, os quais teriam como contrapartida, o compromisso de depositar sua produção em armazéns comunitários. Logo, por meio da utilização desse mecanismo, Fourier estaria criando as bases futuras das cooperativas de poupança e crédito.

Entretanto, na concepção de Engels (1877), Fourier se distingue necessariamente na forma como compreende a história da sociedade, a qual estaria dividida em quatro fases: o selvagismo, a barbárie, o patriarcado e a civilização (sociedade burguesa). Em sua perspectiva a civilização, move-se num "círculo vicioso" e de contradições, difícil de ser superados, sendo levada com frequência a reproduzi-lo.

Robert Owen (1771 – 1858), industrial britânico e filantropo, foi considerado o mais radical e conhecido socialista utópico. Comungando com as doutrinas dos filósofos materialistas do século XVIII, Owen defendia a compreensão de que “o caráter do homem é, de um lado, produto de sua organização inata e, de outro, fruto das circunstâncias que envolvem o homem durante sua vida, sobretudo durante o período de seu desenvolvimento” (ENGELS, 1877). Assim, compreendia-se que o mal social tinha origem nas condições desprezíveis do meio em que os indivíduos estavam inseridos e, por tanto, seria necessário trabalhar para sua transformação e não tentar reformar o indivíduo, como pregavam as religiões (SINGER, 2002).

Em sua época, o jovem Owen foi responsável por realizar importantes feitos no ramo industrial, a exemplo da redução da jornada de trabalho dos seus operários; o investimento em educação para as crianças proletárias, além de promover inúmeras ações voltadas à reabilitação moral dos indivíduos. Dentre estes, muitos “desmoralizados”, que passavam a viver em condições mais humanas de vida.

Nesse sentido, “o tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento”. (SINGER, 2002, p. 25). A esse respeito, Engels (1877, p. 72), ressalta o fato de que “a maioria dos homens de sua classe não via na revolução industrial senão caos e confusão, uma ocasião propícia para pescar no rio revoltado e enriquecer depressa”. Ao contrário, Owen viu naquele contexto um terreno propício para por em prática suas concepções sociais e econômicas, e assim introduzir ordem ao caos.

Mesmo sendo de família modesta, Owen conseguiu erguer grandes empreendimentos. A New Lanark, complexo têxtil, criado no interior da Escócia, foi o seu mais notável negócio onde, na condição de sócio e gerente, chegou a ter mais de 2.500 trabalhadores contratados.

Confiante em seus ideais, tempos depois Owen apresentaria, sem êxito, ao governo britânico, um plano favorável ao restabelecimento econômico e social da Inglaterra em que propunha a inversão dos fundos de sustento dos pobres na compra de terra e construção de Aldeias Cooperativas, nas quais as pessoas deveriam produzir, da terra e do trabalho na

indústria, o seu próprio meio de subsistência. Combativo do lucro e do sistema de livre concorrência, no fundo, o que se queria era uma mudança no sistema social e o fim da empresa capitalista lucrativa, fato que o leva a perder a confiança de seus admiradores oriundos da classe dominante (SINGER, 2002). Com efeito, idealizava a superação da propriedade privada e a divisão social do trabalho, além de questionar a dominação do capital.

Como destaca Engels (1877, p. 76), Owen

era o homem mais popular da Europa. Não só os homens de sua classe e posição social, mas também os governantes e os príncipes o escutavam e o aprovavam. No momento, porém, em que formulou suas teorias comunistas, virou-se a página.

Não obstante, os princípios de Owen encontraram entre alguns grupos sociais uma grande aceitação, auxiliando na organização dos trabalhadores em sindicatos e na criação do movimento cooperativista moderno, como é o caso dos Pioneiros de Rochdale.

Corroborando com o pensamento de Engels (1877), convém destacar que as ideias dos socialistas utópicos não só influenciaram os socialistas do século XIX, mas também estão presentes nos dias atuais, sendo, portanto, fundamentais ao debate do cooperativismo contemporâneo, na luta pela transformação social.

2.3.1 O socialismo científico

Apesar da contribuição dada à construção de outro modelo de desenvolvimento para os trabalhadores, o pensamento socialista utópico apresentava-se limitado, tendo em vista uma perspectiva de transformação social.

O socialismo anterior criticava o modo de produção capitalista existente e suas consequências, mas não conseguia explicá-lo nem podia, portanto, destruí-lo ideologicamente; nada mais lhe restava senão repudiá-lo, pura e simplesmente, como mau. Quanto mais violentamente clamava contra a exploração da classe operária, inseparável desse modo de produção, menos estava em condições de indicar claramente em que consistia e como nascia essa exploração. (ENGELS, 1877, p. 93).

Na perspectiva de Engels (1877), diante do exposto, fazia-se necessário deixar o campo da utopia e situar o socialismo no terreno da realidade, e, portanto, convertê-lo em ciência. Essa ideia está alicerçada no materialismo histórico dialético e na revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia, presentes nos estudos de Karl Marx. Para o autor, graças a isso é que o materialismo converte-se em uma ciência.

Alicerçado na análise das condições materiais históricas dos indivíduos, o socialismo deixa de ser produto de uma idealização intelectual para ser compreendido como instrumento essencial da luta das classes proletária e burguesia, que foram sendo constituídas historicamente. Logo, o seu objetivo é o de investigar o processo histórico econômico, responsável por criar o conflito e a divisão de classe e assim descobrir os meios para a sua superação. Para isso, “esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece”. (ENGELS, 1877, p.96).

Com base nesses pressupostos, para o socialismo científico o sonho de transformar a sociedade perpassa essencialmente pela questão da luta de classe. De outro modo, a ideia de um socialismo cooperativo/utópico não passaria de algo puramente romântico. Nesses termos, a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade sem divisão de classes (exploradores versus explorado), só seria possível por meio da ação dos trabalhadores.

As considerações e críticas desenvolvidas pela vertente do socialismo científico se embasam nas reflexões de Marx e Engels, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Lenin, através dos quais analisamos as possibilidades e limitações do cooperativismo, no contexto do sistema capitalista de produção.

2.3.1.1 Consideração de Karl Marx

Embora reconhecesse os limites do cooperativismo dentro do sistema capitalista de produção, Marx era defensor da cooperação e da importância da autogestão das empresas cooperativadas pelos trabalhadores. As cooperativas

Representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nela aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas, o antagonismo entre capital e trabalho encontra-se superado, embora ainda sob uma forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são capitalistas deles próprios o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho. (MARTINS, 2000, p.17).

Sob esse ponto de vista, as cooperativas não superam o capitalismo, devendo seguir competindo com as empresas capitalistas. Tal fato vai implicar em definições, estratégias, constantes pressões pela sobrevivência, e isso atinge todos os ramos do cooperativismo, inclusive o de crédito.

A época vivida por Marx (1818-1883) foi demarcada por diversas experiências práticas, alternativas ao capitalismo, as quais teriam sido objeto de discussão na Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional). Visto por grande parte dos trabalhadores como o socialismo, a experiência do trabalho em cooperativa estava relacionada à luta de classe, às contradições do modo de produção capitalista. Assim, tem-se um horizonte à questão da transição do modo de produção capitalista para o modo de produção associada/comunista⁶.

Nessa perspectiva, uma nova sociedade, um novo modo de produção superior ao predominante (no caso as fabricas cooperativas e o trabalho associado), sugere uma forma superior ao trabalho assalariado, vigente no capitalismo.

Ao discorrer sobre a relação entre trabalho e as possibilidades de emancipação, no pensamento marxista, Lessa e Tonet (2011) ressaltam o papel fundamental do trabalho associado no sentido de que haja abundancia. Portanto, o trabalho associado pressupõe as bases para a construção de uma sociedade sem classe, a sociedade comunista. Nesse sentido, a perspectiva de transição para uma nova sociedade não seria obra de visionários ou de formulações a priori, mas produto do movimento dos trabalhadores enquanto classe.

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real [Reflexe] e ecos ideológicos desse processo de vida. (MARX; ENGELS, 2009, p.31)

Segundo Lessa e Tonet (2011, p.70), a base da nova sociedade, da sociedade comunista

é o trabalho associado, a associação dos produtores livres. Sua essência é o total controle por parte dos trabalhadores, de todo processo de produção e distribuição dos bens. É o exato oposto do que ocorre nas sociedades de classe, nas quais os trabalhadores são submetidos a um processo de trabalho e a uma distribuição da riqueza que eles não controlam.

Deste ponto de vista, as cooperativas seriam uma alternativa ao processo de exploração e exclusão da classe trabalhadora e da apropriação indevida da sua força de trabalho, pelo sistema capitalista de produção.

⁶ SOUZA (2008). O TRABALHO ASSOCIADO EM KARL MARX: Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição. Dissertação de mestrado. Disponível: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106619/269459.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mar. 2015

No Primeiro Congresso da A. I. T., reunido em Gêneve, em setembro de 1886, foram apresentados alguns princípios considerados fundamentais, para Marx, tendo em vista o desafio da Associação Internacional de generalizar e unificar o movimento cooperativo. Além de reconhecer o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras à época, é feita a seguinte advertência:

Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que consagrem uma parte de seus fundos a propaganda de seus princípios, que tomem a iniciativa de novas sociedades cooperativas de produção e que façam essa propaganda tanto oralmente como através da imprensa (MARTINS, 2000, p.16).

2.3.1.2 Considerações de Rosa Luxemburgo

Rosa Luxemburgo (1870 -1919), socialista judia polonesa do século XX, em suas ideias defende o socialismo como uma alternativa à barbárie do sistema capitalista. Para ela, o “socialismo é um produto da experiência histórica e, portanto, sujeito à mudanças” (LOUREIRO, 2008, p. 114).

Nas concepções de Rosa Luxemburgo:

A consciência de classe, a teoria, o socialismo não é uma coisa elaborada pelos cientistas sociais lá nos seus laboratórios teóricos, e que depois vai ser introduzido de fora na classe, de uma forma pedagógica, mas de cima para baixo. Não. A consciência de classe, a consciência socialista, revolucionária só pode existir na classe a partir de uma experiência concreta de luta, na experiência prática da ação. (LOWY, 2009, p. 35).

Assim, a história é concebida como um processo aberto, dinâmico e totalmente imprevisível. Dessa forma, o futuro não depende simplesmente das leis do mercado e da economia, ou das contradições do capitalismo, mas da ação consciente dos explorados e da vanguarda dos militantes da classe operária. Nesses termos, a ação revolucionária tem papel fundamental e decisivo à transformação social.

Sobre o tema do cooperativismo, em seu livro *Reforma ou Revolução* (1900), Luxemburgo faz um reconhecimento das limitações que encerram as organizações cooperativas, questionando as ideias socialistas de Bernstein, que defendem a organização cooperativa como instrumento, através do qual se “faz participar os operários na riqueza social, a transformar os pobres em ricos”. Em sua opinião, os meios pelos quais Bernstein propunha fazer a reforma socialista, as cooperativas e os sindicatos, seriam incapazes de transformar o modo de produção capitalista.

As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em

miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer. a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. (ROSA; LUXEMBURGO, 1900, p.21).

Nesse sentido, considera-se que mesmo sendo a cooperativa, uma empresa de caráter coletivo, associativo, uma vez inserida num sistema capitalista, e conseqüentemente submetida às leis de mercado do sistema vigente, a mesma termina se obrigando a utilizar os mesmos métodos adotados por agremiações capitalistas, residindo aí uma de suas contradições. Nessa perspectiva, convém afirmar que as cooperativas apresentam uma importância um tanto quanto limitada, tendo em vista uma transformação estrutural da sociedade.

Os elementos apontados por Luxemburgo são imprescindíveis no sentido de contribuir para a análise dos limites que encerram as organizações cooperativistas, como é o caso do ramo crédito. Com base na abordagem de Luxemburgo, essas cooperativas, por atuarem no contexto da sociedade capitalista, possuem limitações e contradições desafiadoras à construção de uma sociedade socialista, contra hegemônica.

2.3.1.3 Consideração de Kautsky

Para Kautsky (1980), “não se pode conceber que alguém possa negar a importância das cooperativas”. Em sua opinião, o cooperativismo é uma maneira pela qual os camponeses encontram solução para seus problemas e a implementação de cooperativas é vista como um aliado ao desenvolvimento econômico dos mesmos.

Com efeito, Kautsky sinaliza que o individualismo dos camponeses, a resistência em trabalhar de forma conjunta/coletiva, entre outros, é um fator que dificulta o trabalho associativo/cooperativo. Segundo ele, essa questão estaria relacionada ao fato de que historicamente o camponês foi o administrador exclusivo de sua propriedade agrícola.

Em parte alguma as condições prévias da organização cooperativa se acham menos desenvolvidas do que entre os camponeses. Isolados tanto pelo seu gênero de trabalho como pelo seu gênero de vida, fechados num horizonte estreito, vêm-se eles privados dos lazeres que a administração de uma cooperativa exige. Em parte alguma a situação é menos confortadora do que nos Estados policiais, onde, durante séculos a tutela e a opressão burocráticas eliminaram inteiramente os hábitos de uma democracia capaz de associação. Além da ignorância, a ausência de liberdade política se manifesta como obstáculo sério ao bem-estar do camponês (KAUTSKY, 1980, P.73)

Se a organização cooperativa encontra dificuldade entre os camponeses, o mesmo não ocorre com os grandes proprietários, uma vez que, por fazerem parte de um grupo menor e terem os mesmos interesses, conseguem se organizar melhor em sociedade. Logo, é a grande exploração que primeiro se apropria das vantagens que a cooperação oferece, ficando desse modo, à frente da pequena exploração. Além disso, Kautsky enfatiza ainda que as difíceis condições das pequenas propriedades, com relação às grandes, como a inexistência de acompanhamento técnico, da agronomia, as colocam em desvantagem, o que a cooperação, a princípio, não daria conta de resolver. Nesse sentido,

os camponeses precisam da cooperação, mas na maioria dos caso não como meio de reunir as forças dos pequenos lavradores num esforço comum, equivalente ao do grande proprietário territorial. A iniciativa se lhes ocorre antes como recurso para afastar dos grandes proprietários as vantagens que a cooperação dá a cada um dos seus participantes. (KAUTSKY, 1980, P.73).

Ainda conforme Kautsky, em se tratando das cooperativas de crédito, essa forma de organização se apresenta de maneira mais favorável aos camponeses, pois:

Para os pequenos lavradores, tais instituições valem sobretudo na hipótese do crédito pessoal. Elas obtêm o que não obtêm o camponês Isolado, isto é, o crédito do grande capital urbano nas condições do capitalismo moderno. Se os empréstimos do camponês isolado são pouco vultosos para interessar o grande capital, os de toda umas sociedades exercem papel inteiramente diverso. E se o crédito a um cultivador que lhe é inteiramente desconhecido não oferece garantias a um banqueiro da cidade, o risco se lhe reduz ao mínimo no caso da solidariedade de muitos associados. (KAUTSKY, 1980, p. 73).

A facilidade do acesso ao crédito através das cooperativas é um elemento de destaque na análise de Kautsky, destacada como uma grande vantagem ao camponês, tendo em vista o seu desenvolvimento econômico. Nesse sentido afirma:

graças às organizações de crédito, o camponês levanta dinheiro a uma taxa módica, pagando-o sem arruinar-se, em virtude dos melhoramentos de sua exploração que esse empréstimo torna praticáveis. Não há dúvida, as sociedades de crédito são, para os camponeses, sumamente importantes como veículo de progresso econômico. (KAUTSKY, 1980, p. 73).

Com base nesses pressupostos, não se trata de progresso no sentido socialista, mas de progresso no sentido capitalista, ou seja, progresso de relativo valor econômico. Segundo o autor, mesmo as organizações de crédito cooperativo (os bancos de crédito agrícola), a que chama de organizações mais perfeitas, quando controladas por forças conservadoras, não conseguem atender aos interesses de grande parte dos camponeses, e cita como exemplo os sistemas Raiffeisen e Schulze-Delitzsch.

Para Kautsky, o fato é que, por necessitar de garantias, nem todos estão aptos a contrair um empréstimo. Nesse sentido, os mais necessitados, terminam por *cair nas garras* dos usurários. Assim, diante do exposto, compreende-se que: a formação das cooperativas seria muito mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses.

2.3.1.4 A visão de Lênin

A abordagem de Lênin sobre o tema da cooperação é feita em um contexto revolucionário em transformação, onde a Rússia lança mão do cooperativismo como instrumento de organização popular, tendo em vista o desafio de impulsionar a sua economia⁷. Em seus argumentos, conforme Martins (2000), Lênin defende o agrupamento dos trabalhadores em cooperativas, e que era preciso dar importância à cooperação no novo regime de Estado socialista, vivido pela Rússia à época. No entanto, a cooperação não seria ainda uma sociedade socialista, mas representava o necessário e suficiente para a efetivação desse novo modelo de sociedade e esta seria a via mais acessível à inclusão do camponês. Porém, ressalta que

imaginar todas as espécies de projetos de associações operárias para construir o socialismo, é uma coisa; outra, é aprender a construir esse socialismo na prática, de modo a que o camponês possa participar dessa esfera. (MARTINS, 2000, p.49).

Conforme Martins (2000, p. 54), Lenin enfatiza que “em um Estado Capitalista as cooperativas são instituições capitalistas coletivas”. Contudo, “as cooperativas distinguem-se das empresas capitalistas como as empresas coletivas se distinguem das que são privadas”.

Reconhecendo a importância das cooperativas, Lenin revela ser esse método de organização muito pouco aproveitado diante do seu potencial e chama a atenção para o fato de muitos dos seus companheiros de quadro político ainda não haverem despertado para esse reconhecimento, e ao contrário o veem com desdém.

Lenin argumenta que o Estado precisa apoiar os segmentos cooperativistas, da mesma maneira em que apoia a grande empresa, com a disponibilidade de crédito sendo fundamental em apoio ao regime social cooperativo. Para isso, defende ser necessário tornar a população

⁷Segundo Lazzarett (2007), o contexto vivido pela Rússia nesse período (início do século XX), era de um país com população rural em torno de 80% da população total. “Por isso, para os revolucionários da época, principalmente Lênin, “marxista ferrenho”, a cooperação na agricultura vai ser outro ponto fundamental para impulsionar a economia russa” Lazzarett (2007, p. 139).

civilizada para uma participação mais ativa nesse setor e conseqüentemente, haja êxito do sistema cooperativo. (MARTINS, 2000).

Segundo Martins (2000), Lenin defende uma ação cultural em favor do campesinato no sentido de viabilizar o agrupamento dos mesmos em cooperativas e, dessa forma, atingir seus objetivos socioeconômicos. Em sua opinião, tal ação não se trata de uma tarefa simples, pelo alto grau de analfabetismo existente entre os camponeses, sendo necessário o que chama de uma “revolução cultural”.

Lênin notava que o atraso cultural dos camponeses era um limitador para o avanço da cooperação. Por isso, construir o socialismo, para ele, significava elevar a cultura e a civilização das massas populares. Para Lênin, a cooperação e a revolução cultural eram inseparáveis. (LAZZARETT, 2007, p.140).

2.4 O Cooperativismo de crédito no Brasil

As primeiras cooperativas de crédito surgiram na Europa - a partir da segunda metade do Século XIX - principalmente na Alemanha e na Itália (BÚRIGO, 2006). No Brasil, o cooperativismo de crédito tem sua origem no início do século XX, trazido pelos imigrantes alemães e italianos que vinham para a região sul. Segundo Bittencourt (2001), a primeira cooperativa brasileira foi fundada em 1902 na cidade de Nova Petrópolis (serra gaúcha), e ainda se encontra em funcionamento.

Por meio da implantação das cooperativas de crédito, os imigrantes passavam a resolver seus problemas de crédito, de produção e de consumo, favorecendo assim a obtenção de condições dignas de vida.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras e sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas à falência, constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. (BITTENCOURT, 2001, P.23).

Na definição do Banco Central do Brasil (BCB), as cooperativas são

Caracterizadas como sociedade de pessoas, e não de capital, as cooperativas têm, na união de indivíduos pela adesão voluntária e livre, na gestão democrática, na participação econômica dos membros, na autonomia e na independência, os princípios basilares de sua gestão. Assim, ao contrário do que acontece nas grandes empresas privadas, as cooperativas são administradas por seus associados, que são os donos do negócio. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009, p.63).

Conforme a Lei 5.764/71, Lei do período militar que define a Política Nacional do Cooperativismo, a direção das cooperativas é democrática e de responsabilidade dos sócios cooperados. Cada sócio tem o direito de participar das decisões através do voto (cada pessoa tem apenas um voto), sendo este, portanto, um dos princípios do cooperativismo.

Os sócios cooperados

Como os usuários dos serviços das cooperativas de crédito são também os donos do negócio, assumem risco e responsabilidades que extrapolam os dos usuários de outro tipo de instituição financeira. Em decorrência do previsto no artigo 1.095 da Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil) e nos artigos 89 e 80 da Lei nº 5.764/1971, o sócio de uma cooperativa passa a responder não somente pela parcela correspondente às quotas de capital por ele integralizadas, mas também pelos prejuízos porventura verificados, na proporção das operações que tiver realizado. O § 2º do mencionado artigo do Código Civil reforça essa responsabilidade ilimitada dos sócios, ao estabelecer que “É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio, responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais”. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009, P. 43).

Uma cooperativa de crédito é uma associação que tem por finalidade prestar serviços econômico-financeiros também realizados pelos bancos, como: financiamento da produção, abertura e movimentação de conta corrente; transferências e recebimentos de capital; descontos de cheques e duplicata, aplicações, etc. (BÚRIGO 2006). Não obstante, é diferente de um banco, pois seus proprietários são os seus clientes/associados e não necessariamente tendo que gerar lucros, mas sim prestar serviços econômico-financeiros de forma mais acessível.

Neste sentido, as cooperativas de crédito diferenciam-se dos bancos justamente pelo tamanho e destino dos rendimentos gerados por suas operações. Nos bancos, tais rendimentos são apropriados pelos donos, em forma de lucros, sendo que nas cooperativas de crédito, quando existem sobras, estas são divididas entre os associados ou são utilizadas para a capitalização da cooperativa, elevando-se o valor do capital social dos associados. (BITTENCOURT, 2001).

As cooperativas de crédito são formas de cooperação que procuram viabilizar o acesso ao crédito e a recursos públicos, e a mobilização de recursos locais em vista do apoio a atividades econômicas que promovam o desenvolvimento regional e a melhoria de condições de vida de seus associados. A cooperativa de crédito funciona fortemente com base na confiança de seus associados e, portanto, depende, além de uma adequada gestão, de solidez financeira e política. (CHRISTOFFOLI, 2012, P. 162).

As cooperativas de crédito, instituições de caráter financeiro sem fins lucrativos, são organizações que fazem parte do sistema financeiro nacional (Lei 4.595/64) e atuam diretamente no mercado de livre concorrência. Para Burigo (2006, p. 57), ao contrário do que houve na Europa, no Brasil, “o compromisso do cooperativismo com as demandas sociais é um tema controverso”. Para o autor, no âmbito nacional, o cooperativismo nasce com a chancela das elites, pautado por uma economia predominante agroexportadora. Conforme Bursztyn (1984), não se trata de negar a importância do cooperativismo no desenvolvimento

da economia rural, porém não se deve desconsiderar o fato de que sua disseminação é marcada por distorções, visto que, muitas vezes, grandes proprietários utilizam-nas para seu próprio proveito, desviando medidas do Estado voltadas para beneficiar os pequenos produtores.

Por seu contexto histórico, as regiões sudeste e sul apresentam o maior percentual de municípios atendidos pelo cooperativismo de crédito.

Sobre a dispersão geográfica dos pontos de atendimento [...], verifica-se que persiste maior concentração física de pontos de atendimento de cooperativas nas regiões Sul e Sudeste, com 53,9% e 30,7%, respectivamente. Destaca-se o crescimento expressivo de 62,1% nos pontos de atendimento de cooperativas da região Norte no período 2010-2014. Apesar desse crescimento, as regiões Norte e Nordeste possuem, juntas, apenas 6% do total de pontos de atendimento, demonstrando oportunidade de crescimento do segmento nessas regiões do país. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015, p.47).

Em relação à região Nordeste, apesar do seu contexto histórico de cooperação, implementado pelo povo de matiz indígena, quilombola e camponesa, a trajetória do cooperativismo, foi de um cooperativismo cooptado pela elite regional.

Em harmonia com a estrutura tradicional da sociedade rural brasileira, a cooperativa não visa à destruição da estrutura latifúndio-minifúndio, mas sim dar-lhe maior respaldo. Ao mesmo tempo em que o cooperativismo representa no Brasil um importante instrumento de modernização capitalista ao nível da estrutura produtiva, ele funciona também como uma força conservadora das relações sociais de produção, apoiando-se sobre as 'vantagens' das relações economia de mercado/economia camponesa ou, simplesmente, latifúndio/minifúndio. (BURSZTYN, 1994, P. 56).

Ainda conforme Bursztyn (1994, p. 53) essas “são, possivelmente, as contradições sociais, que se escondem por trás dos muros das cooperativas, que explicam, em grande parte, seu não-funcionamento como instrumento de libertação dos pequenos produtores”. Isso em parte explicaria o fato do Estado ditatorial ter se utilizado de cooperativas agrícolas tuteladas para fomentar a modernização da agricultura capitalista.

Além de outros fatores já mencionados, o tema da gestão das cooperativas de crédito é também um fator de risco e que deve ser levado a sério.

Embora tenha havido esforços por parte dos sistemas cooperativos organizados, no intuito de impingir às suas filiadas regras de conduta, sistemas informatizados, controles operacionais e outros procedimentos, muitas cooperativas singulares continuam sendo administradas de acordo com o posicionamento pessoal de seus dirigentes. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009, p.28).

Visando diminuir os riscos dos sistemas de crédito cooperativo, o BCB (2009, p.28), entre outros aspectos ressalta a necessidade de aperfeiçoamento da utilização das práticas de

governança, como elemento de controle organizacional e enfatiza a necessidade de “participação efetiva dos principais atores envolvidos, cooperados, conselheiros de administração, diretores não executivos e conselheiros fiscais, na fiscalização e no acompanhamento dos atos de gestão dos dirigentes executivos”, como forma de controle e fortalecimento da gestão das cooperativas.

No âmbito do cooperativismo de crédito rural no Brasil,

Pela relevância do seu alcance social decorrente da inclusão financeira de pequenos agricultores e pela forma como são percebidos os benefícios da ajuda mútua oriundas do cooperativismo, destacam-se as chamadas cooperativas de crédito solidário. A história desse grupo de cooperativas de crédito, segundo Soares e Melo Sobrinho (2008), inicia-se no final da década de 80, quando pequenos agricultores advindos de assentamentos da reforma agrária nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Paraná, com dificuldades para acessar crédito de custeio e de investimento, estruturam o Fundo de Crédito Rotativo, financiado pela Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha (Misereor) e administrada por entidades e movimentos pastorais, sindicais não governamentais, associativas e sem terras. [...] O movimento avança pelo Sul do país, atingindo atualmente outras regiões. Em 2004, é criada a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol), que reúne cooperativas centrais de crédito voltado para a agricultura rural com interaçõesolidária, assim como sistemas não organizados em centrais. Em 2008, as cooperativas de crédito solidário constituíram a Confesol, de terceiro nível, com sede em Florianópolis (SC). (FREIRE FILHO, et al. 2010, p. 154).

Dentro do cooperativismo brasileiro, observam-se divergentes correntes político-ideológicas entre as instituições. A corrente tradicional representada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada pela Lei 5764/71, e a corrente solidária, representada pelas organizações Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil); Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), (a UNISOL BRASIL ligada principalmente ao movimento sindical, a ANTEAG as empresas recuperadas para sistema de autogestão e a CONCRAB ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST); e União Nacional das Cooperativas da Economia Familiar e Solidária (UNICAFES), organização fundada no ano de 2005.

Contrapondo-se ao cooperativismo tradicional, representado pela OCB, o cooperativismo solidário nasce na perspectiva de representar os segmentos historicamente marginalizados da economia nacional; os pobres, os excluídos, traçando assim um novo marco para o cooperativismo brasileiro. Nesse sentido, tem-se a institucionalização das cooperativas solidárias a partir da constituição de 1988 que desobriga as cooperativas a filiação ao sistema OCB.

2.4.1 Cooperativas de crédito de interação solidária

No final da década de 1990, as experiências de cooperativas de crédito solidário começaram a se ramificar pelo país, com a criação de novas organizações no Sudeste, Centro Oeste, Nordeste e no Sul, superando, dessa forma, a fase pioneira das cooperativas do Sul e da Bahia. Esse fenômeno, “além de representar uma nova tendência de expansão horizontal do cooperativismo de crédito brasileiro, gerou maior articulação entre essas experiências” (BÚRIGO, 2006, p.169).

Por sentirem-se excluídos da participação nos modelos de cooperativas de crédito até então existentes, os agricultores familiares iniciaram, na década de 1990, uma democratização do acesso ao crédito, concedido por meio de fundos de crédito rotativos conseguidos junto a entidades de cooperação internacional. (PAGNONCELLI, 2009, p.16).

Assim, registra-se a primeira experiência de crédito formada por agricultores familiares com a criação da Crediquilombo, Município de Quilombo, no Estado de Santa Catarina, em 1993, filiada ao sistema Sicredi. Nessa perspectiva, em meados da década de 1990, no estado do Paraná, agricultores familiares, organizados em associações, deram início à constituição do seu próprio modelo de cooperativa de crédito com o objetivo de diminuir os problemas relacionados a falta de recursos para o fomento da produção na agricultura familiar. Desse modo, surge o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural, que, nasce da

necessidade que os pequenos agricultores tinham de melhorar as condições de acesso ao crédito rural oficial, bem como para fortalecer o desenvolvimento dos pequenos Municípios que tinham na agricultura a sua principal atividade econômica. Em 1996, foi inaugurada a primeira cooperativa do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária Ltda., no Município de Dois Vizinhos, Sudoeste do Paraná, formada por agricultores familiares e totalmente desvinculada das cooperativas de produção. (PAGNONCELLI, 2009, p. 16).

No estado da Bahia, as cooperativas de crédito rural nasceram vinculadas ao sistema tradicional, e algumas delas estão aderidas ao sistema SICOOB de cooperativas e, anos depois, buscaram construir outro sistema a partir dos princípios da linha solidária por estarem insatisfeitas com o processo de bancarização vivido, decidem aderir ao movimento cooperativista solidário, participando, desse modo, da criação da ANCOSOL, CONFESOL, UNICAFES e fortalecendo a integração entre os sistemas cooperativistas solidários do país. É importante contextualizar que essa decisão não foi unânime na base da ASCOOB Associação, entidade de apoio às cooperativas de crédito da agricultura familiar no Estado da Bahia, em

que cooperativas de crédito de base solidária continuaram vinculadas ao Sistema SICOOB nos Territórios do Sisal, do Recôncavo da Bahia e no Litoral Norte. A respeito das razões que levam algumas cooperativas de crédito se desligar do sistema SICOOB e abraçarem o projeto de criação de um novo sistema de cooperativas de crédito na Bahia,

Segundo alguns dirigentes como também os gerentes e assessores, a adesão ao Sicoob-BA e ao Bancoob onera as cooperativas em demasia. Argumentam que os serviços prestados na área contábil e financeira não condizem com os valores pagos, como também têm sido insuficientes os esforços para aumentar a captação de recursos para os financiamentos rurais. (MAGALHÃES, 2005, p. 242).

Além disso, ainda conforme Magalhães, críticas à “bancarização” das cooperativas ligadas ao sistema SICOOB também têm emergido dos movimentos sociais, assim se constata.

Outro caso digno de nota é o do sindicato dos trabalhadores rurais de Araci cujos dirigentes tecem críticas contundentes ao caráter “financista” da cooperativa de crédito e ao privilégio que alguns cooperados, principalmente os pequenos empresários do município, têm com relação aos agricultores de menor renda. Apesar do acesso mais fácil, a cooperativa é frequentemente comparada ao banco, os dirigentes e principalmente os gerentes são criticados pelo foco dado ao resultado financeiro da cooperativa, em detrimento, especialmente, da redução nas taxas de juros (MAGALHÃES, 2005, p.133).

Quadro 1 - Dados sobre as cooperativas integrantes da ASCOOB Associação (1999)

Nome	Início	% Agricultores familiares	Principais parceiras
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ARACI	1997	60	Apaeb, MOC, Disop
COOPERATIVA. C. RURAL DE BAIXA GRANDE	2001	40	Sindicatos e associações
COOPERATIVA. C RURAL FEIRA DE SANTANA	1998	70	STRs, Apaeb, MOC, Cediter, associações.
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE INHAMBUPE	1997	30	Aefara, Disop, Coopera
COOPERATIVA. CRÉD. RURAL VALE DO PARAGUASSU	2002	50	Ascoob
COOPERATIVA. DE CRÉDITO RURAL DO PIEMONTE -	2003	60	Cogefur, Ascoob, MOC
COOPERATIVA. DE C RURAL RECÔNCAVO- COCRESUL	1999	75	Sindicato Rural e STRs
COOPERATIVA. DE CRÉD. RURAL PINTADAS – SERTÃO	1998	100	Sicoob, Ascoob, Disop, Rede Pintadas, Parceiros da Terra
COOPERATIVA. DE C. RURAL DO VALE DO ITAPICURU	2000	70	STRs, Ceaic, Uapac, STP e Coobencool
COOPERATIVA. CRÉD. RURAL DE SERRINHA	1991	70	MOC, Cogefur, Apaeb, STR
COOPERATIVA. VALENTENSE DE CRÉD. RURAL – COOPERE	1993	40	Apaeb, MOC, Fatres, Polo Sindical, STRs, CDLs

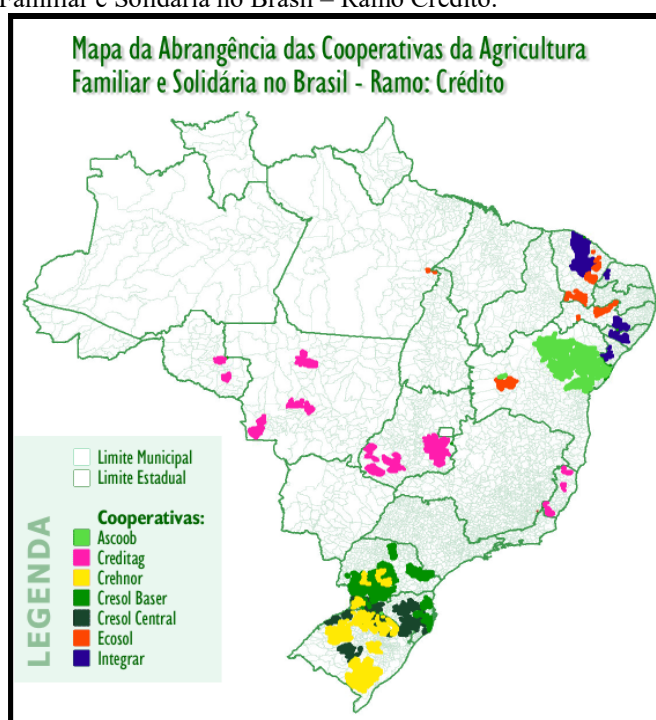
Fonte: Adaptação nossa a partir de Búrigo (2006).

Na opinião de Bittencourt (2001), as experiências desenvolvidas pelas cooperativas de crédito rural solidário têm sido extremamente importantes para as camadas populares, no sentido de qualificar as discussões acerca da democratização do acesso a recursos financeiros oficiais e ao Sistema Financeiro Nacional. Nessa perspectiva, favorecer a inclusão socioeconômica da massa trabalhadora, excluídas dos serviços financeiros bancários.

Pois os bancos não têm interesse em atender quem movimenta pouco dinheiro, tem poucas garantias e deseja fazer empréstimos de pequeno porte, pois estes apresentam custos operacionais elevados para os seus padrões. Diante destes entraves, as cooperativas de crédito rurais de agricultores familiares podem proporcionar canais de acesso ao crédito, além de uma melhor capacitação para sua utilização. (BITTENCOURT, 2001, p. 17)

Nesse contexto, segundo destaca Búrigo (2006), as cooperativas de crédito rural (Credis), alternativas criadas em Santa Catarina e as cooperativas de crédito de integração solidária do Sistema Cresol, nascidas no sudoeste do Paraná, juntamente com as cooperativas ligadas à Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB), fundadas no interior baiano, marcam os primórdios do cooperativismo de crédito solidário no Brasil ao longo da década de 1990.

Mapa 2 - Área de abrangência das Cooperativas da Agricultura Familiar e Solidária no Brasil – Ramo Crédito.



Fonte: Búrigo (2006).

Corroborando com Bittencourt (2001), para Pinho (2004 apud Búrigo, 2006, p. 168),

As experiências das cooperativas de crédito rural solidárias acabaram contribuindo também para qualificar as discussões sobre a democratização do uso dos recursos financeiros oficiais e a participação dos setores de baixa renda no SFN. Vale frisar que, ao longo desse processo, a OCB preferia adotar uma posição ambígua, que ora se mostrava refratária, ora revelava indiferença e descrença. Essa conduta talvez significasse que seus dirigentes não acreditassem no sucesso das novas experiências: “a vertente cooperativa solidária não era reconhecida pela OCB, por considerá-la pouco viável, sobretudo do ponto de vista autogestionário, cooperativo e econômico.

Em âmbito nacional, o movimento cooperativista solidário avança pela região Sul do país e aos poucos vai se expandindo a outras regiões. Tal fato tem na criação da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL) em 2004, um importante marco.

Conforme Reis Junior (2006), nos dias atuais, o cooperativismo vive um crescente movimento em várias partes do mundo. Observa-se que, por sua dinâmica coletiva, democrática, ele tem papel fundamental para a melhoria na distribuição de riqueza, por favorecer a aglutinação de demandas sociais, ajudando a orientar e disciplinar o crescimento socioeconômico dos países, sobretudo os de economias emergentes. No campo da economia solidária as cooperativas de crédito rural são percebidas como instrumento catalisador de uma nova concepção de desenvolvimento, por seu papel estratégico na promoção da inclusão e pelo compromisso social com a comunidade. Assim, “uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para o seu quadro social, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas que integram aquele segmento, como também busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões (social, cultural, política, etc.)” (BÚRIGO, 2006, p. 21).

A esse respeito, o surgimento das cooperativas de crédito no sertão baiano tem sido importante no sentido de provocar um rompimento do mercado financeiro local, muito baseado nos vínculos clientelistas, personalizados (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007). Esse fato se articula com a emergência de novas estruturas sociais, e de novos pilares institucionais e organizativos, a exemplo das cooperativas de crédito rural ASCOOB. As Cooperativas ASCOOB estão presentes em vinte e um (21) municípios do estado da Bahia, atendendo a um total de 38.819 cooperados⁸, sendo que 31.178 (80,32 %) são atendidos pelas cooperativas do Território Sisal. Seu capital social é de aproximadamente R\$10 milhões, dos quais R\$7.1 milhões (71%) está formado pelas cooperativas do Sisal.

⁸ Disponível: < <http://www.sistemaascoob.com.br/cooperativas-filiadas.php>>. Acesso em: 27 out. 2014.

2.5 O crédito como elemento de inclusão financeira

No decorrer do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, a moeda constituiu-se como elemento fundamental na relação entre os indivíduos. Em sua função primária o dinheiro “serve para medir o valor e, diretamente ou através de representantes, serve de meio de circulação” (MARX, 2011, p. 156), permitindo aferir o preço entre mercadorias, bem como facilitar sua troca.

Nesse contexto, segundo Karl Marx, o crédito surge e toma a forma de meio de pagamento exercida pelo dinheiro, auxiliando no desenvolvimento e consolidação do modo capitalista de produção. Assim, argumenta:

O dinheiro de crédito decorre diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, circulando certificados das dívidas relativas às mercadorias vendidas, com o fim de transferir a outros o direito de exigir o pagamento delas. À medida que se amplia o sistema de crédito, desenvolve-se a função de meio de pagamento exercida pelo dinheiro (MARX, 2011, p. 166).

Na economia capitalista, em decorrência do crescimento da riqueza e das mercadorias, o dinheiro deixa de ser simplesmente um elemento facilitador da circulação de mercadorias para converter-se em instrumento de acumulação e reprodução ampliada do capital, atendendo ao objetivo único do capitalista, que é o de “obter lucros cada vez maiores, seja na esfera do comércio, seja na esfera da produção” (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p.09). A partir desse ponto de vista,

para o capitalista, já não interessa qual mercadoria dará a maior lucratividade, seja trigo ou sejam armas e bombas, assim como também não interessa o grau de exploração que ele vai ter de submeter os trabalhadores ou o meio ambiente. O que ele tende a procurar é o máximo lucro possível. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p.09).

De acordo com essa lógica, a função do capitalista no interior do sistema de desenvolvimento do Capital financeiro é a de emprestar dinheiro. Dessa forma, o dinheiro deixa de ser um meio de facilitar a comercialização das mercadorias para ser utilizado, por seus tomadores, nos mais diversos âmbitos (produção ou circulação), a fim de garantir ampliação dos investimentos produtivos e, por conseguinte, maior margem de lucro possível. “Em troca, o prestador de capital receberia uma taxa de juros, e o capitalista financeiro ampliaria seu capital, através da acumulação de uma parcela das taxas de juros” (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p. 9).

Do ponto de vista da troca de mercadorias, para Marx, a prática da troca do dinheiro pelo dinheiro consiste em uma ação do capital usurário em que a forma D-M (D= dinheiro, M= mercadoria), reduz-se aos extremos, D – D’, ou seja, dinheiro que se troca por mais dinheiro, contradizendo assim a natureza do dinheiro em si. Sobre essa questão, o autor, cita o pensamento de Aristóteles que diz:

A crematística se compõe de duas partes, uma pertencente ao comércio e a outra à economia; a segunda é necessária e louvável, e a primeira, fundamentada na circulação, condena-se como injusta, pois não se baseia na natureza, mas na defraudação recíproca; por isso, odeia-se a usura com toda a razão, pois o dinheiro aqui é o meio de sua própria aquisição, não sendo utilizado de acordo com o fim para que foi criado. Inventou-se o dinheiro para facilitar a troca das mercadorias, mas o juro faz do dinheiro mais dinheiro. Daí seu nome [esse nome em grego, significa não só juro, usura, mas também criança, futuro, o que é gerado], pois os gerados são semelhantes aos que os geraram. O juro é dinheiro que nasce de dinheiro, e, de todos os modos de adquirir, este é o mais contrário à natureza. (MARX, 2011 p. 195).

Nesse sentido, a taxa de juro cobrada pelo empréstimo do crédito nada mais é do que “uma parcela do lucro (da mais-valia) produzida na esfera da produção ou da circulação, que o capitalista, produtor ou comerciante, se obriga a dividir com o capitalista financeiro, em função de este tê-lo auxiliado mediante o adiantamento do capital” (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p. 09). Referindo-se à função do crédito numa economia capitalista a CONCRAB sublinha:

- a) O crédito estimula, viabiliza e amplifica a produção capitalista. Porque viabiliza a outros capitalistas que tem acesso a meios de produção, trabalhadores, mercado, etc, mas não têm capital suficiente;
- b) O crédito reduz os custos médios de circulação das mercadorias, devido à especialização de atividades como a cobrança de títulos, registros dos processos e transações, etc;
- c) O crédito desenvolve um papel macroeconômico de regular e nivelar a taxa média de lucro, entre todos os capitalistas que atuam na produção;
- d) O crédito estimulou o surgimento dos bancos e as sociedades capitalistas (empresas) por ações ou quotas;
- e) Ao estimular um desenvolvimento mais acelerado do capitalismo, o crédito contribui indiretamente para agudização das contradições do próprio capitalismo, ou seja, do processo de concentração e centralização. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p.9).

O controle do sistema de crédito na sociedade capitalista está a cargo dos bancos, constituindo-se, portanto, como parte hegemônica do capital. Em contrapartida, no âmbito da produção com base nos princípios da economia socialista, o sistema bancário ou de crédito necessariamente passa pelo controle do Estado, onde os ganhos obtidos pelo sistema de crédito devem ser repartidos, a fim de gerar benefícios ao conjunto da sociedade e não apenas a quem detém os meios de produção.

O crédito se dirige basicamente a financiar e estimular o desenvolvimento socioeconômico, de acordo com o planejamento estratégico, voltado para a produção das mercadorias, bens e serviços que a sociedade necessita, e não àquelas atividades que rendem as maiores taxas de lucro, como funciona no capitalismo. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p.10).

Nesse contexto, embora tenha sua atuação limitada,

a cooperativa de crédito cumpre principalmente o papel social, de viabilizar e de proporcionar o acesso ao crédito ao pequeno agricultor, ao contrário da lógica capitalista, que se utiliza do capital crédito, como forma de acumulação (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p.10).

Na cooperativa de crédito, o processo de acumulação resulta ser menor do que o praticado pelos bancos e “tem a vantagem de poder ser socializado (distribuído) entre os seus sócios” (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p.10). Assim, o seu papel é o de complementar, dar viabilidade à produção dos pequenos produtores.

Os objetivos da cooperação no crédito, consistem em:

- Estimular a cooperação entre os assentados e pequenos agricultores, como forma de organizar a resistência ao capitalismo;
- Constituir um Sistema de Crédito Próprio, vinculado a estratégia dos movimentos sociais do campo;
- Articular-se com outros setores da sociedade;
- Possibilitar o acesso ao crédito por parte dos assentados e pequenos agricultores;
- Utilizar o crédito como mais uma importante ferramenta de desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas e pequenos agricultores em seu meio dentro de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura e a sociedade;
- Qualificar e potencializar o uso dos recursos conquistados pela luta;
- Estimular o desenvolvimento de linhas de produção estratégicas nas regiões;
- Retenção e aplicação da renda agrícola gerada nos assentamentos e comunidades de pequenos agricultores, otimizando esta poupança interna;
- Diversificação nas linhas de financiamento, principalmente na forma de pequenos investimentos;
- Capacitar e qualificar os quadros dirigentes na gestão financeira e creditícia, servindo de base de apoio à organização administrativa das demais Empresas Sociais. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, 2007, p. 11).

Para Singer (2002), um grande exemplo do uso do crédito para fins socioeconômicos é o caso do Grameen Bank (Banco da Aldeia), situado em Bangladesh, um dos países mais pobres do continente asiático.

A iniciativa inspirada pelo economista Muhammad Yunus, em 1979, está alicerçada na ideia da solidariedade; na partilha, ao invés da prática da usura. A propósito, a experiência do Banco da Aldeia consiste na realização de empréstimo em pequenas quantias de dinheiro

aos pobres, sobretudo às mulheres, cujo crédito era negado pelas instituições financeiras convencionais. Chamado de o “banqueiro dos pobres”, Yunus ajudou a popularizar o conceito de microcrédito em todo o mundo, inclusive no Brasil.

3 A EDUCAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

3.1 O sentido da educação na perspectiva Marxista e de Paulo Freire e o caráter educativo dos movimentos sociais

O princípio do trabalho como categoria teórica, para relacionar a educação com a cooperação, está fundamentado na perspectiva marxista, onde a produção, o trabalho, é a base da humanização e da aprendizagem entre os humanos. Nesse processo, a aprendizagem é concebida como um ato cooperativo permanente, que se dá na prática social da convivência humana (ANDRIOLI, 2009), sendo que, para isso, o trabalho se configura como uma atividade vital.

A atividade vital é antes de tudo aquela que reproduz a vida, é aquela que toda espécie animal (e também o gênero humano) precisa realizar para existir e para reproduzir a si próprio como espécie. [...] O trabalho, como atividade vital humana, não é apenas uma atividade que assegura a sobrevivência do indivíduo que a realiza e de outros imediatamente próximos a ele, mas uma atividade que assegura a existência da sociedade. (DUARTE, 2013, p.23).

O ser humano, como um ser genérico, necessita do trabalho para produzir sua própria vida. Como manifestação humana, o trabalho enquanto atividade vital, não alienada, é o fundamento pelo qual os seres humanos tornam possível a humanização da natureza.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (MARX, 2011, p. 211).

A partir dessa compreensão, evidencia-se que a relação de produção que os seres humanos estabelecem com a natureza, por meio do trabalho, não só transforma o meio em que ele vive, mas a si próprio. Portanto, o trabalho produtivo é o meio pelo qual os humanos se reconhecem enquanto tal. Assim, não é o fato de pensar que os distingue dos outros animais, mas o ato de produzir seus meios de subsistência.

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de subsistência.[...] Ao produzir os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX; ENGEL, 2009, p.24).

Na perspectiva dos referidos autores, o que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. Dessa forma, os seres humanos, em sua essência, são seres históricos e sociais, criados por meio da relação direta com o trabalho. O trabalho é o fundamento da vida social e não as ideias. Assim sendo, a existência social é considerada como resultante da própria ação humana.

O ser humano, na condição de ser real, é compreendido como o criador da sua própria história e, para isso, precisa produzir os bens materiais, necessários à garantia de sua existência. Em síntese:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 2011, p. 64).

Com base nesse pressuposto, o modo de produção da vida material é fator condicionante de todo o processo da vida social, política e espiritual e, nesse processo, a existência social é o que determina a consciência humana. Diante dessa compreensão, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos – como é para os empiristas, eles próprios ainda abstratos -, ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados, como para os idealistas (MARX; ENGELS, 2009, p.32).

As relações materiais concretas, que os seres humanos estabelecem entre si, são fundamentais e ajudam a explicar as ideias e as formas de organização por eles criadas. A conexão entre as ideias e a realidade objetiva é elemento fundamental para uma maior compreensão da realidade. Nesse contexto, a realidade social é entendida como uma totalidade, tendo o trabalho como sua matriz principal, não podendo ser compreendida por parte, isoladamente. Portanto, a apropriação da natureza pelo ser humano é a base da criação da sua realidade, sem a qual não haveria objetivação do mesmo e, “nesse processo, surgem (se objetivam) novas forças e necessidades ” (DUARTE, 2013, p. 32). Assim, com base na perspectiva marxista,

Não há história social se não houver transformação da realidade humana, se não houver desenvolvimento. Mas não há desenvolvimento humano se não houver a transformação das necessidades humanas, seja pela transformação das formas de satisfação de necessidades anteriores existentes, seja pelo surgimento de novos tipos de necessidades. (DUARTE, 2013, p.33).

Para se objetivar como seres humanos, os indivíduos necessitam inserir-se na história. Daí que, em seu processo de formação, o indivíduo “forma-se, apropriando-se dos resultados

da história social e objetivando-se no interior dessa história, ou seja, sua formação realiza-se por meio da relação entre objetivação e apropriação” (DUARTE, 2013, p.46).

De acordo com este raciocínio, o processo de formação dos indivíduos será sempre um processo educativo, ainda que seja realizada de forma espontânea, ou seja, mesmo que não haja uma “relação consciente para com o processo educativo, tanto de parte de quem está sendo educado quanto de parte de quem está educando” (DUARTE, 2013, p. 46).

O significado do conhecimento em Marx parte do princípio de que:

- 1) As coisas existem independentemente do pensamento, com o corolário: é a realidade que determina as ideias e não o contrário;
- 2) A realidade é cognoscível, com o corolário; o ato de conhecer é criativo e não enquanto produção do próprio objeto de conhecimento, mas enquanto produção das categorias que permitam a reprodução, em pensamento, do objeto que se busca conhecer. (SAVIANI; DUARTE, 2012, p.63).

A esse respeito,

O desenvolvimento que se expressa em cada ser humano não advém de uma essência humana abstrata, mas é um processo no qual o ser se constitui socialmente, por meio do trabalho; é uma individualidade – e, conseqüentemente uma subjetividade – que se constrói, portanto, dentro de determinadas condições histórico-sociais. (FRIGOTO, 2012, p. 265).

Logo, compreendendo que o trabalho é o meio pelo qual os seres humanos transformam o mundo através de sua ação, constata-se que, nessa perspectiva, o conhecimento tem sua base na relação sujeito-mundo.

A relação homem-mundo, como fator primordial do processo ensino- aprendizagem, também está presente nas ideias do educador Paulo Freire. De acordo com Michels e Volpato (2001, p.131), “ao analisar pensamentos de Freire verifica-se que essa dialética marxista é uma grande influenciadora do pensamento do autor”. Assim sendo, a influência do pensamento marxista nas ideias de Paulo Freire é demonstrada em vários dos seus escritos quando aponta às contradições da sociedade capitalista, ao revelar os problemas gerados por esse sistema e denunciar a relação de poder existente entre opressor e oprimido. Ainda na visão das autoras, ao explicar que a realidade social é resultado de uma construção social feita por homens e mulheres, Freire deixa clara a sua concepção dialética, oriunda do marxismo.

Como se constata na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2005, p.85), “o ponto de partida deste movimento está nos homens mesmos. [...] Como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens-mundo”.

Na concepção de Freire (2005), diferentes dos animais, os homens são seres da práxis. São seres do *quefazer*. Os animais, ao contrário dos humanos, não têm consciência do mundo, pois estão imersos nele. Os homens, por sua vez, na condição de seres do *quefazer* “emergem” dele, podendo objetivá-lo, conhecê-lo, e transformá-lo com seu trabalho. Para Paulo Freire, a realidade concreta, objetiva, é elemento fundamental à prática da educação, como princípio de libertação para a classe trabalhadora. Desse modo,

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. (FREIRE, 2005, p. 81).

O propósito da educação como prática libertadora, emancipadora, tem no centro de sua ação a relação dialógica entre educador e educando, através da prática problematizadora. Deste modo, o ideal de Freire é o de “uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática” (FREIRE, 2007, p.97). Uma educação que, favorecendo a formação da consciência crítica, o advertisse dos perigos do seu tempo, lhes dessas forças e os encorajasse a lutar.

A pedagogia libertadora de Paulo Freire tornou-se um dos principais subsídios teórico-práticos para a educação popular, e de educação não formal, efetivadas pelos movimentos sociais no Brasil e na América Latina. As ideias de Paulo Freire, que se estabelecem tendo como categorias antagônicas, “opressor e oprimido”, trouxeram grandes contribuições para a educação popular como referencial de educação dos movimentos sociais. Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire aponta o processo de libertação como um grande desafio dos oprimidos.

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 2005, p.34)

Freire (2005) conceitua a Pedagogia do Oprimido como:

Aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 2005, p. 34).

A Pedagogia freireana traz em seu bojo o propósito de conscientizar os indivíduos acerca da realidade social em que vivem, com as suas contradições e desafios, de modo que,

conhecendo as causas da opressão, os mesmos possam lutar para que haja libertação. Logo, “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem” nela criticamente” (FREIRE, 2005, p.44).

Para Freire, a realidade social é produto da ação humana e, como tal, não se transforma por acaso. Assim, “se os homens são produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (2005, p. 41), Nesse contexto, o diálogo crítico e libertador, a reflexão e a ação são elementos fundamentais na condução da prática.

A *Pedagogia do Oprimido* fundamenta-se no princípio de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2005, p.58), ou seja, a ação de libertar-se não se realiza puramente no plano intelectual e tampouco se dá pelo processo de autolibertação. Nesse processo, “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles” (FREIRE, 2005, p.60). Daí que, a libertação não deve ser compreendida como uma doação vinda da liderança revolucionária, mas o resultado do processo de conscientização dos oprimidos e do seu engajamento na luta pela transformação da sociedade.

O processo de humanização, na perspectiva de Freire, não é algo que se deposita nos homens e mulheres. Dessa forma,

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; [...] Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da prolematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2005, p. 77).

Ao contrário da educação bancária, baseada na transmissão do conhecimento, na “cultura do silêncio”, a educação problematizadora se contrapõe ao ato de depositar, ou de simplesmente narrar ou de transferir conteúdos e conhecimentos aos indivíduos que, passivamente, absorvem o que lhes é transmitido. “A educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos” (FREIRE, 2005, p 78), em que:

- a) O educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) O educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) O educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) O educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente;
- e) O educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) O educador é o que opta e preserva sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição;

- g) O educador é o que atua; os educandos, os eu tem a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
- h) O educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele;
- i) O educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) O educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos. (FREIRE, 2005, p. 68).

Referindo-se ao trabalho de extensão rural e fazendo uma análise do papel do profissional da extensão, neste caso, o agrônomo (técnico em contato com o camponês), Freire (1983) levanta uma questão bastante relevante ao tratar da dimensão educativa, que incide à atuação desse profissional, junto aos camponeses. Para Freire, o termo extensão, ao remeter-nos a uma ideia de transmissão, não corresponde a um “que-fazer educativo, libertador” (FREIRE, 1983, p. 13). Nessa perspectiva, ao conceber a atividade de extensão rural, como ação em que se leva o conhecimento às populações do campo, está se promovendo uma “invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem)” (FREIRE, 1983, p.13). Deste modo,

Transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações. (FREIRE, 1983, p. 13).

Daí que, a tarefa do agrônomo (mas também de um técnico da cooperativa de crédito), como sujeito da educação, é a de educar e de educar-se, não podendo ser uma ação que o rotule “por um conceito que o nega”. Portanto, a ação de educar, enquanto ação que liberta, não pode se dar sem o diálogo amoroso, sem a escuta sensível e o respeito aos saberes já existentes. Para isso, não se faz educação sem o reconhecimento de que todo o conhecimento é limitado e, para “ser completo”, depende da troca e da vivência permanente entre aquele que sabe e o que anseia saber.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com êste saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983, p.15).

Por tudo isto, conclui-se que o trabalho do técnico, responsável pelas atividades de educação junto aos camponeses, a exemplo do agrônomo,

Não pode ser o de adestramento nem sequer o de treinamento dos camponeses nas técnicas de arar, de semear, de colher, de reflorestar etc. Se se satisfizer com um mero adestrar pode, inclusive, em certas circunstâncias, conseguir uma maior rentabilidade do trabalho. Entretanto, não terá contribuído em nada ou quase nada para a afirmação deles como homens mesmos. Desta forma o conceito de extensão, analisado do ponto de vista semântico e do ponto de vista de seu equívoco gnosiológico, não corresponde ao trabalho indispensável, cada vez mais indispensável, de ordem técnica e humanista, que cabe ao agrônomo desenvolver. (FREIRE, 1983, p. 23).

Dessa forma, é importante entender que a significância dos processos educativos perpassa pela prática indispensável do diálogo problematizador. Por meio do diálogo, deve-se favorecer o estreitamento da distância entre o universo do saber acadêmico/científico dos técnicos da extensão rural e os saberes e percepções do universo camponês. “E isto só se dá na comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até o outro” Freire (1983, p. 46). Assim, na medida em que a educação deixa de ser transferência de saber, mas um “encontro de sujeitos interlocutores” que interagem no mesmo nível, ela passa a ser comunicação e diálogo, e “só assim se dá a comunicação eficaz e somente através dela pode o agrônomo exercer com êxito o seu trabalho, que será coparticipado pelos camponeses” (FREIRE, 1983, p. 46).

Numa perspectiva humanista de educação de base popular freiriana, não cabe ao educador “estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las”, persuadir nem fazer do camponês um papel em branco. Os profissionais da extensão rural devem recusar a prática da domesticação dos homens e mulheres, e entender que sua tarefa é a de comunicação e não a de extensão. Este, sem dúvida, é o trabalho do especialista, que atua com outros homens e mulheres, quando se tem uma opção libertadora.

Para Gohn (2002, p.62), com base em Gadotti (1999), “o método de Paulo Freire representa, na América Latina (e em outras partes do mundo também), um dos mais importantes paradigmas da educação”. Pois, por meio da educação popular, “espera-se também promover a mudança de uma visão fatalista e ingênua para uma visão mais crítica, e a mudança de uma postura passiva para uma atitude ativa diante dos problemas constatados” (GOHN, 2002, P.67).

A Educação Popular trata-se de uma educação humanizadora, crítica, libertadora, não de qualquer forma de educação (FREIRE, 2005) e, como tal, está comprometida com a conscientização dos sujeitos nela envolvidos. Nesse sentido, ela é importante ao contribuir para que homens e mulheres se tornem mais humanos e fortalecidos no enfrentamento da

realidade de injustiça e desigualdade em que vivem e, assim, possam lutar pela superação dos seus obstáculos.

Historicamente, a relação movimentos sociais e educação têm um elemento de união, que perpassa pela formação para a cidadania (GOHN, 2012). Observa-se que o caráter educativo dos movimentos sociais se dá, na prática, de várias formas e se caracteriza pela sua dimensão político-organizativa, “uma vez que se luta por uma educação do povo, pelo povo e para o povo” (SAVIANI, 2008). Logo “ao revolucionário cabe libertar e libertar-se com o povo, não conquistá-lo” (FREIRE, 2005, p. 98).

Conforme Brandão (1984, p.33), no Brasil dos anos 1960 o espaço social em que a educação popular é gestada é, justamente, o dos movimentos e centros militantes de educação e cultura: Movimento de Cultura Popular, Movimento de Educação de Base, Centro Popular de Cultura.

No contexto da década de 1970, de busca de alternativas para a saída do regime militar, a educação popular teve papel fundamental para os processos de organização política. Neste sentido, tudo o que estimula os ânimos da sociedade civil, o saber dos pobres, dos oprimidos, a fala do povo, é bem visto e aceito como alternativa política possível à luta (GOHN, 2012). Deste modo, tem-se uma ruptura entre a forma como a educação popular era concebida, até então, como um programa previamente definido, por intermédio de assessorias, construindo-se uma metodologia de caráter mais participativo, coletivo, envolvendo os atores sociais: os sem teto, os sem terra, os favelados e as populações excluídas dos seus direitos.

Entretanto, Gohn (2002, p.53) enfatiza que a década de 90 foi um tempo de revisões para a Educação Popular (EP) na América Latina. “Revisão de teorias, conceitos, metodologias, estratégias de ação, perfil de atuação dos educadores, material utilizado etc. Em suma: uma revisão paradigmática”. No Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Julho de 1988 na Holanda, sobre “Educação Popular na América Latina”, a autora destaca que:

Diagnosticou-se a necessidade de mudanças, mas também se destacou a importância da EP como espaço educativo da sociedade civil, sua presença como instrumento de organização, formação e desenvolvimento da consciência social junto a inúmeros movimentos populares que lutaram pela transformação de regimes políticos autoritários, liderados por militares ou caudilhos locais. (GOHN, 2002, p.53).

Comungando com essas discussões, Magri (2010) argumenta que:

A educação popular é entendida como o processo educativo que contribui para que o povo se constitua como sujeito coletivo, capaz de ser protagonista na definição e satisfação de suas necessidades imediatas, articuladas como projeto global de

sociedade, visando a construção da hegemonia das classes populares. (MAGRI, 2010, P. 91).

Conforme Paludo (2012) os métodos que orientam as práticas da educação popular baseiam-se na relação prática-teoria-prática, ver-julgar-agir e na ação-reflexão-ação.

Gohn (2012) destaca a significância da educação popular para a formação da consciência coletiva e do exercício da cidadania pela classe trabalhadora. Pois, “a maior fonte de expressão deste tipo de demanda não foi o sistema escolar formal, mas as chamadas organizações não formais de educação” (GOHN, 2012, p. 21). Para a autora, a educação popular indica, desde a sua origem, a necessidade de reconhecer o movimento e luta do povo em busca de direitos como processo formativo. Em síntese,

Para a educação popular, o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade. Ela se constitui, ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento de educação popular e uma teoria da educação. (PALUDO, 2012, p. 284).

Diante dessas discussões, compreendemos que a contribuição da concepção freireana de homem/mundo/sociedade/educação, é imprescindível para que se possa entender a direção tomada pelos movimentos sociais do campo no Território do Sisal. Em particular, os processos de educação do sistema ASCOOB de cooperativas, no sentido da transformação social, dessa que é considerada uma das regiões mais pobres do país. Assim, ao se resgatar a educação popular, na perspectiva de Freire, Marx e outros autores, busca-se discutir uma possível vinculação dessa com a Educação Cooperativa, desenvolvida pela ASCOOB, levando-se em consideração a sua trajetória junto às comunidades rurais e grupos da economia familiar e solidária, do campo e da cidade, no que diz respeito ao fortalecimento dos processos de transformação social desse espaço.

3.2 Atualidade da luta dos movimentos sociais do campo e os desafios da educação

No atual contexto de avanço do sistema capitalista no campo, favorecidos pelas políticas neoliberais nos anos 1990 (TEUBAL, 2008), vive-se um novo momento histórico de conflitos territoriais, os quais têm desencadeado processos de resistência e de luta contra hegemônica em todo o continente latino-americano (BATISTA, 2013).

As mudanças provocadas pelas políticas desenvolvimentistas no meio rural, aliadas aos interesses do capital externo das grandes corporações internacionais, passaram a representar

uma ameaça à soberania alimentar e ao patrimônio natural do território camponês, transformando o campo em um espaço de disputas e contradições.

Dependentes dos arranjos tecnológicos e das formas de produção introduzidas pelas corporações internacionais, trabalhadores camponeses vivem sob o risco constante da extinção da sua cultura, da sua forma de produzir; viver e trabalhar a terra, estando expostos aos problemas de contaminação do solo, da água e ao problema da desertificação das áreas produtivas, gerado pelo uso abusivo dos agrotóxicos e da mecanização.

Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Denominamos este modelo de agronegócio. (TEUBAL, 2008, p. 140).

Para Leite e Medeiros (2012), o agronegócio está relacionado, sobretudo, com a ideia do uso de alta tecnologia para o cultivo agrícola de monoculturas (soja, cana, algodão, eucalipto, etc.).

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 40).

No Brasil, o agronegócio surge como elemento alternativo ao grande latifúndio, como forma de tirar da propriedade “latifundista” a imagem negativa do trabalho escravo, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, da extrema concentração da terra e, sobretudo, do atraso político e econômico, característico do campo brasileiro. De acordo com Fernandes e Molina (2004), latifúndio está associado com terra que não produz, a qual deve ser utilizada para reforma agrária. Assim, o surgimento do agronegócio redime a imagem da grande propriedade como fator de concentração, expropriação e de exclusão, para dar destaque e relevância ao caráter produtivista e de ampliação da produção e da riqueza por meio deste modelo, que tem como grande aliado o uso das novas tecnologias.

Todo esse processo de modernização do setor agrícola veio acompanhado do controle crescente das empresas transnacionais do agronegócio sobre a agricultura, na imposição de um padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), e pela transformação da produção agropecuária em grandes sistemas agroindustriais. Como sinalizado por Teubal (2008, p. 142), “trata-se de processos relacionados à consolidação de um sistema agro-alimentício ou agroindustrial mundial sob a batuta de grandes empresas

multinacionais agro-alimentícias, ou seja, os agronegócios (*agribusiness*)”. Neste cenário tem-se o monopólio de algumas corporações como a Syngenta, Bayer, Monsanto, Basf, Dow AgroSciences, DuPont, que controlam toda a América Latina, e um importante e crescente mercado mundial. Logo, por trás da chamada modernização agrícola, “se esconde” um negócio de alta lucratividade que envolve a comercialização de terras, sementes, venenos e todo um aparato tecnológico, planejado para consolidar a hegemonia do sistema capitalista e a concentração do poder do capital externo, nas decisões sobre as políticas de desenvolvimento em cada país e em cada continente.

Para Leff (2009), o sistema capitalista, uma vez provocando a ruptura da harmonia entre os sistemas naturais e os sistemas sociais durante anos de dominação dos povos colonizados, provocou uma irracionalidade produtiva em relação ao manejo ecológico, sendo responsável por produzir efeitos de degradação ecológico-cultural e, conseqüentemente, a migração de grandes massas de camponeses para as cidades, aumentando os índices de insalubridade/pobreza e miséria.

Do ponto de vista cultural, o campo hegemônico tem produzido e difundido o mito de que sem os agrotóxicos não é possível produzir - negando assim os 10 mil anos de desenvolvimento da agricultura que antecederam o boom atual dos venenos, iniciado acerca de 60 anos. (RIGOTTO; ROSA, 2012, p. 90).

A dependência das tecnologias e aos domínios de técnicas de produção impostos pela “agricultura moderna” é um fator que contribui cada vez mais para o abandono das atividades no campo e, conseqüentemente, ao êxodo. Num meio rural cada vez mais industrializado, comunidades tradicionais, camponeses, passam a ser identificados pelos segmentos conservadores como um “obstáculo” ao desenvolvimento. Dessa forma, a imposição da ideologia da superioridade das formas modernas de produzir em relação às tradicionais, tem causado fortes impactos sociais e econômicos aos camponeses.

O que resulta do processo de modernização é uma agricultura subordinada às grandes corporações agroindustriais e ao capital financeiro e que beneficia cada vez menos os camponeses e trabalhadores do campo em geral e que tampouco contribui para a soberania alimentar. (ALENTEJANO, 2012, p. 480).

A esse respeito, o mesmo ressalta que, de acordo com Paulin (2010), pesquisas recentes apontam um aumento da participação do capital estrangeiro no agronegócio de 31% em 1990, para 44%, em 2010. Em termos gerais, as grandes corporações internacionais já controlam 51% dos embarques de soja e 37% dos de carne suína, voltando-se atualmente à produção de álcool e açúcar. Como se percebe, a chamada modernização do setor agrícola e

pecuária do país gerou não só expropriação econômica e cultural dos camponeses como fortaleceu seu caráter excludente, marginalizador, podendo ser chamada de “modernização conservadora” (ALENTEJANO, 2012). Consta-se que, este sistema, por sua vez, só elevou o lucro das grandes corporações envolvidas.

Segundo Rigotto e Rosa (2012), só na América Latina o faturamento líquido das empresas na venda de agrotóxico cresceu de 18% de 2006 a 2007, a 36,2% de 2007 a 2008. Nesse contexto, o Brasil tornou-se desde 2008, o maior consumidor mundial de agrotóxicos, responsável por movimentar 6,62 bilhões de dólares neste ano, correspondente a um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos, o que representa 3,7 quilos de agrotóxico *per capita*/ano. Conforme publicação do MST (2015), o Brasil é o país do mundo onde mais se utiliza veneno nas lavouras, atualmente são mais de 1 milhão de toneladas por ano, o que corresponde a mais de 5 kg de agrotóxico por pessoa.⁹ Para os movimentos sociais do campo, MST, Via Campesina,

À medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido. [...] Cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio. (LEITE; MEDEIROS, 2012, p.83).

Nesse cenário, como observa Fernandes (2012), as políticas governamentais de educação apresentam-se como instrumento a serviço do capital, voltadas quase exclusivamente para a modernização - desde a ótica do capitalismo -, no desenvolvimento de tecnologias que ampliam a relação de dominação entre agricultura capitalista e agricultura familiar.

No modelo do capitalismo agrário, a educação apresenta-se como instrumento a serviço do capital, voltada à modernização capitalista da agricultura. Nesse sentido, existem grandes institutos de pesquisa e universidades a serviço do desenvolvimento do agronegócio, (agricultura patronal) em detrimento da formulação de tecnologias, que se coloquem a serviço dos interesses da agricultura familiar-camponesa.

A pesquisa para o agronegócio é um importante setor para a criação de tecnologias voltadas para o aprimoramento dos diversos produtos de sua intrincada cadeia de processamento de mercadorias. As grandes empresas do agronegócio possuem articulações com as principais universidades públicas e institutos de pesquisas públicos, onde parte de seus profissionais e pesquisadores é formada. Ainda mantém seus próprios institutos de pesquisa o que lhe garante importante autonomia na produção de tecnologias. (FERNANDES, 2006, p.30).

⁹ Disponível: <<http://www.mst.org.br/2015/04/09/inca-demonstra-preocupacao-com-o-consumo-de-agrotoxicos-no-brasil.html>>. Acesso em: 14 jun. 2015

De acordo com Leber e Motta (2012, p. 582), “o objetivo político dos setores dominantes ao buscarem submeter a educação à sua estratégia política vem sendo combatido principalmente por movimentos sociais”, sindicatos da educação, setores minoritários das universidades, bem como pela esquerda estudantil, dentre outros. Dessa forma, a defesa da educação desde outro projeto de desenvolvimento e de civilização é parte fundamental de um processo de territorialização contra-hegemônica e que se faz necessária ao enfrentamento da ofensiva capitalista.

No Brasil, as ações do MST, em prol da Educação do Campo são as que mais se destacam. Em linhas gerais, o movimento defende um projeto embasado nos princípios da pedagogia socialista – como o sentido do trabalho na formação do ser social e a superação da alienação, sem perder de vista as especificidades do campo, não aceitando, portanto, concepções retrógradas da Educação Rural e da educação para o campo, elaboradas por especialistas e assessores de governo, sem a participação dos atores implicados na formulação de tais propostas político-pedagógicas.

Na atualidade brasileira, a Educação do Campo pode ser identificada como uma das propostas educativas que resgata elementos importantes da concepção de educação popular e, ao mesmo tempo, os ressignifica, atualiza e avança nas formulações e práticas direcionadas a um público específico. Essa é uma importante experiência no Brasil, protagonizada pelos próprios sujeitos populares, apesar de alguns “transformismos”, realizados pelo próprio Estado e por outras instituições. (PALUDO, 2012, p. 283).

A Educação do Campo no Brasil nasceu das demandas dos movimentos camponeses pela construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. Dessa demanda, também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Coordenação Geral de Educação do Campo.

O marco que antecede tais feitos foi o primeiro Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado pelo MST em 1997. O nascimento oficial do Movimento por uma educação do campo se deu em 1998, com a realização da 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo promovida pelas instituições: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Universidade de Brasília-UnB, Organização das Nações Unidas para a Educação-UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF, segundo destacam Arroyo e Fernandes (1999).

Como já mencionado, a Educação do Campo, enquanto uma política pública voltada à defesa de um projeto integral de desenvolvimento para o território camponês, não faz parte

dos interesses do agronegócio. Isso ocorre porque este não traz em seus propósitos a dimensão territorial, baseada no campo como espaço de vidas humanas, de cultura, de saberes, mas como espaço exclusivo da produção. Ao contrário, o que se defende é o fortalecimento de uma ideia de campo como espaço despovoado de vidas humanas; lugar exclusivo da produção de mercadorias, de *comodittes* e uma agricultura desprovida de agricultores, segundo destaca Teubal (2008).

Para tanto, destaca-se a importância das organizações de livre associação, os processos de mobilização e de lutas coletivas em favor de outra lógica de organização da sociedade, cooperativa, solidária, em detrimento do individualismo e da acumulação. Essas são formas de resistência que podem ser verificadas em práticas autogestionárias através do associativismo, do cooperativismo e dos grupos de produção solidária, presentes em diversas comunidades e povoados rurais (VERGÉS, 2011, p. 77).

3.3 A Educação como princípio do cooperativismo

No âmbito do cooperativismo, ao referir-se às cooperativas populares, Adams (2013, p. 117) ressalta que “essas experiências, em que pesem as ambiguidades, vêm carregadas de ricos elementos e sentidos de esperança de vida, além do saldo educativo para seus participantes”. Para o autor, isso se dá dentro de vários caminhos, a partir de experiências locais e de projetos de vida, tendo em conta eixos como trabalho associado, participação e educação popular. Tudo isso na perspectiva da descolonialidade.

As cooperativas são entidades sociais coletivas que, por sua forma de organização, se diferenciam das empresas convencionais. “O diferencial cooperativo é que tal empresa está a serviço de uma “associação de pessoas”, que como entidade social coletiva opta por privilegiar a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua entre eles” (SCHNEIDER, 2012, p. 253). Por não se tratar de uma sociedade de capital, a busca pela satisfação das necessidades e bem-estar dos sócios/cooperados são fatores que estão acima da busca pelo lucro.

Os princípios e filosofia cooperativista, dentro de uma perspectiva ideológica, demandam a formação de seres humanos, capazes de compreender e praticar seus preceitos de vida em união, de trabalho conjunto; a agir de forma coletiva em prol de um objetivo comum. Daí que surge a necessidade de difusão da educação cooperativista.

O princípio do empenho na educação cooperativa é também uma herança owenista. Ela deriva da ideia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles. Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para

que o cooperativismo seja atendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperados, mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo. (SINGER, 2002, p. 42).

Nesta perspectiva, o ensino da doutrina cooperativa é defendido como indispensável à viabilidade das organizações cooperativadas. Tais princípios estão fundamentados na ideia da adesão Voluntária, Consciente e do Livre Acesso, (1º Princípio); Gestão e do Controle Democrático por parte dos Sócios (2º Princípio); Participação Econômica do Sócio (3º Princípio); Autonomia e Independência (4º Princípio); Educação, Treinamento e Informação Cooperativa (5º Princípio); Cooperação Intercooperativa e a Integração Cooperativa (6º Princípio); Preocupação com a Comunidade (7º Princípio) (SCHNEIDER, 2012).

No 5º princípio cooperativista, defende-se que as cooperativas devem promover educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, de modo que os mesmos possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de sua instituição. O trabalho de educação deve contemplar o público em geral, particularmente os jovens e lideranças formadoras de opinião, afim de que se possa levar a um número maior de pessoas informações acerca da natureza e benefícios da cooperação.

Entretanto, a doutrina cooperativista não pode ser entendida como:

uma dimensão impositiva, mas como um apelo às consciências, próprio da educação em prol da solidariedade, para se optar por uma proposta comportamental na sua atividade econômica e social, que conduza a uma sociedade e a um sistema econômico alternativo, mais solidário, justo, autônomo, democrático e participativo. (SCHNEIDER, 2012, p. 254).

Schneider (2003) sinaliza que a educação cooperativista, além de capacitar as pessoas no sentido de obterem melhor conhecimento acerca do que é e exige o trabalho cooperativo, sobre a filosofia e identidade específica das cooperativas, tem grande importância para a conquista de novos associados, além de reforçar a qualificação dos cooperados, que participam da vida da organização. Para este autor, no contexto de concorrência e individualismo motivados pela sociedade capitalista, educar para a cooperação é uma tarefa desafiadora.

A educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência. Sem essas atividades, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito. (SCHNEIDER, 2003, p. 13).

Por meio das práticas educativas, acredita-se possível modificar atitudes comportamentais do sujeito da cooperação, de maneira a favorecer a transformação do “perfil do associado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de associado informado, solidário, motivado e participativo” (SCHNEIDER, 2003, p.14). Para isso, o autor considera imprescindível a sensibilidade e compreensão dos dirigentes de cooperativas, no sentido de investir na educação dos seus cooperados e do conjunto de funcionários, afim de que se possa obter êxito na relação entre o conjunto dos cooperados e sua cooperativa.

Em seu projeto de Governança cooperativa, voltado ao estímulo das boas práticas de governança nas cooperativas de crédito, o Banco Central do Brasil (BCB) (2009, p. 109) defende que “a educação cooperativista é fundamental para desenvolver a cooperativa de crédito”, uma vez que diferente de uma instituição financeira tradicional, onde o associado tem uma relação simplesmente de cliente. Já na cooperativa, o associado é proprietário e usuário. Nesse sentido, o processo educativo é necessário para conscientizar as pessoas do seu papel de associado, esclarecer sobre seus direitos e deveres, além de enfatizar os benefícios advindos da cooperação e estimular sua prática. Para isso,

A organização da cooperativa demanda comprometimento e participação de seus associados. A participação é condição fundamental para sua plena existência e para o cumprimento de sua missão. Todos os esforços devem ser empreendidos para estimulá-la. A participação contribui para a gestão democrática da organização, melhor fiscalização e aumento da solidez, alinhamento dos interesses internos, e atendimento à expectativa dos associados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009, p. 96).

Ao defender a educação cooperativista, o Banco Central do Brasil, órgão responsável pela fiscalização e controle das cooperativas de crédito, também manifesta uma preocupação com a formação dos futuros administradores e conselheiros fiscais, responsáveis por dar continuidade às ações da instituição e zelar pelo seu bom desempenho. Com efeito, as cooperativas precisam desenvolver programas amplos de novas lideranças, que tenham inclusive abrangência regional, pois essas lideranças podem ser um elo entre a base e a instância diretiva.

Com base nesses preceitos, os espaços de participação dos cooperados constituem-se em privilegiados campos de educação. Assim, nas atividades desenvolvidas pela cooperativa, os sujeitos precisam ser “estimulados com ambientes e instrumentos que possibilitem a eles que se expressem e sejam ouvidos”, desenvolvendo, deste modo, o “senso de pertencimento, de propriedade e de capacidade de influenciar os rumos da cooperativa” (BANCO CENTRAL

DO BRASIL, 2009, p.96). Nesse sentido, o BCB entende ser necessário a criação de mecanismos capazes de favorecer a relação de proximidade das cooperativas com seu quadro associado, ou seja, construir canais alternativos de informação, que não se limitem às assembleias e/ou os simples instrumentos de coleta de reclamações e de sugestões.

Aqui, convém ressaltar que, na condição de órgão regulador do sistema financeiro, a perspectiva de educação do BCB traz consigo a preocupação pelo desenvolvimento de uma educação cooperativa, voltada para o fortalecimento da governança corporativa, não tendo, deste modo, o mesmo sentido da educação defendida pelos setores populares da sociedade.

A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista. Seria o mesmo que dar continuidade ao projeto capitalista. (GADOTTI, 2009, p.35).

A mudança de concepção e de postura dos sujeitos da cooperação perpassa essencialmente por uma mudança de cultura. Essa mudança cultural diz respeito a uma ampla mudança na visão de mundo, que envolve desde a relação no convívio social à questão da economia. “Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável” (GADOTTI, 2009, p. 33). Nessa perspectiva, os processos de educação, de formação, consistem na construção de um novo jeito de ser e estar no mundo, o que para o referido autor só a formação pode favorecer.

Sobre a importância da educação nas cooperativas, Arizmendiarieta (1999, p. 96) argumenta:

Hay que vigilar no menos que la ejecución de los planes financieros la aplicación de los medios de promoción para que el potencial humano esté aplicado en las mejores condiciones. La educación y la formación son mucho más rentables que los saldos de anticipos y retornos. (ARIZMENDIARRIETA, 1999, p. 96).

Dessa forma, ressalta-se que o espírito cooperativo, solidário, não nasce espontaneamente nos indivíduos. Trata-se do resultado de um processo de formação da consciência. Corroborando com Gadotti, Singer (1998, p. 131) sublinha que:

O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surgem espontaneamente. O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienadas da maioria das decisões que afetam suas vidas e dos seus dependentes. Esta é sem dúvida a primeira grande tarefa de uma educação para o cooperativismo ou para o socialismo. (SINGER, 1998, p. 131).

Pois, o fato de ser cooperativo não basta para que se consolide o cooperativismo. “O capitalismo também se baseia na cooperação, como sustenta Marx em O Capital” destaca Gadotti (2009, p.43). Diferente do que propõem os princípios da economia solidária, no capitalismo a cooperação não se dá de maneira espontânea, voluntária, mas de maneira forçada entre os cooperantes Gadotti (2009). Porém, para que isso aconteça, a economia solidária precisa ser entendida como uma economia que se distingue dos propósitos da economia capitalista, tomando consciência dessa distinção é que os participantes assumem uma nova postura.

3.4 Desenvolvimento rural e cooperativismo: Abordagens e desafios do novo contexto para os povos do campo

O debate sobre o tema do desenvolvimento é uma questão de grande relevância no atual contexto do campo brasileiro e latino-americano. Por outro lado, consiste em importante objeto de estudo para os movimentos sociais populares. De maneira especial, em relação aos movimentos de luta pelos direitos dos povos camponeses (comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos; das associações comunitárias, cooperativas; do movimento sem terra, dentre outros) (ARAÚJO, 2012).

O uso do termo desenvolvimento, em geral, está associado à ideia de industrialização, de modernização tecnológica e progresso econômico, como paradigmas de sociedade civilizada.

A expressão desenvolvimento ganhou destaque no vocabulário da sociedade contemporânea, a partir do fim da segunda guerra mundial (1939-1945), especialmente, na década de 50, estendendo-se até o final dos anos 70. No âmbito da agricultura, a partir desse período, um conjunto de medidas foram tomadas no intuito de ampliar a produtividade agrícola, resultando no desenvolvimento de novas tecnologias que ficariam conhecidas por “Revolução Verde”.

No âmbito nacional,

A partir de meados da década de 1960 até a década de 1980, as políticas públicas de desenvolvimento rural implantadas no Brasil por intermédio da modernização da agricultura, priorizaram as grandes propriedades agrícolas e os agricultores considerados estruturados para responder de forma ágil aos estímulos do mercado. (BELTRÃO; SAYAGO, 2010, p.132).

É fundamental ressaltar que nesse processo tem-se a polarização de um debate que se estabelece basicamente entre dois paradigmas distintos, que, conforme Felício (2011, p. 6), decorre das “construções teóricas metodológicas que procuram interpretar as realidades através de duas visões de mundo, sendo que uma tem a perspectiva de superação do sistema capitalista, enquanto que a outra defende a sua manutenção”. Tais perspectivas estão explicitadas nas concepções teóricas, no debate paradigmático dos pesquisadores/intelectuais acadêmicos, mas que são determinantes nas tomadas de decisões políticas dos governos, no que diz respeito à posturas e posicionamentos em favor ou em contra a determinados grupos e interesses (FERNANDES, 2004).

Na perspectiva de Fernandes (2004 p.23), a questão do desenvolvimento rural no Brasil e na América Latina traz em si uma conflitualidade, que é inerente às visões paradigmáticas, através das quais se explica a opção pelos modelos de desenvolvimento, adotados nas esferas político-econômica e governamental das sociedades. Na visão do autor, o desenvolvimento da agricultura também acontece pela conflitualidade permanente entre as classes sociais, que disputam, num processo de enfrentamento, a política e o território. Neste sentido, Felício (2011) afirma que o desenvolvimento rural, uma vez impulsionando alterações nas relações de produção por meio da industrialização e da mecanização do processo de produção, ao mesmo tempo em que provoca modificações nas formas de ocupação do território, é também responsável por acirrar a luta e conflitualidade entre as classes. Com base nesses autores, a questão do desenvolvimento agrário tem sido discutida, fundamentalmente, a partir de dois paradigmas: o paradigma da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. Para o primeiro paradigma, a agricultura camponesa, caracterizada pela resistência e luta pela terra promove conflitos e desenvolvimento, assim como a agricultura capitalista do agronegócio, situada no campo do Capitalismo Agrário, “se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento” (FERNANDES, 2004, p. 6).

Segundo Felício (2006), o paradigma da questão agrária é defendido pelos teóricos do Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales CLACSO. Em suas formulações, ao afirmar o paradigma do campesinato, teóricos como Oliveira (2001); Fernandes (2000); Ploeg (2008) Sabourin (2009), Bartra (2007), dentre outros, ressaltam a relevância da luta pela terra, como forma de autonomia e independência dos trabalhadores camponeses, no enfrentamento ao capital no campo e em favor da reforma agrária. Os mesmos entendem que o camponês é o sujeito que está em um constante movimento, através do qual vive processos de criação e

recriação, e só sem a luta é que terminaria a sua existência. Dentre outras questões, faz parte dessa corrente ideológica o compromisso com a internacionalização das lutas camponesas, com a criação da Via Campesina em maio de 1993.

O camponês não é, portanto, o indivíduo ou a família, mas esse emaranhado de relações sociais cujos nós são a comunidade, a vila rural, o povoado, o governo local, a associação agrícola, a região [...] E mais recentemente também a comunidade transterritorial formada pelos migrantes e suas famílias, que partiram, mas não foram esquecidos. (VERGÉS, 2011, p.77).

Com o avanço do capitalismo na agricultura, o fim do campesinato tem sido anunciado por alguns estudiosos como algo a se concretizar em prol da modernização e do progresso no campo. Sobre o tema da “eliminação dos camponeses”, Bernstein (2011, p.103), referendando Kitching, (2001), argumenta que tal eliminação é considerada pelos defensores da modernização capitalista, inclusive por muitos marxistas, como algo necessário, ainda que doloroso, pois os ganhos do progresso rumo à modernidade não se daria sem envolver grandes sublevações. Dessa forma, para o autor, a opinião de que a “eliminação do camponês” não significaria uma coisa boa está associada ao populismo.

Embora haja interpretações específicas ou divergentes, em relação ao campesinato, na análise de Bernstein (2011, p. 104), partindo da perspectiva de Kitching (2001),

A defesa do valor intrínseco e dos interesses do pequeno produtor, tanto artesão quanto camponês, como simbólicos do “povo” surge repetidas vezes como ideologia e movimento de oposição às mudanças forçadas pela acumulação de capital. É esse o caso tanto nos centros originais de acumulação (noroeste da Europa, América do Norte) quanto naquelas outras regiões expostas aos efeitos do desenvolvimento capitalista por meio da sua integração à economia mundial em expansão, desde a Rússia do século XIX até o Sul de hoje. (BERNSTEIN, 2011, p. 104).

Nesse sentido, o populismo agrário representa a defesa dos lavradores, camponeses contra as ameaças à sua reprodução, vindas dos mercadores e bancos ao capital agrário, do agronegócio, dos capitalistas. Ademais, também dos projetos estatais de desenvolvimento nacional, que tem na coletivização da agricultura soviética, década de 1930 o seu marco. Aprofundando essa discussão, Bernstein, apresenta os autores Herriet Friedmann (2006), Philip McMichael (2006) e Harvey (2005), que enfocam questões como o ataque às formações camponesas, expropriação dos lavradores, como condição para a consolidação da agricultura empresarial, a partir dos quais formula os seguintes questionamentos:

A mecanização da subsistência, em andamento e intensificação das condições atuais da globalização, culmina com a perda do acesso à terra e o fim da lavoura em pequena escala de maneira mais abrangente do que no passado? A globalização constitui um tipo de clímax de um processo histórico mundial de “eliminação do

camponês” que, até agora, avançou de forma irregular e incompleta em momentos e lugares diferentes da história do campesinato? (BERNSTEIN, 2011, p. 105).

Tomando por base o pensamento de Araghi (2009), Bernstein (2011) conclui que a descampesinização global não levará à morte o campesinato, pois este não é um processo que se completa sozinho, e afirmam: “As classes sociais não acabam e morrem simplesmente; elas vivem e se transformam por meio de lutas sociais”. Bernstein (2011, p. 106). Portanto, o camponês é este ser em constante movimento, um complexo de relações sociais, culturais, que não se esgota na individualidade do ser, mas que se cria e se recria constantemente nos conflitos, nos embates, nas lutas e desafios do enfrentamento às contradições impostas à classe pelo poder hegemônico do capital e do Estado burguês.

Com base em Vergés (2011), historicamente, o campesinato reúne um emaranhado de relações sociais que vai desde a vida em comunidade, aos processos de auto-organização e articulação sócio-política, tornando possível o desafio da construção de uma nova forma de vida e de sociedade, e a negação dos valores do capital como único caminho a ser seguido.

Segundo Felício (2006), no paradigma do capitalismo agrário, defendido pelos teóricos do Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP), o futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar, pois, para estes, o desaparecimento do campesinato no contexto do desenvolvimento é inevitável e a sua única possibilidade de sobrevivência está na metamorfose, ou seja, na sua transformação em agricultor familiar. Nessa perspectiva, “a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital” (FERNANDES, 2004, p. 23). Logo, é indispensável ao camponês inserir-se no mercado, racionalizar ao máximo a sua produção, como forma de sobreviver às transformações exigidas pelo capital.

Na perspectiva do paradigma do capitalismo agrário, “o futuro do campo terá três opções: a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou então, políticas compensatórias” (FELÍCIO, 2006, p. 18). Para o autor, “ao negar o protagonismo do campesinato os teóricos da metamorfose como Mendes (1984); Lamarche (1993, 1998); Abramovay (1998, 2003) entre outros, atribuem ao camponês o ônus de representar o atraso e até mesmo o resquício feudal” (FELÍCIO, 2006, p. 17).

Conforme Felício (2011), em suas formulações teóricas Abramovay (1998), busca justificar o campesinato como um resquício de sociedade feudal, atrasada, sendo o camponês um indivíduo de cultura econômica incompleta e parcial, não estando possibilitada a sua participação nos mercados ditos completos, desenvolvidos pela economia capitalista.

Portanto, Abramovay defende que “a perspectiva do campesinato é sua extinção, dando lugar a um novo personagem, que teria assumido sua condição de produtor moderno totalmente integrado ao mercado racionalizando ao máximo sua produção” (FELÍCIO, 2011, P. 117). Nesse caso, o agricultor familiar. Deste ponto de vista, agricultura camponesa e agricultura familiar são duas categorias distintas.

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*. (ABRAMOVAY, 1998, p.22-2).

A expressão agricultura familiar traz como corolário da sua concepção a ideia de que a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta ou indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas, em particular as agroindústrias. (CARVALHO; COSTA, 2012, p.29).

Tal pensamento está explicitado na visão de Abramovay (1998, p.20), quando afirma que a agricultura familiar é “a principal forma social do progresso técnico no campo” e nessa perspectiva, a unidade de produção da família configura-se como um espaço de natureza empresarial. Para o autor, a capacidade de integração ao mercado e de introduzir avanços técnicos, bem como a capacidade de atender às políticas governamentais, são elementos que caracterizam e distinguem a agricultura familiar da agricultura camponesa.

Segundo Fernandes (2004, p. 18), “o paradigma do Capitalismo Agrário não teve uma forte influência somente nas pesquisas acadêmicas, mas também na organização dos movimentos camponeses e nas políticas públicas”. No campo das políticas públicas, o mesmo chama atenção de que

O paradigma do Capitalismo Agrário teve forte influência, principalmente, a partir do segundo governo Fernando Henrique Cardoso – FHC. Surgiram diferentes políticas públicas, como por exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o Programa Novo Mundo Rural que tinha como principais ações a implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além de criação de infraestrutura social nos assentamentos rurais. A partir da lógica do paradigma do Capitalismo Agrário, a ocupação de terra é uma aberração, um atraso, uma violência. A compra da terra, por meio de políticas tipo “Banco da Terra” é uma forma de “integrar” os sem-terra ao mercado. Desse modo, as políticas públicas que o paradigma do Capitalismo Agrário não conseguiu “aparelhar” foram extintas ou congeladas (FERNANDES, 2004, p. 21)

No âmbito dessa discussão, convém ressaltar o papel do crédito como elemento indutor do chamado desenvolvimento, sobretudo no setor agropecuário. Para Leite (2012, p.173), no contexto do desenvolvimentismo brasileiro (1965-1980), o crédito rural atuou como importante “mola mestra” do processo de modernização agrícola, em que os produtores,

estimulados pelo aumento da produtividade, tinham na oferta de crédito as facilidades para suprir a demanda de insumos e implementos, requeridos à época.

Com base nesses pressupostos, as políticas de crédito são, também, indutoras dos processos de desenvolvimento e, por sua vez, cumprem o papel de estimular ou conter determinados paradigmas. Nesse sentido, ao analisarmos o papel das cooperativas de crédito solidário, na promoção do desenvolvimento rural, não se pode deixar de problematizar a “noção de desenvolvimento, ampliando seu escopo como categoria analítica” (FREITAS; FREITAS, 2011, p.181). Para os autores, o crédito deve ser concebido como um meio “e não apenas como um fim” para as organizações cooperativistas, devendo ser também concebido como uma categoria analítica substancial.

Em síntese, a atuação das cooperativas demanda um exercício analítico-reflexivo amplo, a fim de que se possa fortalecer a sua dimensão, enquanto organização estratégica ao processo de transformação social da classe trabalhadora, o que está para além da “intermediação financeira” e da gestão dos recursos econômica e materiais.

4 A COOPERAÇÃO PELO CRÉDITO NO SEMIÁRIDO BAIANO: O CASO DA ASCOOB

Este capítulo tem como objetivo discutir a cooperação pelo crédito no semiárido baiano, tendo em conta a trajetória de luta e organização dos camponeses no Território do Sisal, pela superação da pobreza e exclusão social.

No decorrer do texto, faremos uma breve reconstituição da vida social-comunitária e econômica dos sertanejos, das dificuldades e desafios, a partir dos quais surgem as formas de organização que culminam com a criação das cooperativas de crédito rural. Para esse exercício, tomamos por base os estudos de Magalhães (2005) e Abramovay (2007), em que se discute a criação de um sistema alternativo de crédito solidário no Sertão da Bahia, bem como contribuições de lideranças sociais, dirigentes, técnicos e agricultores cooperados das cooperativas de crédito rural ASCOOB, extraídas de depoimentos, previamente documentados.

4.1 A formação das cooperativas de crédito no Território Sisal

A história de criação das cooperativas de crédito no Território do Sisal, como mencionado anteriormente, resume uma trajetória de lutas e mobilizações dos trabalhadores do campo, homens e mulheres, pela superação da pobreza e exclusão, vividas ao longo de muitas décadas.

De acordo com Magalhães e Abramovay (2007), essas novas instituições, em sua base, são responsáveis por contribuir para a formação de um tipo de comportamento racional, que se orienta não só por interesses individuais e monetários, mas por princípios éticos que se respaldam na prática da cooperação e do compromisso com a diminuição da pobreza, existente entre os agricultores. Para isso, a gestão racional dessas organizações econômicas, emergidas do trabalho popular iniciado nas CEB's, estaria em concomitância com a formação de um projeto político e social, através do qual suas ações são orientadas.

Outra característica particular dessas organizações econômicas é que elas se assentam na formação de mercados que, apesar de seguirem padrões de gestão profissional dos negócios semelhantes aos das modernas empresas, têm embutido em suas instituições o compromisso com um projeto social. (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p.108).

Do ponto de vista dos referidos autores, a criação das cooperativas de crédito no semiárido baiano representa um marco importante na vida social e econômica dos sertanejos,

por provocar a ruptura da dependência aos mercados financeiros locais, tradicionalmente baseados em vínculos informais, clientelistas e personalizados.

Com efeito, as dificuldades de acesso a serviços financeiros bancários colocavam os agricultores empobrecidos em situações de risco e de dependência, sendo muito comum a tomada de empréstimos a juros em mãos de agiotas, a exemplo dos ciganos, bem como a dependência aos comerciantes do ramo da produção de sisal, dentre outros (detentores dos meios de produção).

Esse controle da vida financeira dos agricultores, por parte dos comerciantes, além de gerar concentração de poder, era também responsável por criar um forte monopólio nos mercados agrícolas. Por outro lado, o “fiado”, era outro recurso muito utilizado pelos agricultores, para “solucionar” a questão da dificuldade de acesso a serviços financeiros e bancários. Essa prática, muito comum no comércio dos pequenos municípios, funcionava como uma espécie de serviço de crédito para os agricultores, especialmente nos períodos de seca. Sem registros formais ou qualquer tipo de instrumento legal de controle, tais transações se valiam da relação de proximidade e de confiança, estabelecidos entre o tomador e o credor (muitas vezes, avalizados por laços de compadrio ou algum tipo de subordinação, patronal ou política), a quem se passava a dever não só dinheiro, mas eternos favores, pela boa ação realizada “na hora do aperto”.

Os compromissos tradicionais, a reciprocidade nas comunidades e a dependência clientelista no mercado governam a vida social e econômica desse território. Esse ambiente compõe um *ethos* social que não estimula a inovação, não facilita a busca de novas organizações econômicas e reproduz uma longa condição precária de acesso a mercados, a financiamentos, à produção e à própria sobrevivência. Como consequência, observa-se o endividamento permanente dos agricultores e a manutenção de sua condição de pobreza e de subordinação política e social. (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p.111).

Entretanto, essa condição não impede que o setor familiar constitua a base principal de produção de alimentos. Com base em dados do MDA (2012), a agricultura familiar é responsável por produzir 70 % dos alimentos que se consome no país. Na região nordeste, “mesmo em condições precárias, esses agricultores produzem 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho” (FERNANDES, 2012, p. 222). Por esta razão,

Para a sustentabilidade das famílias do campo o acesso ao crédito é fundamental, no que se refere ao melhoramento da produção. Contudo, por causa da grande burocracia imposta pelo sistema bancário, historicamente, boa parte dos agricultores tem sido privada desse direito, fator que contribui para o crescimento da pobreza e exclusão no campo. (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2015, p.140).

No caso do semiárido baiano, como fora constatado por Magalhães (2005), “os agricultores familiares sempre tiveram problema de acesso aos recursos financeiros; o acesso era praticamente proibido. Os agricultores não conseguiam sequer chegar na porta dos bancos”, afirma Dias (COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E SOLUÇÕES - CSAFCS, 2010). Diante disso,

Começaram a surgir os Fundos Rotativos, que era aqueles mecanismos criados pelas associações, pelos sindicatos, pelas Organizações não Governamentais, pra fazer pequenos empréstimos. E os Fundos Rotativos, de certa forma, eles eram, vamos dizer assim, “ilegais”. E o cooperativismo de crédito aparece então como uma ferramenta, naquele momento, fundamental para regularizar os Fundos Rotativos, destaca Dias. (COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E SOLUÇÕES - CSAFCS, 2010).

As cooperativas de crédito do Território Sisal surgiram como resultado da territorialização das lutas do movimento social que, desde os anos 70, por meio da união dos trabalhadores rurais, têm lutado por melhores condições de vida, nesse espaço historicamente marcado pela pobreza e pelo atraso socioeconômico. Conforme Silveira, Wanderley e Cunha (2005), as mobilizações partem dos pequenos agricultores produtores de sisal, organizados através da APAEB, organização situada na região semiárida do Estado da Bahia. O projeto da APAEB nasce da organização de pequenas comunidades rurais, das lideranças populares, com apoio da Igreja Católica, através da Pastoral Rural e do MOC. Com a fundação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, em 02 de julho de 1980, a sociedade civil estaria criando as bases para a dinamização da economia regional e, assim, provocar uma transformação das relações sociais existentes. Inicialmente, esta organização dos trabalhadores foi constituída em forma de rede, contemplando, além do município de Valente, os municípios de Serrinha, Feira de Santana, Araci e Ichu. Porém, em Valente a experiência ganhou maior expressividade¹⁰, sendo constituída uma série de ações de caráter socioeconômico, voltadas à valorização da economia local como: Posto de Vendas dos produtos da agricultura familiar; fábrica de tapetes, curtume, laticínio, dentre outras

¹⁰ Conforme Silveira, Wanderley e Cunha (2005) e Verde (2007), esse feito se deu por consequência de um processo de descentralização da Associação, em 1988, quando foram efetivadas diretorias, por município, em que haviam sido criadas as filiais, permitindo assim, maior organicidade e eficácia das ações locais. Nesse sentido, as ações da entidade passaram a ser de responsabilidade não mais de uma administração regional, mas sim da organização e dinâmica das lideranças locais. Ademais, divergências de interesses locais e de necessidades, bem como a alegação de que a exigência de que todas as decisões fossem tomadas em assembleias gerais provocavam lentidão no processo decisório e, conseqüentemente, prejuízos econômicos, são sinalizadas como elementos cruciais à implantação das diretorias locais. Assim, “em 1991, deu-se o desmembramento, com a transformação de cada APAEB em pessoa jurídica autônoma” Silveira, Wanderley e Cunha (2005, p. 34).

importantes iniciativas no âmbito da cultura e da educação do campo que, em virtude da limitação do objeto desse estudo, não teríamos condições de aprofundá-las.

Um dos primeiros feitos da APAEB foi a compra do produto do sisal diretamente dos agricultores associados, eliminando, dessa forma, os intermediários. Em sua maioria, homens ricos influentes; coronéis da política local/regional que cartelizavam o mercado de sisal, expropriando a renda dos trabalhadores.

A iniciativa de criar um instrumento que favorecesse a comercialização da produção dos pequenos agricultores, no caso do sisal, marcaria profundamente a história dos sisaleiros. Entretanto, embora os mesmos tivessem conseguido avanços importantes no campo da organização e da comercialização do sisal, com acesso até mesmo ao mercado internacional, o problema da dificuldade de acesso a recursos financeiros para o financiamento das atividades produtivas seguia sendo o grande entrave às suas vidas. Como destacado por Silveira, Wanderley e Cunha (2005, p. 41), “os programas oficiais de crédito eram poucos e quase sempre eram destinados aos grandes produtores, que possuíam melhor acesso à informação e poder político”.

Na busca de recursos que financiassem as atividades produtivas dos seus associados, a APAEB recorria aos bancos, tendo que arcar com um custo alto para a realidade dos trabalhadores. Diante disso, nasce a ideia de criar uma poupança por meio da captação de recursos, junto aos associados e à população. Na “Poupança APAEB” os pequenos agricultores depositavam pequenas quantias numa conta bancária única, administrada pela entidade, em um banco estatal. Em troca, os depositantes recebiam remuneração na mesma proporção paga pela poupança oficial¹¹. Esse investimento servia como capital de giro para beneficiar as atividades de interesse comum dos agricultores. Dessa iniciativa surgem as primeiras experiências de crédito-solidário-orientado, que dariam origem à criação das cooperativistas de crédito rural, do Território Sisal. Nesse sentido, “os pequenos agricultores entenderam que o pouco de cada um podia produzir um bem para si mesmos e para toda a comunidade” (SILVEIRA, WANDERLEY; CUNHA, 2005, p. 38).

Em três anos, os depósitos alcançaram o equivalente a US\$ 133.900, provenientes de 2.260 pequenos poupadores, ou seja, uma média inferior a US\$ 60 por associado. Além de gerar capital para a APAEB, esta iniciativa serviu para aumentar a

¹¹ O rendimento era calculado e dividido entre cada investidor, um método que requeria alto grau de confiança na organização. A novidade respondia a uma concreta necessidade do pequeno agricultor que não tinha qualquer meio de proteger o dinheiro contra uma inflação, que, em 1990, ano da criação da Poupança APAEB, chegou a 80% ao mês. (SILVEIRA, WANDERLEY; CUNHA, 2005, p. 38).

credibilidade da associação e o envolvimento da comunidade. (SILVEIRA, WANDERLEY; CUNHA, 2005, p. 38).

Conforme sinalizado pelos autores, com o crescimento de suas aplicações, a Poupança APAEB começou a ter problemas relacionados às normas do sistema financeiro bancário, uma vez que se proíbe às associações civis sem fins lucrativos agirem como agentes financeiros. Esse fato levou a entidade a ser questionada pelo banco e pelo comércio local, quanto a sua capacidade de gerir o volume de recursos, impondo, deste modo, a necessidade de se buscar um meio de legalizar a situação.

Depois de muitos estudos sobre o cooperativismo de crédito, visitas de intercâmbio dentro e fora do país, as lideranças da APAEB tomaram a decisão de criar a primeira cooperativa, sendo criada a Cooperativa Valentense de Crédito Rural – Coopere, no município de Valente. Para este fim, contou-se também com a cooperação internacional, através de colaboração financeira da instituição cooperativista Il Canali, da Itália. Com a doação do recurso foi viabilizada a estrutura necessária ao funcionamento da nova organização, que operou entre 1993 a 2003, nas dependências da própria APAEB¹².

Depois de criada a primeira cooperativa de crédito do Território do Sisal, em 1994, o movimento cooperativista de crédito foi crescendo, ganhando força e conquistando a confiança de grande parte dos agricultores e das populações dos municípios, de maneira geral. Segundo, Mascarenhas (COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E SOLUÇÕES - CSAFCS, 2010), a participação econômica no crédito, por parte de alguns municípios, chegou a um percentual de 33% no seguimento cooperativo, ou seja, para cada R\$ 1 milhão emprestado pelos bancos, R\$ 330 mil corresponde ao volume emprestado pela cooperativa.

Nesse contexto, as cooperativas ASCOOB Serrinha, Itapicuru e Cooperar, e SICOOB Coopere têm recebido destaque pelo significativo trabalho, desenvolvido no Território. Para Silva (2012, p.14),

O diferencial das cooperativas vinculadas ao Sistema ASCOOB-Central, iniciado a partir das ações e atividades da ASCOOB-Associação, é a preocupação institucional em negociar financiamentos para o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária. Assim, a ASCOOB Serrinha, Itapicuru e Cooperar dispõem de microcrédito, de repasses do PRONAF e de uma eficiente articulação de assistência técnica para orientar seus agricultores familiares.

¹² Após seu primeiro ano de funcionamento, a Coopere possuía 340 cooperados, chegando a superar a quantia de 10 mil, ao final do exercício de 2006 (VERDE, 2007).

Essa conquista da autonomia por parte dos agricultores familiares, da sua capacidade de criação de uma nova alternativa de crédito (no caso das cooperativas de crédito), e a busca de melhor organização da vida financeira, tornou-se possível no semiárido baiano graças à formação das diversas organizações sociais do Território do Sisal e da articulação destas com organizações governamentais e não governamentais, tanto em âmbito local como nas esferas Estadual e Federal. De acordo com Dias (COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E SOLUÇÕES - CSAFCS, 2010),

No plano Federal, as cooperativas encontraram um ambiente muito favorável, tanto que o crescimento delas, nos últimos 5, 6 anos, tem um diferencial enorme. Todo um apoio ao processo de gestão, de crescimento, de ampliação dos serviços, apoiando a formação, os intercâmbios, a busca de “recursos”, apoiando as negociações das cooperativas com o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDS, e até apoiando com relacionamento com instituições internacionais. No plano Federal, o apoio obtido pelas cooperativas, sobretudo pelo MDA, foi fundamental para expansão de todo o sistema.

Como enfatiza Mascarenhas (COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E SOLUÇÕES - CSAFCS, 2010),

Essas ações, tanto da ASCOOB associação, quanto das singulares, quem atende diretamente ao público, elas só são possíveis porque está dentro de uma estrutura muito forte de parcerias. Localmente, grandes parceiros das cooperativas hoje são os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as associações e as federações de associações comunitárias, em alguns lugares as prefeituras municipais, as câmaras de vereadores, a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL. É o reconhecimento de que a cooperativa de crédito é importante para o desenvolvimento do município. (MASCARENHAS, COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E SOLUÇÕES - CSAFCS, 2010).

Desde a sua criação, a ASCOOB atua com base na dinâmica de articulação em rede, estando inserida “num contexto em que atuam diversas redes sociais articuladas por associações de produtores, sindicatos, ONGs, órgãos de assistência técnica entre outras organizações”, visando dinamizar as finanças locais (BÚRIGO, 2006, p. 237). Essa articulação se dá enquanto associação, evoluindo anos depois para a criação do sistema central de crédito. Tal fato ocorre em razão das dificuldades técnicas encontradas e, sobretudo, pela pouca afinidade com o sistema tradicional.

Com base em Magalhães (2005), essa capacidade de organização coletiva foi o grande segredo da experiência desenvolvida no Território do Sisal, o que não teria se viabilizado sem a valorização dos processos de construção social do conhecimento, elemento revelador da força que habita os homens e mulheres organizados desse território.

4.1.1 A Territorialização da luta no Território do Sisal

O processo de intervenção dos novos atores sociais no Território do Sisal tem sido entendido como elemento relevante para o desenvolvimento da democracia participativa, levando-se em consideração o enfraquecimento de um sistema político paternalista, muito comum na região Nordeste.

Conforme Castro (2004), foi na região Nordeste em que se desenvolveram as primeiras atividades econômicas do país, desde a chegada dos portugueses, sendo a região mais explorada pela produção latifundista da cana-se-açúcar ao longo dos primeiros séculos de colonização. Nesse sentido, por meio do exercício do poder local tinha-se a legitimação do poder dos coronéis, que se dava de diversas facetas.

No Estado da Bahia, por sua vez, até o século XIX conviveu-se com uma sociedade fortemente marcada pelo regime agrário-escravocrata, com grandes contrastes entre a riqueza e a pobreza, cuja dicotomia se faz presente até os dias atuais. Esse fato pode ser observado na existência de um grande número de pequenas propriedades da agricultura familiar (os chamados minifúndios), em contraposição com a concentração da estrutura fundiária em mãos de uns poucos, estes que, muitas das vezes, controlam não só os meios de produção, mas também o poder político. Essa situação de domínio por parte dos coronéis da política, com o tempo, vai sendo substituída pela classe comercial, líderes religiosos, ONGs, ou pelo surgimento de líderes populares demagogos.

Na Bahia essa situação se consolidou na segunda metade do Século XX, tanto como consequência da repressão política, exercida pela ditadura militar de 1964 a 1985, quanto pelo surgimento do império pessoal que, mesmo após o fim do regime militar, exerceu um dos principais papéis políticos do Estado, o ex-governador e ex-senador Antônio Carlos Magalhães. (NETO, 2003 apud BELTRÃO; SAYAGO 2010, p. 138).

Contudo, conforme a dialética de Marx, a história é movimento e se move a partir da dinâmica empreendida pelos seres humanos, podendo ser transformada por meio de sua ação. Assim, ao interferir no processo histórico, estes podem transformar a realidade vigente, especialmente ao alterarem o seu modo de produção, podendo, deste modo, legitimar ou negar a realidade existente.

No âmbito da geografia, segundo Fernandes (2005), a ação é um elemento essencial para a transformação da realidade, o que não se dá na ausência do conflito. Ao contrário, é por meio da conflitualidade que os espaços são transformados em territórios e os territórios se movimentam pela conflitualidade. Nesse sentido, “a produção ou a construção do espaço

acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades” (FERNANDES, 2005, p, 30). Portanto, é justamente por meio do movimento da ação que são configurados e reproduzidos os espaços políticos, através dos quais se constitui a espacialização. Ainda conforme o referido autor, “do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade” (FERNANDES, 2005, p, 30).

Desse ponto de vista, a ação organizada dos sujeitos sociais do campo acontece no enfrentamento entre as forças políticas que disputam, criam e controlam seus territórios, sendo este, portanto, um espaço de dominação, de vida e morte, mas também de luta, resistência e de liberdade.

O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. (FERNANDES, 2005, p. 28).

De acordo com essas premissas, a política de desenvolvimento do território camponês se dá no bojo da disputa entre dois projetos antagônicos: de um lado, o que defende os interesses da classe trabalhadora; do outro, o projeto do capital. Como nos lembra Beltrão e Sayago (2010, p.138) “Foi na luta pela terra e contra o modo capitalista de produção que excluía o agricultor familiar dos seus meios de subsistência, que os movimentos sociais no campo se constituíram”. Um exemplo disso foi o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste do país, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, em 1945.

Assim, os espaços de socialização política das ideias, bem como os espaços de socialização propositiva, são fundamentais, uma vez que através deles se propiciam as práticas políticas, pelas quais se viabilizam os respectivos paradigmas de desenvolvimento.

De acordo com as discussões acerca da trajetória de luta dos movimentos sociais no Território do Sisal, o surgimento da APAEB e, posteriormente, a criação das cooperativas de crédito rural, a princípio, sugere a construção de um projeto que se opõe ao paradigma do sistema capitalista, este que subjuga e expropria a classe trabalhadora. Ademais, uma vez criado o seu próprio espaço e territorialização, os trabalhadores estariam construindo relações sociais favoráveis à defesa de interesses comuns, como maior poder de mobilização e de pressão, saindo, deste modo, do isolamento, da invisibilidade e exclusão. Nesse contexto, o município de Valente passou a configurar-se como um polo da política de desenvolvimento

do Território, em função da dinâmica político-organizacional da Associação, da capacidade de interferência técnica e política desenvolvida por suas lideranças, cuja influência representa um marco referencial das ações do Território.

Em 2003, esse acúmulo de lutas e conquistas da sociedade civil organizada no semiárido Baiano foi decisivo para transformar a região do sisal em território de identidade. Este fato se dá com a formalização do Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira – Codes Sisal, em 2002, primeiro conselho constituído em territórios instituídos no Estado da Bahia e no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PDSTR.

O Codes Sisal congrega as representações da sociedade civil e do poder público, e representa uma nova institucionalidade da abordagem territorial criada como instrumento de formulação e de implementação de políticas públicas, a partir da ação coletiva das diversas entidades da sociedade civil no território e em torno de um mesmo projeto político de desenvolvimento territorial rural sustentável, quebrando, de certa forma, a hegemonia política que até então era exercida pela APAEB. (BELTRÃO; SAYAGO, 2010, p. 143).

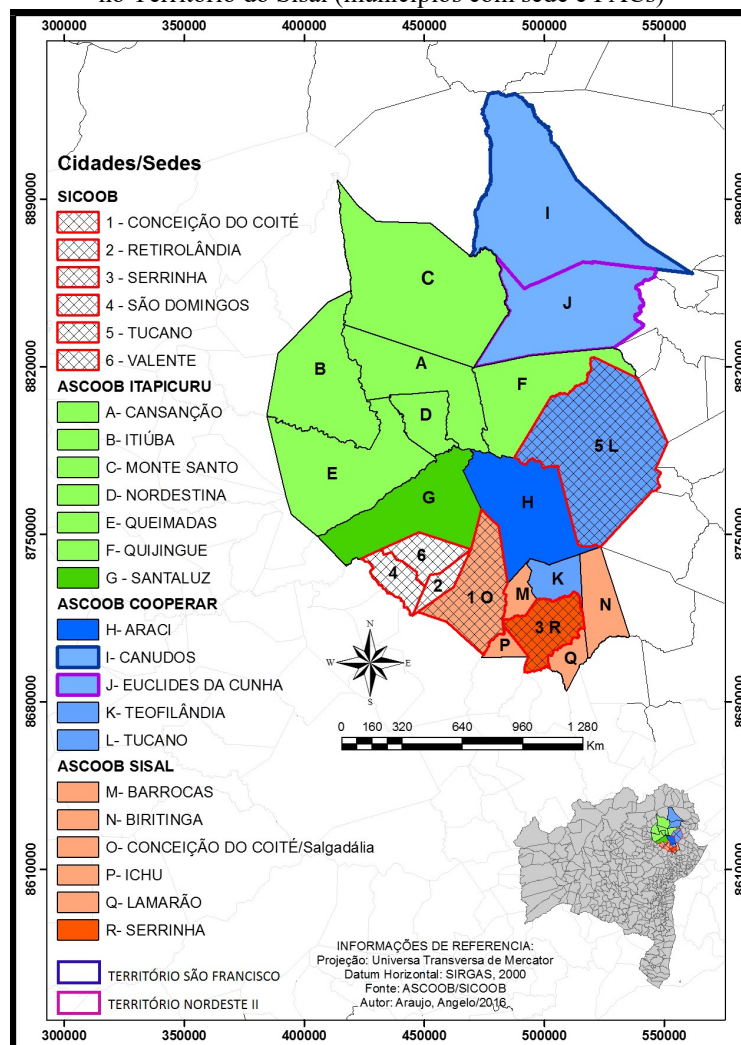
Nesse sentido, para Velloso (2013), além das estruturas da APAEB constitui-se como ferramenta relevante desse processo a criação do Polo Sindical, a partir da criação da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal – FATRES em 1990. Com sede em Valente, a FATRES surge com o propósito de fortalecer a representação da classe trabalhadora do campo, através de uma rede de Sindicatos Rurais da Agricultura Familiar, com a perspectiva de lutar contra as mazelas da classe trabalhadora rural, visivelmente explícita na precarização das suas condições de vida e de trabalho. Isso se dá em um contexto de embate e enfrentamento das práticas autoritárias e paternalistas, instituídos pelos programas assistencialistas de combate à seca na região. De acordo com Velloso (2013, p. 182), “a formação da FATRES, como organização de representação da classe trabalhadora influenciou diretamente a delimitação do Território Rural do Sisal”.

Nos últimos anos, outro espaço representativo no Território do Sisal é o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (CONSISAL).¹³

¹³ Constituído pelas Prefeituras Municipais do Território Rural do Sisal, o CONSISAL foi fundado em 10 de agosto de 2010, com base na Lei Federal 11.107, após um longo processo de articulação para o desenvolvimento de política territorial nos 20 municípios que o compõe. Disponível: <<http://ascomconsisal.wix.com/siteconsisal>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

O Consórcio constitui-se numa Associação Pública de Direito Público, cuja missão e desafio é o de promover o desenvolvimento sustentável dos municípios, assegurando o bem-estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada. Faria (2014) e Velloso (2013). Suas ações incorporam programas e projetos de convivência com o semiárido, geração de trabalho e renda, gestão ambiental compartilhada, bem como iniciativas no âmbito da cultura, esporte e lazer, dentre outros.

Mapa 3 - Área de atuação das cooperativas de crédito rural solidário no Território do Sisal (municípios com sede e PACs)



Fonte: ARAUJO, Angelo, 2016.

4.1.2 Histórico da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Sisal

A cooperativa ASCOOB SISAL foi criada em 1991, no município de Serrinha-BA, e recebeu na época o nome de COOCRESE-Cooperativa de Crédito Rural de Serrinha Ltda. A COOCRESE funcionava como seção de crédito, estabelecida nas dependências de uma cooperativa de produção de base patronal.

Conforme Sacramento (2012), com base em Dias (2006), em sua origem, a referida Cooperativa esteve baseada em um modelo operacional de gestão tradicional, adotado de outras cooperativas de crédito existentes à época. Os seus primeiros anos de funcionamento foram marcados por inúmeras dificuldades, como pouca autonomia e falta de experiência do

quadro diretivo e operacional, em relação às especificidades relacionadas ao funcionamento do cooperativismo de crédito. Assim, “essa situação só começaria a ser transformada adiante, em 1992, com o surgimento da primeira Cooperativa Central de Crédito da Bahia, a CREDIBAHIA” (DIAS, 2000 apud SACRAMENTO, 2012, p. 23).

Depois de passar por algumas crises de gestão, em meados de 1995/96 a COOCRESE desfila-se do quadro social da CREDIBAHIA, ficando, deste modo, órfã do sistema e correndo o risco de ir à ruína. Nesse mesmo período ocorreu a organização do Sistema das Cooperativas de Crédito – SICOOB e a fundação do Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, primeiro banco cooperativo do país.

Enquanto isso, final dos anos 90 o Território do Sisal já contava com aproximadamente dez cooperativas de crédito em operação ou em constituição, colocando em evidência a força de um novo movimento cooperativista, nascente no território. Por recomendação do Banco Central, de que essas cooperativas deveriam estar vinculadas a um sistema central de cooperativas de crédito, todas elas passam a fazer adesão ao SICOOB-CENTRAL BA (nova denominação recebida pela anterior CREDIBAHIA), o que motiva a entrada da COOCRESE no quadro de filiadas do novo sistema, em 1998.

Dessa forma, as organizações de apoio à agricultura familiar no município de Serrinha, APAEB, MOC, STR e MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, preocupadas com a situação em que a Cooperativa se encontrava em razão do modelo de gestão adotado, buscam estratégias para reverter tal situação.

Mesmo sem participar diretamente da administração, a APAEB Serrinha, juntamente com o MOC, transferiu um fundo rotativo para a Cooperativa, buscando uma efetiva aproximação desta aos agricultores familiares. Assim, no processo eleitoral para eleição de nova diretoria, em 1999, os agricultores/as familiares já representavam a maioria dos Cooperados/as, favorecendo, assim, a condução do Sr. Antonio José (que era presidente da APAEB) ao posto de Presidente da Cooperativa, deixando a função de Presidente da APAEB local para a Vice-presidente Sr^a. Helena Barreto de Souza.

Em 2000, com a nova diretoria, a COOCRESE passa a funcionar em nova sede e adota o nome de SICOOB-Serrinha, consolidando o processo de revitalização, apoiado pelas organizações sociais do campo no município, no sentido de atender, de forma qualificada, as demandas de serviços financeiros, apresentadas por seus associados e a comunidade local.

A cooperativa de Crédito de Serrinha é uma das organizações de crédito rural, integrantes do conjunto de organizações responsáveis por fortalecer o movimento

cooperativista de crédito rural solidário no Território do Sisal, a partir do qual se origina a ASCOOB associação em 1999. Ademais, em 2008 a referida cooperativa, juntamente com as cooperativas ASCOOB Cooperar, Itapicuru e Credimonte, obtém aprovação de projeto para criação de uma Central Própria de cooperativas de crédito solidário, pelo Banco Central do Brasil (BACEN), fundando a Central de Crédito ASCOOB. Daí passa a se chamar ASCOOB Serrinha.

No ano 2011, a Cooperativa ASCOOB Serrinha recebe o nome de ASCOOB Sisal, devido a sua área de atuação não estar restrita somente ao município de Serrinha. Na atualidade, a referida cooperativa tem atuação em seis municípios: Serrinha, Ichu, Barrocas, Conceição do Coité/distrito de Salgadália, Biritinga e Lamarão. Todos estão situados no Território do Sisal, perfazendo um total de 15 mil sócios cooperados.

4.1.3 Histórico da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB COOPERAR

A fundação da ASCOOB COOPERAR se deu em 12 de maio de 1997, no município de Araci-BA, por 27 sócios fundadores, fruto da luta dos agricultores familiares e da organização da sociedade civil (STR, APAEB, MMTR) no município, pelo direito de acesso ao crédito rural e a inclusão sócio-econômico-financeira.

O processo de criação da COOPERAR ocorreu entre os anos de 1996 e 1997, com apoio do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), MOC, bem como da prefeitura municipal, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, este que, anos seguintes, financiou a construção da sede da cooperativa através de recursos do PRONAF infraestrutura.

A implantação da COOPERAR configura-se como uma ação concreta do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, construído pelas organizações locais representantes dos trabalhadores e trabalhadoras do campo no Conselho Municipal e Desenvolvimento Rural – CMDR, do município de Araci.

A cooperativa de crédito de Araci surgiu

Como resultado dos debates que se seguiram à avaliação do Fundo Rotativo da APAEB [...]. Uma comissão formada por diretores da APAEB e do sindicato e inspirada nas experiências de Valente e Serrinha organizou o quadro social de fundadores com lideranças da APAEB, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações comunitárias, igreja católica e evangélica, com apoio financeiro do MOC e infraestrutura cedida pela APAEB. (MAGALHÃES, 2005, p. 105).

Tempos depois, por orientação do Banco Central, a COOPERAR se uniria a outras cooperativas do Estado, formando parte do sistema SICOOB Central de Cooperativas, passando a chamar-se de SICOOB Araci. No ano 2008 desfila-se do sistema SICOOB, passando a fazer parte do Sistema ASCOOB CENTRAL, do qual é também fundadora.

A ASCOOB COOPERAR é uma Cooperativa de Crédito Rural, ligada ao ramo da agricultura familiar e economia solidária, e está presente em cinco municípios, através dos Postos de Atendimento aos Cooperados (PACs), que são: Araci, Teofilândia, Tucano, Euclides da Cunha e Canudos. Em relação aos dois últimos municípios, estes se encontram localizados em diferentes territórios, sendo que o primeiro fica no Território Nordeste II e o segundo no Sertão de São Francisco. Através da COOPERAR, são beneficiados diretamente um total de 9.250 sócios cooperados, dentre eles, nanos, micros e pequenos empreendedores da agricultura e economia familiar.

Fotografia 1 - Sede da ASCOOB COOPERAR, criada em 1997, no município de Araci-BA – Território do Sisal



Fonte: ASCOOB COOPERAR (2009).

4.1.4 Histórico da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Itapicuru

A Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Itapicuru foi fundada em 15 de janeiro do ano de 2000, por meio de Assembleia Geral realizada no município de Santaluz -BA, onde fica situada sua sede. A ASCOOB Itapicuru está presente nos Municípios de Santaluz, Queimadas, Cansanção, Quijingue, Nordestina, Monte Santo e Itiúba, todos no Território do Sisal, e possui um quadro de 13.000 (treze mil) sócios cooperados.

Em seu processo de constituição, a Cooperativa contou com o apoio e assessoria do MOC e a participação de um coletivo de organizações da região, especialmente o CEAIC – (Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santaluz); o Sindicato dos Trabalhadores da

Pedra; o Polo Sindical da Região Sisaleira e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Santaluz, Queimadas, Nordestina, Cansanção e Quijingue.

A ideia de constituir uma Cooperativa de Crédito Rural partiu da mobilização dos pequenos agricultores, representados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Central das Associações de Agricultores Familiares, em abril de 1998, cujo objetivo era o de solucionar o problema do difícil acesso aos serviços financeiros bancários, enfrentado por grande parte das famílias do campo. Nesse processo, diversas comunidades rurais foram envolvidas através de reuniões, campanhas de filiação e arrecadação de recursos financeiros, exigidos pelo Banco Central, à criação da instituição. Com efeito, o funcionamento da Cooperativa se deu tendo a filiação de 112 sócios fundadores e um capital inicial de 35.000 mil reais.

Conforme declarações dos dirigentes da Itapicuru, Cosme Arisvaldo e José Paulo Crisóstomo, feitas na Assembleia Geral em que se celebrava o 15º aniversário da Cooperativa, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, as quais os levariam a se organizar e criar suas próprias organizações de crédito. À época, além de não possuírem recursos financeiros suficientes para bancar os custos referentes a legalização da Cooperativa, os mesmos não contavam com nenhum tipo de apoio governamental e, muitas vezes, tiveram que lidar com as discriminações “dos que se achavam donos do poder”, que não acreditavam numa proposta encabeçada por “homens e mulheres da roça”, vistos como incapazes de gerenciar uma cooperativa de crédito.

Fotografia 2 – Representantes da ASCOOB na 15ª Assembleia Geral Ordinária da Itapicuru



Fonte: Blogspot Orecadodado (2015)¹⁴.

¹⁴ Disponível em: <http://orecadodado.blogspot.com.br/2015/04/ascoob-itapicuru-realizou-assembleia.html>. Acesso:

Fotografia 3 – Sócios cooperados na 15ª Assembleia Geral Ordinária da ASCOOB Itapicuru



Fonte: Blogspot Orecadodado (2015).

Quadro 2 - Produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas ASCOOB no Território do Sisal (2015)

SISAL		COOPERAR		ITAPICRU	
PRODUTOS	SERVIÇOS	PRODUTOS	SERVIÇOS	PRODUTOS:	SERVIÇOS
Microcrédito Crédito rural Aquisição de bens Financiamento de veículos Giro rápido Microempreendedor individual Custódia Crédito pessoal	Conta corrente Quotas Pagamentos e recebimentos Aplicação financeira Seguros Educação cooperativista e financeira	CAC CredAuto CredInfo Cheque especial Crédito rotativo Microcrédito Pronaf Títulos descontados Credconsignado CredPescado CredEmergencial Cesta de Crédito da Agricultura Familiar*	Conta corrente Emissão de boleto Aplicações Cheque Pagamentos de títulos Seguros	Microcrédito Crédito rural Aquisição de bens Financiamento de veículos Giro rápido CrédEmergencial Custódia Crédito pessoal	Conta corrente Quotas Pagamento e recebimentos Aplicação financeira Seguros Educação

* Linha de crédito, que se orienta a partir da política de Microcrédito do Sistema, criada pela singular. Finalidade: financiamento de Kit Forrageiro; pequenos animais; armazenamento de cereais; moradia (ampliação e reforma); móveis/eletrodomésticos; e tração animal.

4.2 Linhas de ação do Sistema ASCOOB

Como já mencionado, a ASCOOB Central nasce “após uma década de caminhada da ASCOOB, enquanto associação”, e é resultado da “evolução e do amadurecimento da ASCOOB Associação, suprindo, assim, a lacuna de representatividade legal de suas cooperativas filiadas, junto ao BCB”. Vale ressaltar que esta foi a criação da primeira Cooperativa Central de Crédito do Brasil dentro das novas normas para a profissionalização do setor, estabelecidas na Resolução 3106/2003, “considerada, ainda, a primeira do Nordeste direcionada à agricultura familiar e à economia solidária” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008).

Por meio das instâncias político-organizativas (associação e central), o Sistema ASCOOB desempenha a função de pensar coletivamente questões comuns a todas as cooperativas filiadas, tendo em vista a melhor sistematização do crédito e negociações de recursos para o fortalecimento da agricultura familiar. Tudo isso através de parcerias celebradas entre instituições governamentais e não governamentais como MDA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, DESENBAHIA, SEBRAE, além de participar de espaços de articulação, voltados ao fortalecimento da economia solidária no País.

A ASCOOB tem como missão “fortalecer a economia familiar solidária, por meio do cooperativismo de crédito, fomentando os processos de desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário do estado da Bahia”¹⁵.

A atuação do Sistema se dá através de quatro áreas estratégicas: Gestão, Educação Cooperativista, Assistência Técnica Rural (ATER) e Microcrédito, sendo que suas atividades se subdividem conforme as competências de cada instância. Nesse sentido, segundo o Art. 3º do seu Estatuto Social, a associação tem como finalidades básicas:

- a. Defender o desenvolvimento, a confiança, a segurança e o fortalecimento das cooperativas de apoio a economia familiar;
- b. Promover o estudo e a divulgação dos assuntos econômicos, financeiros e técnicos de interesse de suas associadas;
- c. Promover intercâmbio com entidades afins;
- d. Trabalhar para a aproximação e o entrosamento das entidades associadas;
- e. Prestar serviço de elaboração de projetos rurais, assistência técnica e extensão rural em projetos agropecuários com a finalidade de promover uma agricultura economicamente viável, ecologicamente equilibrada, socialmente justa;
- f. Manter, na medida da disponibilidade, consultoria especializada em assuntos econômicos, financeiros, empresariais, cooperativos e jurídicos;
- g. Realizar parcerias ou convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para atender a necessidade das associadas;
- h. Promover a educação cooperativista e o desenvolvimento da economia solidária;
- i. Promover ações voltadas para a defesa do meio ambiente;
- j. Prestar assistência técnica empresarial, jurídica as suas associadas.

Em relação à cooperativa Central de Crédito, esta possui, por sua vez, caráter diretivo, normativo, fiscalizador e de suporte ao bom desempenho de suas filiadas. Para isso, “parte de suas funções são definidas pela Resolução nº 2.771, do Bacen” (BITTENCOURT, 2000, p.74).

Em conformidade com o Estatuto Social do Sistema Central, cap. II, Art. 2º,

¹⁵ Institucional - Quem somos. Disponível: <<http://www.sistemaascoob.com.br/quem-somos.php>>. Acesso em: 17 out. 2014

A ASCOOB CENTRAL tem por objetivo executar serviços administrativos, financeiros, econômicos, creditícios e educativos em benefício de suas Cooperativas Associadas, e a integração financeira do cooperativismo de crédito do estado da Bahia, Brasil, com o propósito de cumprir sua missão no fortalecimento das práticas de agricultura familiar, economia solidária e do desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, e com base na CONFESOL¹⁶, no âmbito da educação cooperativista, as ações do Sistema ASCOOB têm como objetivo:

Expandir a cultura da cooperação e da solidariedade, fomentando processos de empreendedorismo social e popular e formação de capital social bem como a qualificação de dirigentes, quadro funcional, assessores, educadores, cooperados e parceiros estratégicos (CONFESOL, não paginado);

Em sua dinâmica de trabalho, a proposta da educação cooperativista é a de desenvolver ações de forma integrada, articulada, com os demais setores do Sistema, como é o caso das áreas de microfinanças e de ATER.

O objetivo do trabalho voltado às microfinanças consiste em

Fortalecer a economia local, apoiando o desenvolvimento de pequenas atividades produtivas. Para isso os empréstimos são liberados e acompanhados pelos agentes de crédito das cooperativas filiadas, os agentes têm o papel de orientar os beneficiários na utilização adequada dos recursos. Todo o processo é conduzido pelo Agente de Crédito que é personagem-chave no processo, desde a seleção, análise da adequação e do risco, acompanhamento e cobrança, fazendo exercitar na prática operacional os princípios das microfinanças solidárias, com redução de risco e ampliação do impacto econômico social local (CONFESOL, não paginado).

Por suas ações estarem direcionadas à luta contra a pobreza e exclusão dos setores marginalizados da sociedade, a criação do Programa de Microcrédito – Promic, em 2006, na ASCOOB, está entre uma das mais bem-sucedidas experiências de microfinanças do Sistema. Esta é uma modalidade de crédito de aval-solidário, através da qual são beneficiados micros e pequenos empreendedores da economia popular, tanto no meio urbano como no meio rural.

O aval solidário “é uma forma de incentivo à nucleação, à cooperação e à unidade entre os próprios agricultores (...), uma forma solidária de controle à aplicação do crédito” (CONCRAB, 2007, p. 44) entretanto pode gerar comprometimento mútuo dos agricultores caso não haja pagamento do crédito por uma parcela deles. (ARAÚJO e CHRISTÓFFOLI, 2015, p. 143).

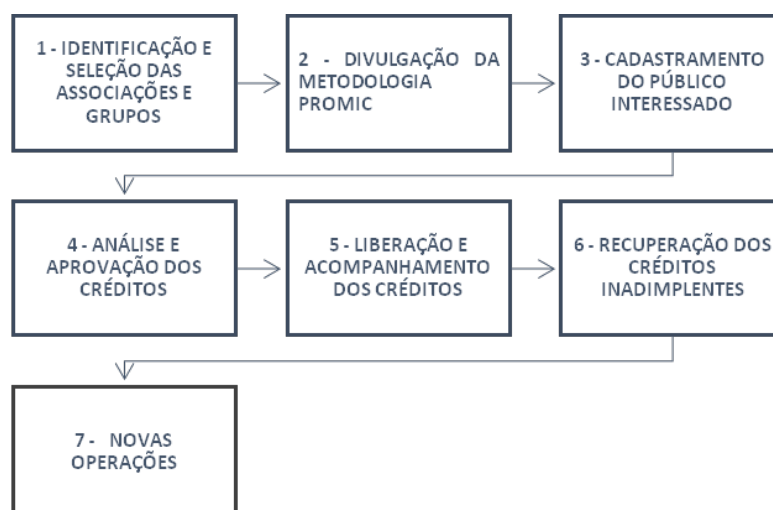
As operações de microcrédito na ASCOOB possuem valores módicos, com juro mensal de 02 % e favorecem a inclusão de pessoas com rendimentos anuais de até R\$ 500 mil.¹⁷

¹⁶ CONFESOL. Nossas Centrais: ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar. Disponível: <<http://www.confesol.com.br/cenindividual.php?id=NA==#.VxwMKfkrLIU>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

Por estarem inseridas em regiões marcadas por grandes desigualdades sociais, através das operações de microcrédito as Cooperativas ASCOOB conseguem beneficiar um número significativo de homens, mulheres e jovens, auxiliando-os na superação da pobreza. Isso acontece não só pela promoção do acesso ao crédito, mas também pelo trabalho de orientação dos agentes de microcrédito, quanto à realização de planejamento e controle financeiro dos empreendimentos assistidos.

Assim, pelo seu caráter coletivo, o microcrédito é percebido como um aliado na promoção do desenvolvimento de uma cultura de cooperação e solidariedade entre os sócios cooperados, além de auxiliar o desenvolvimento da família como núcleo produtivo e social.

Figura 1 – Metodologia do Microcrédito ASCOOB



Fonte: ASCOOB COOPERAR (2012)
Organizado pela autora

No âmbito da Assistência Técnica Rural -

A ASCOOB visa contribuir na construção e implementação de uma nova política de extensão rural, pautada nos processos de transição agroecológica, fortalecendo a perspectiva de convivência com o semiárido, a partir da construção coletiva de conhecimentos, e com o intuito de fortalecer experiências de manejo sustentável dos recursos naturais na produção agropecuária em unidades da agricultura familiar. Busca trabalhar alternativas que proporcionem o acesso aos mercados para os

¹⁷ Público - alvo do Microcrédito: Micros e pequenos empreendimentos rurais ou urbanos; Profissionais autônomos e liberais. Notas: 1) Os empreendimentos podem ser formais ou informais, permitindo assim operações com o (s) titular (es) do empreendimento (PF); 2) Os empréstimos estão limitados à empreendimentos com faturamento anual de até 500 mil. Os sistemas de garantias desta modalidade de crédito se baseiam nas potencialidades e características dos micros e pequenos negócios informais, valorizando as relações sociais do tomador junto aos seus pares e à comunidade em que vive e/ou trabalha (capital social), utilizando-se modelos de garantias pessoais alternativos (avais em grupo e aval individual), com aplicação ajustada às condições de cada cooperado. Fonte: Manual de Operações e de Controle Interno das atividades de Microfinanças – ASCOOB (2011, p. 05).

produtos da agricultura familiar, mediante estratégias como o fortalecimento das feiras agroecológicas, dos mercados solidários, do acesso ao crédito e da articulação com as demais políticas para a agricultura familiar, como é o caso do PAA e do PNAE, construindo assim uma nova abordagem de atuação (ATER), cujos protagonistas principais são agricultores e a valorização dos seus conhecimentos, fomentado suas capacidades criativas (CONFESOL, não paginado).

Para tanto, são funções do setor de ATER a institucionalização da política de crédito do PRONAF, através da captação de recursos junto ao Banco do Brasil, Banco do Nordeste e DESENBAHIA; a capacitação técnica voltada à sustentabilidade das propriedades e a segurança alimentar das famílias.

Com base em informações institucionais, uma das formas adotadas pela ASCOOB, para favorecer o serviço de ATER aos agricultores familiares, nos últimos anos, tem sido a execução de convênios junto a Secretaria de Agricultura do MDA e da Superintendência da Agricultura do Estado da Bahia (SUAF/SEAGRI).

O trabalho desenvolvido através das Chamadas Públicas de ATER baseia-se na Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER para agricultores/as familiares, estando voltado, em especial, às temáticas da agroecologia, segurança alimentar, geração de trabalho e renda, e a organização social dos beneficiários.

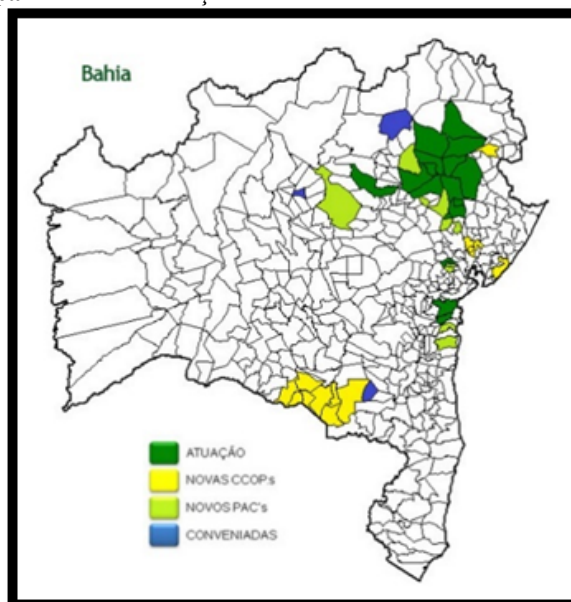
Conforme consta no Projeto de Chamada Pública – SAF/ATER nº 02/2014, Lote: 08, elaborado pelo Sistema, por meio dessa política, a ASCOOB visa corresponder às necessidades de assistência técnica dos agricultores familiares, na perspectiva do acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar (crédito, assistência técnica, comercialização, beneficiamento da produção, garantia safra, PAA, PNAE, dentre outros), garantindo melhorias da qualidade de vida e dos indicadores socioeconômicos dos agricultores. Por outro lado, a execução das Chamadas Públicas de ATER cumpre um papel relevante, no sentido de favorecer a inserção dos agricultores familiares no contexto das lutas e do debate acerca da Agricultura Familiar e Assistência Técnica, tanto em nível estadual como a nível nacional. Entretanto, dentro da proposta de serviços de ATER da ASCOOB, verifica-se a existência do desafio de se trabalhar, com mais ênfase, uma política voltada à questão da igualdade de gênero, a promoção dos direitos das mulheres, bem como a inclusão da juventude rural.

Quadro 3 - Espaços participados pelo Sistema ASCOOB no âmbito da ATER

ATER PARA AS FAMILIAS	Rede Ater Nordeste
	Fórum Estadual de Agricultura Familiar
	Rede Parceiros da Terra – Reparte
SEGURANÇA ALIMENTAR	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
	Conselho Estadual de Segurança Alimentar
	Asa – Articulação do Semiárido Brasileiro
	Grupo de Trabalho do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA nomeado por FNDE/MEC
	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar
	GT ATER e Segurança Alimentar do Território do Sisal
	Fórum Estadual de Economia Solidária
	Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Jacuípe
Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal	
AGROECOLOGIA	Comitê Nacional de Agroecologia

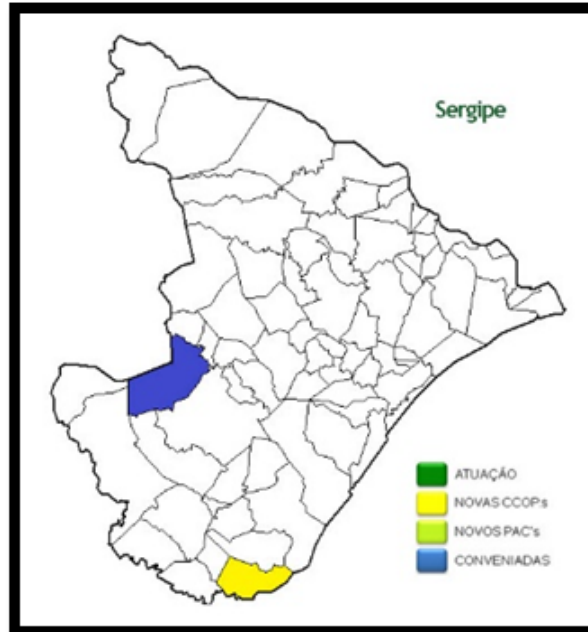
Fonte: Projeto de Chamada Pública – SAF/ATER nº 02/2014, Lote: 08.

A maior inserção do Sistema ASCOOB ainda se concentra nos municípios dos Estados da Bahia, com menor atuação nos Estados de SE e AL.

Mapa 4 - Área de atuação da ASCOOB – Estado da BA

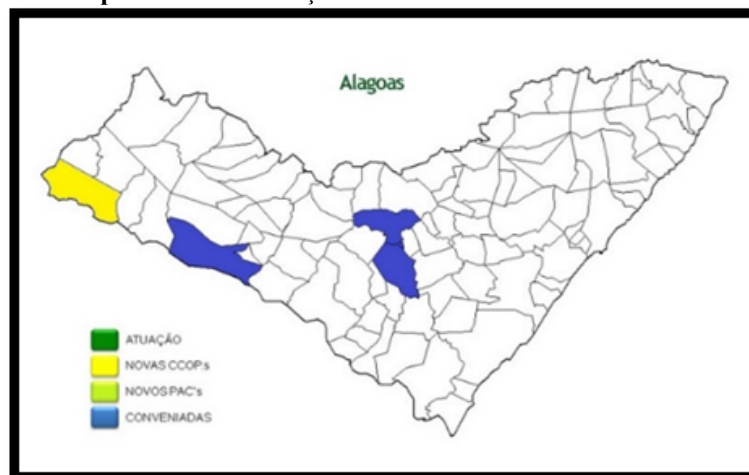
Fonte: Sistema ASCOOB (2014).

Mapa 5 - Área de atuação ASCOOB – Estado de SE



Fonte: Sistema ASCOOB (2014).

Mapa 6 - Área de atuação ASCOOB - Estado de AL



Fonte: Sistema ASCOOB (2014).

5 ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS COOPERATIVAS SINGULARES DO SISTEMA ASCOOB NO TERRITÓRIO DO SISAL

Este capítulo final tem por objetivo analisar as políticas de educação cooperativista no sistema ASCOOB, observando as dimensões educativas das ações de base, no que concernem os limites, contradições e possibilidades desse trabalho. Tem-se em vista a perspectiva da transformação social, a partir da organização dos trabalhadores do campo, marginalizados dos serviços econômico-financeiros oficiais, no Território do Sisal, região semiárida do Estado da Bahia.

No referido capítulo, buscamos sinalizar aspectos de caráter social e econômico da ação político-pedagógico na atuação da Educação Popular Cooperativista, a relação que mantém com o Projeto Político do Sistema ASCOOB, e com a perspectiva do fortalecimento de um projeto popular de desenvolvimento para a sociedade. Tudo isso sem perder de vista o contexto de lutas das organizações sociais do campo no Brasil e no Continente Latino Americano, frente aos avanços do capitalismo no desenvolvimento da agricultura, no qual se inserem as cooperativas de crédito do Sistema em estudo.

As análises que seguem são fruto das reflexões teóricas realizadas nesse estudo, relacionadas com os resultados das entrevistas e das vivências da pesquisadora nos âmbitos profissional e acadêmico, bem como da militância social.

Para iniciar as análises que se desenvolvem neste capítulo, buscamos reconstituir a *linha do tempo* da Educação Cooperativista na ASCOOB, a partir da qual se sublinham alguns questionamentos acerca da missão, princípios e projeto originários da organização cooperativista em estudo. Esse exercício tem a finalidade de aproximar os elementos das reflexões com as discussões e demandas institucionais reais, levantadas ao longo do percurso da pesquisa.

Afirma-se que a articulação do Sistema com as organizações sociais e entidades parceiras das Cooperativas de Crédito, no Território do Sisal, cumpre um papel político fundamental à viabilização da Educação Cooperativista. Entretanto, chama-se atenção para a necessidade de uma análise crítica quanto ao estabelecimento de parcerias, no campo da política de formação/educação das bases, a fim de se manter a identidade e autonomia política do projeto. Nesse sentido, compreendemos que a dominação do capital se dá de várias formas, através dos aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Assim, os elementos expostos nas análises ressaltam a necessidade do cooperativismo de crédito rural ascoobiano estabelecer,

de forma evidente, quais são seus marcos político-ideológicos que fundamentam sua ação.

Este é um aspecto relevante para a reestruturação da proposta da EDUCOOP e, conseqüentemente, para a consolidação do Sistema, enquanto instrumento a serviço dos interesses da classe trabalhadora, ou de sua acomodação ao *status quo*.

5.1 Linha do tempo da Educação Cooperativista no Sistema ASCOOB (2000 - 2015)

O trabalho de Educação Cooperativista no Sistema ASCOOB inicia-se a partir do ano 2000, assessorado pelo Educador Popular Antônio Reis de Oliveira, o qual ficaria à frente do Departamento de Educação Cooperativista – DECOOP. Ao longo desse período, as Cooperativas de Crédito filiadas à ASCOOB passaram por um significativo processo de mobilização e de trabalho conjunto, cujo esforço dá à educação cooperativista ascoobiana uma dimensão organizacional ampla e consolidada, através da criação de diretrizes, a partir das quais toda ação educativa das Cooperativas Singulares estaria orientada.

O trabalho do DECOOP nasce diante da necessidade de suprir a lacuna existente no âmbito da educação e da formação, comum a todas as Cooperativas filiadas à ASCOOB, uma vez que, apesar da existência de atividades realizadas nos seus primórdios, nas Singulares, o trabalho tinha um caráter localizado e descontínuo.

Diante dessa constatação, decide-se pela criação de um setor específico de Educação, visto como estratégico, visando assim a efetivação de uma prática de trabalho mais sistêmico, sistemático e organizacional. Daí nasce a Educação Popular Cooperativista da ASCOOB, trazendo como lema “Construindo um outro Cooperativismo”.

Ressalta-se que o contexto histórico vivido à época estava fortemente marcado pelas diversas experiências de luta, vivenciadas pelas organizações sociais e movimentos populares; por inclusão e justiça social em diversas partes do Nordeste, fato que influenciou profundamente a prática das organizações cooperativistas da ASCOOB. Um exemplo disso foi a criação do Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia –NEPSBA, considerado um importante espaço de participação social e de articulação de educadores e educadoras, comprometidos com as lutas dos movimentos sociais populares dos municípios sisaleiros (FARIA, 2014). O referido Núcleo também formava parte do trabalho desenvolvido pelos educadores da Rede de Educadores Populares do Nordeste e contava com apoio da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP).

Nesse sentido, em sua proposta de Educação Popular Cooperativista, a ASCOOB defende uma Educação a partir dos que nunca foram ouvidos, dos excluídos, uma educação que nasce e brota das lutas do povo. Defende-se uma Educação empreendedora, criativa e criadora, como construção de saberes que emergem das diversas realidades vividas pelos sujeitos¹⁸.

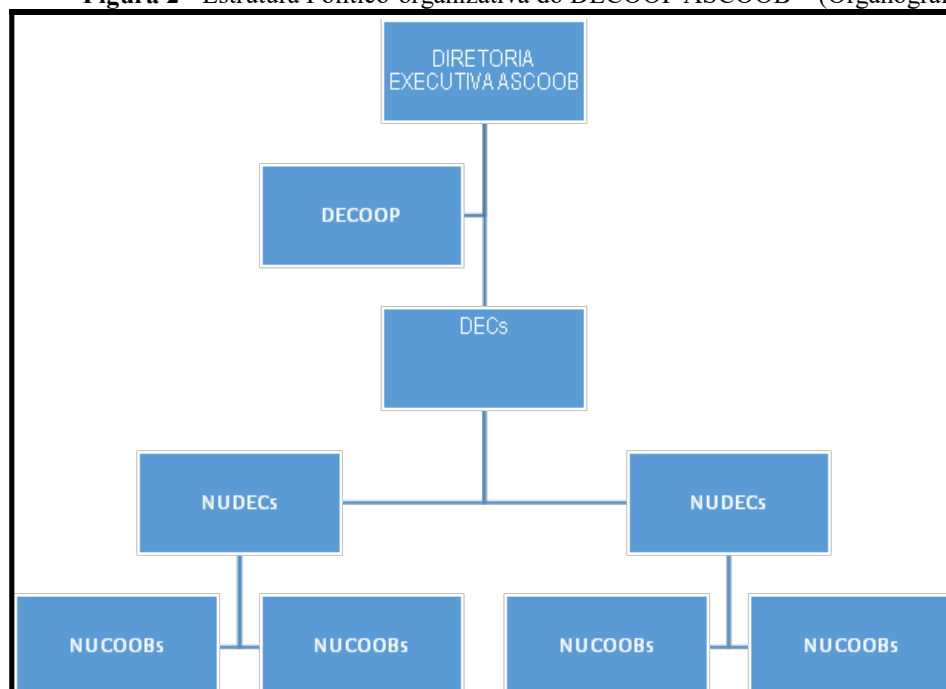
A educação é considerada Popular por ter como ponto de partida da sua concepção e prática o mundo dos pobres, homens e mulheres que fazem a economia e agricultura familiar nos territórios onde as CREDIS estão inseridas. Nesse sentido, assume a dimensão de engajamento amplo, junto aos processos de organização do povo como sujeito do seu processo de emancipação social, econômica, financeira, organizacional, produtiva, política, ambiental e humana.

Com base nesses pressupostos, a ASCOOB coloca-se como herdeira da concepção e prática de educação popular nascida na América Latina, na metade do século vinte, e da influência exercida por esta no âmbito dos processos de organização dos movimentos populares e dos espaços institucionais comprometidos com projetos de emancipação da classe trabalhadora. Em síntese, a dimensão popular inclina-se ao compromisso de contribuir para a construção de uma sociedade nova, diferente, mais humana, mais justa, mais solidária e mais sustentável.

Partindo desses pressupostos, o DECOOP adotou como orientação uma perspectiva metodológica baseada nos princípios da pedagogia do educador Paulo Freire, a partir da qual se buscou animar todo um processo de trabalho de base.

A concretização da proposta político-pedagógica do setor de Educação Cooperativista da ASCOOB se deu a partir da política de criação dos Departamentos de Educação Cooperativista – DECS, dos Núcleos de Educação Cooperativistas - NUDECs e dos Núcleos Cooperativistas de Base – NUCOOBs. Por meio dessas instâncias organizativas, a política de educação cooperativista passou a ser estabelecida em cada Cooperativa filiada ao sistema ASCOOB.

¹⁸ DECOOP/ASCOOB. Escritos EDUCOOP 02/06, elaborado pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus e dirigido aos educadores populares do Sistema ASCOOB (não datado). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

Figura 2 - Estrutura Político-organizativa do DECOOP ASCOOB – (Organograma)

Fonte: ASCOOB Sisal (2015).

Para uma maior clareza dessa forma de organicidade, trataremos de conceituar cada instância político-organizativa mencionada, suas respectivas competências, atribuições e papéis, a saber:

DECOOP - Organismo vinculado diretamente à Diretoria Executiva da ASCOOB, responsável pela animação, motivação e coordenação dos trabalhos de EDUCOOP. Suas atribuições compreendiam a prestação de serviço de assessoria político - pedagógica aos DECs, NUDECs, NUCOOBs e à Rede de Educadores Cooperativista da ASCOOB - REDECOOP.

DECs - Espaço criado nas Cooperativas Singulares, com o fim de viabilizar, de forma sistêmica e sistemática, a política de educação cooperativista da ASCOOB. Seu trabalho consistia em implementar processos pedagógico-metodológicos e educativos, na perspectiva da inclusão socioeconômica dos pobres e dos excluídos; das populações marginalizadas do Sistema Financeiro Nacional, bem como planejar e coordenar processos de formação para gestores, novas lideranças cooperativistas e colaboradores. A responsabilidade do DEC estava atribuída à figura do educador popular cooperativista (em geral um profissional da área de educação) e do Diretor de Educação da Cooperativa, normalmente escolhido entre um dos Conselheiros de Administração da respectiva Singular ou entre um de seus Diretores Executivos. As equipes dos DECs eram compostas ainda por técnicos em agropecuária e

agentes de microfinanças, estes que atuavam de forma articulada e transversal, junto ao Departamento.

NUDECS – Instâncias educativas – organizativas, pensadas para aglutinar organizações, movimentos e instituições parceiras estratégicas das Cooperativas, nos municípios, objetivando, assim, uma maior aproximação destas com as organizações locais/regionais. Aos NUDECS cabe a missão de contribuir na disseminação da cultura da cooperação e da solidariedade, por meio de ações pensadas e articuladas de forma conjunta entre Cooperativa e parceiros estratégicos. Tudo isso na perspectiva do desenvolvimento local/territorial, a partir das reais demandas, desafios e necessidades identificadas pelos sujeitos dos processos.

NUCOOBs – Instâncias educativas internas às cooperativas de base – organizativas voltadas à educação e a formação cooperativista da base social das Cooperativas. O trabalho dos núcleos de base está direcionado a pessoas cooperadas e não cooperadas ligadas a um seguimento ou organização comunitária parceira da Cooperativa, como associações ou grupos de produção e economia solidária, dentre outros. O papel do NUCOOB consiste, sobretudo, em favorecer a construção do conhecimento relacionado à organização e funcionamento das cooperativas, de acordo com os princípios e doutrina cooperativista, bem como discutir as reais demandas e necessidades socioeconômicas dos agricultores familiares e de suas comunidades. Os núcleos de base são, portanto, espaços de incentivo à participação de homens, mulheres e jovens, na vida da cooperativa e nos processos de fortalecimento da organização comunitária, enquanto força motriz, para o desenvolvimento local/territorial e a transformação social. Conforme propõe a ASCOOB:

Os NUCOOBs devem trabalhar de forma integrada/ transversal com as áreas de Educação, ATER, Crédito Rural e Microfinanças promovendo processos sócio-econômicos e político-organizativos dos produtores, buscando fortalecer as práticas cooperativistas e os potenciais produtivos locais. A organização da base se dá através dos Núcleos de Educação Cooperativista de Base – NUCOOBs; nestes espaços reunimos agricultores, mulheres, jovens, produtores, gente que faz negócio, para discutirmos/planejarmos políticas de ação que promovam o Desenvolvimento Local Integrado Solidário e Sustentável, bem como favorecer o controle social da base. (DECOOP/ASCOOB)¹⁹

¹⁹ DECOOP/ASCOOB. Escritos EDUCOOP 02/06, elaborado pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus e dirigido aos educadores populares do Sistema ASCOOB (não datado). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

Ao longo dessa experiência de trabalho de educação popular cooperativista na ASCOOB, a valorização e celebração da **mística** apresenta-se como elemento motivador, animador, de incentivo e de revigoração das ações do Sistema. Essa prática, herdada das CEBs e, muito comum entre os movimentos sociais do campo, era uma referência importante da educação cooperativista na ASCOOB. Além de criar um forte sentimento de irmandade e de companheirismo, a mística favorecia a valorização de elementos culturais da vida dos sertanejos nordestinos, bem como o reavivamento da memória e da luta dos trabalhadores por um mundo mais justo. Segundo Peloso (2012, p. 89), a palavra mística provém de mistério. Significa “conhecer mais e mais, entrar em comunhão cada vez mais profunda com a realidade que nos envolve, ir para além de qualquer horizonte. É fazer a experiência do mistério”. Portanto, “a mística é a alma de um povo. A mística é a alma do sujeito coletivo, a identidade que se revela como uma paixão que nos ajuda a “sacudir a poeira e dar a volta por cima”, sublinha o autor. Peloso também nos lembra que “ a mística é o momento de reafirmar o compromisso com os ideais de uma concepção, de difundi-la socialmente, fortalecê-la politicamente, de consolidá-la e legitimá-la ideologicamente, e uma forma de concretizá-la, aqui e agora” (PELOSO, 2012, p.90).

Para consolidar a política de educação popular cooperativista no Sistema ASCOOB, foi necessário trabalhar a organização de uma rede de educadores populares cooperativistas das diversas cooperativas filiadas ao Sistema. Esses educadores também faziam parte de uma Coordenação Colegiada Cooperativista - COORDECOOP, instância de gestão da EDUCOOP. As COORDECOOPs eram consideradas organismos de descentralização do processo de assessoria, planejamento e execução das ações e atividades de educação. Dessa forma, as equipes se organizavam de acordo com a dinâmica de organização territorial de cada microrregião de atuação do Sistema a saber: Sisaleira, compreendendo as CREDIS de Serrinha, Araci, Valente e Itapicuru; Paraguassu, com as CREDIS Paraguassu, Nazaré, Feira de Santana e Credit/Inhambupe; e Sertão com as CREDIS Sertão/Pintadas, Baixa Grande e Credimonte/Jacobina. A composição de cada COORDECOOP compreendia a participação dos educadores e do diretor - responsável pela EDUCOOP de cada CREDI, com assento/ assessoria do educador - assessor do DECOOP / ASCOOB.

A organização através da rede de educadores populares cooperativistas, conformava uma instância estratégica, no sentido de tornar viável a construção de práticas devidamente planejadas e orientadas à luz de referenciais teóricos- metodológicos comuns, necessários ao cumprimento da missão assumida pelo sistema. Para isso, eram utilizados diversos

instrumentos de planejamento, sob o enfoque do Marco Lógico, como análise SWOT; Matriz de Marco lógico da EDUCOOP; Planejamentos Estratégicos, a exemplo dos Planos de Educação Popular Cooperativista - PLANOOPs; e Matriz curricular da EDUCOOP.

A execução das atividades educativas da ASCOOP normalmente contava com a disponibilização de recursos oriundos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES. Conforme estabelece a Lei 5764/71, Art. 28, II, pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício anual das cooperativas devem estar destinados à realização de atividades de educação/formação de seu quadro social, colaboradores/técnicos, dentre outras ações de âmbito político-pedagógico, definidas pela instituição. Outra forma de apoio às ações de educação do Sistema consistia na execução de convênios destinados à realização de cursos de cooperativismo, através do MDA.

Dentre as diversas atividades planejadas e executadas por meio do DECOOP ASCOOP, além dos cursos de cooperativismo e da nucleação da base social pelos NUCOOPs, destacam-se ainda as Jornadas Cooperativistas de Base e os programas de Formação de Novos Quadros de Dirigentes Cooperativistas – FORMACOOPs. Sobre as jornadas cooperativistas, estas tinham como objetivo principal consolidar o cooperativismo de crédito solidário e da agricultura familiar nas regiões e municípios de atuação das CREDIs.

As jornadas ou missões cooperativistas (prática também inspirada na atuação da igreja popular) cumpriam a função de animar o cooperativismo de crédito junto às bases, na articulação dos trabalhadores organizados em associações, sindicatos, grupos de produção, dando visibilidade aos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas aos agricultores e pequenos empreendedores. Para isso eram utilizados os mais diversos recursos: reuniões comunitárias com associações, organizações religiosas e sociais locais; entrevistas em rádios locais; Panfletagem em feiras livres; Seminários de apresentação do PRONAF; Visitas a empreendimentos comerciais populares, dentre outros.

A partir do ano 2008, o processo da EDUCOOP ASCOOP começa a apresentar sinais de esgotamento, apontando para a necessidade de uma avaliação profunda, cuidadosa, acerca dos resultados alcançados por esse trabalho. Esse contexto, que coincide com o da criação do Sistema Central, desencadeia a necessidade de se provocar um grande debate sobre que cooperativismo e que educação se quer, e de que se necessita para o sistema, tendo em vista os novos desafios apresentados pela atual sociedade, fortemente marcada pela revolução da informação e do conhecimento. Assim, em um dos seus escritos intitulado “Avaliando processos, redescobrimo o novo para estruturar o cooperativismo da agricultura familiar e

economia solidária no Estado da Bahia”, o educador Antônio Reis, dirigindo-se aos diretores e educadores do sistema, manifesta a seguinte preocupação:

A Educação Popular Cooperativista (Educoop), do Sistema ASCOOB, está vivenciando uma fase nova, diferente, desafiadora e inquietadora. Somos chamados e chamadas a revermos, reavaliarmos e repensarmos nossa atuação neste cenário que hora se apresenta com uma complexidade significativa para o Cooperativismo Solidário da agricultura e economia familiar. (...). Acredito que nossos caminhos e nossas opções metodológicas, devem ser agora, REAVALIADOS²⁰.

Junto a essas preocupações são elencados alguns questionamentos extremamente relevantes ao projeto da ASCOOB, no sentido da (re)afirmação do compromisso de fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária, defendido pelo recém criado Sistema, a saber²¹:

- Quando falamos em educação popular cooperativista, o que exatamente, estamos querendo expressar, manifestar, falar, publicizar e visibilizar?
- Como anda a operacionalização dos Programas FORMACOOB e FORMACOOOP, temos nos esforçado para que estes aconteçam e produzam os frutos esperados, quais os investimentos que estamos fazendo para estes programas se concretizem?
- Na construção dos nossos Programas de formação, estamos nos orientando pelas diretrizes político-pedagógicas da EDUCCOOP – ASCOOB ou ainda temos \sofremos outras influências?
- Como estamos trabalhando questões como o empreendedorismo, a educação financeira?
- Estamos incorporando a questão da ecossustentabilidade nas Grades dos Cursos, Programas e Ações?
- Os elementos de suporte teórico-metodológico, que criamos, estão de fato, servindo para fundamentar, na prática, nossas ações, atividades, projetos e programas?
- Os NUDECs e os NUCCOObS, de fato, estão ajudando a consolidar, estruturar e implantar a cultura da cooperação e da solidariedade;
- Nas ações e atividades que desenvolvemos, utilizamos o Marco Lógico, o Plano Estratégico e a Matriz Operacional?
- Estamos sistematizando as ações, as atividades e os processos que temos fomentado construído e participado nas bases sociais das CREDIS?
- Nossas ações, atividades, programações e projetos estão considerando as nanos, micros e pequenas realidades locais \territoriais onde atuamos?
- Os textos, as cartas, as apostilas, as cartilhas, os documentos e similares, têm ajudado na assessoria do trabalho nas bases?
- Como anda nossa produção de textos, subsídios e similares? (Oliveira, não paginado)

²⁰ Carta circular, elaborada pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus, aos dirigentes, coordenadores pedagógicos, educadores e parceiros estratégicos (sem data). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

²¹ Carta circular, elaborada pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus, aos dirigentes, coordenadores pedagógicos, educadores e parceiros estratégicos (sem data). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

Provocações apresentadas no âmbito organizacional e institucional²²:

- Quais condições e posicionamentos políticos estão sendo criados para atender a demanda de formação de quadros sociais nas CREDIS?
- A organização do sistema tem conseguido fomentar a criação de infra-estrutura institucional que possibilite a expansão do cooperativismo de crédito da agricultura familiar e economia solidária?
- As CREDIS têm assumido a estruturação dos NUDECs e NUCOOBs, como forma de facilitar a participação social dos cooperados?
- Estamos fazendo Educação popular cooperativista para formar novos quadros técnicos e dirigentes vinculados ao cooperativismo de crédito popular e solidário?
- Como está sendo o trabalho dos educadores e das educadoras populares cooperativistas frente ao projeto de desenvolvimento defendido pela ASCOOB, tendo em conta um trabalho de educação para o desenvolvimento, não qualquer desenvolvimento, que tenha como perspectiva a dimensão da ecossustentabilidade.
- As CREDIS tiveram suas origens nos movimentos sociais, pastorais populares, movimentos dos camponeses, sindical e em ONGs com atuação na defesa dos direitos das populações marginalizadas, inclusive do sistema financeiro. Uma das maiores motivações para a criação das CREDIS foi exatamente a inclusão dos agricultores e agricultoras nos sistema econômico-financeiro. Como estamos trabalhando nossas relações político-institucionais? Como anda nossa participação nos espaços e circuitos público-estatais e não estatais?
- Como anda nossa captação de recursos financeiros para execução das nossas ações e atividades?
- Como utilizamos o FATES, quanto investimos em educação cooperativista de base?

De acordo com esses elementos, observa-se que, para a EDUCOOP consolidar-se enquanto instrumento estratégico de fortalecimento deste novo cooperativismo, ela precisa tornar-se hegemônica em todas as instâncias institucionais/organizativas da ASCOOB, da Central até suas bases. Para isso é imprescindível ter claro uma visão político-institucional e opção por um projeto de desenvolvimento, a partir da qual serão criadas as bases para uma proposta sistêmica de educação. Nesse sentido, o debate sobre o marco teórico-metodológico e de concepções políticas são fundamentais para uma ação estratégica das práticas e dos processos educativos, a fim de que se tenha um rigor e organização necessários ao fazer da educação, enquanto ação integrada/ inserida nos processos de inclusão socioeconômica e de transformação social da classe trabalhadora. Daí o grande desafio é o de alinhar a dimensão do trabalho político-pedagógico-educativo, com a missão das CREDIS.

Percebe-se que a proposta de educação popular cooperativista ascoobiana é um processo em via de construção/consolidação e, como toda prática e proposta educativa, que se

²² Carta circular, elaborada pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus, aos dirigentes, coordenadores pedagógicos, educadores e parceiros estratégicos (sem data). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

coloca a serviço dos interesses da classe trabalhadora, deve ser constantemente questionada, avaliada, para que possa responder, de fato, aos desafios do seu tempo.

Nesse contexto, o repensar das bases das CREDIS filiadas a ASCOOB é visto como algo urgente (Oliveira, Escritos EDUCOOP – 02/06), evitando, desse modo, o enfrentamento de sérias dificuldades em um futuro bem próximo, sob o risco até de que algumas Cooperativas possam vir a deixar de existir (a curto / médio prazo).

Embora haja uma forte preocupação do Sistema em favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar e da economia solidária, foco principal da sua missão, observa-se que o novo cenário econômico do país, de crescimento da oferta de crédito, por parte de outras instituições (bancos estatais e privados, financeiras e outros sistemas cooperativos concorrentes), representa um elemento desafiador às cooperativas ASCOOB. Nesse sentido, nos chama atenção o surgimento da preocupação do Sistema com o que se denomina de reordenamento do foco negocial e da estrutura financeiro-mercadológica das CREDIS, sendo apontados como sinalizadores dessa necessidade de reordenamento: 1- a inovação de produtos e serviços que auxiliem as CREDIS a se consolidarem nos mercados locais / territoriais, em função de novos nichos; 2- melhoria dos produtos e serviços existentes para reahecimento da capacidade negocial e aumento dos resultados financeiros²³.

De acordo com essa abordagem, percebe-se que a perspectiva da educação, idealizada anteriormente pela ASCOOB, é colocada no centro de uma crise estabelecida entre o ideal de uma ação política-organizada, como instrumento em favor do desenvolvimento socioeconômico dos trabalhadores, numa perspectiva de transformação social, e o fazer imediato focado, sobretudo, nos resultados financeiros. A propósito, levando em consideração o fato de que a cooperativa de crédito solidário, por sua natureza político-ideológica “resgata gente pobre das garras da agiotagem, já que os bancos comerciais estão quase sempre fechados para ela” (SINGER, 2012, p.85), o risco de uma mudança, com foco no econômico, seria o distanciamento dos seus princípios originários, atraindo cooperados capitalizados, em prejuízo daqueles que menores rendimentos trariam à organização. Essa contradição entre a opção pelo fator econômico e o propósito inicial estabelecido na missão das cooperativas se evidencia na mudança de estratégia e de ação que passarão a ser justificadas em nome do profissionalismo e da eficiência econômica. Logo, a perspectiva da educação deixaria de ter

²³ DECOOP/ASCOOB. Escritos EDUCOOP 02/06, elaborado pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus e dirigido aos educadores populares do Sistema ASCOOB (não datado). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

um caráter de classe, incorporando ao fazer político-pedagógico novos elementos, novos valores e práticas, conforme abordarmos a seguir nas nossas análises.

No ano de 2010, as ações da EDUCOOP ASCOOB passam a sofrer uma série de limitações de ordem político-estrutural, culminando, deste modo, com o enfraquecimento do DECOOP, e recomposição da equipe de assessoria de educação do Sistema. Daí em diante, a educação cooperativista na ASCOOB ficaria por um tempo sob a responsabilidade de cada CREDI, através dos seus respectivos departamentos de educação tendo, mais tarde, a assessoria pedagógica de outros profissionais, porém sem muitos avanços. Constata-se que, entre 2010 e 2015, o Sistema manteve, de modo geral, algumas linhas de ação já existentes, porém com outro enfoque e formato, dando-se maior ênfase ao trabalho de educação para o empreendedorismo e educação financeira.

Nesse contexto, a celebração de parcerias entre as CREDIS e o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas na Bahia - SEBRAE passa a ser um elemento chave, dentro da dinâmica dos DECs. Como parte dessa iniciativa, as CREDIS incorporam à sua política de educação um novo enfoque metodológico, respaldado, nesse sentido, pelas experiências do SEBRAE, este que se configura a partir daí como um dos seus principais parceiros estratégicos.

5.1.1 Parceria entre ASCOOB e SEBRAE: O enfoque empreendedor capitalista como foco da educação cooperativista

A relação entre SEBRAE e ASCOOB ganha ênfase no ano de 2011, quando representantes da ASCOOB Central e representantes da Unidade de Acesso a Crédito do SEBRAE firmam parceria para execução do Projeto “Fomento às Boas Práticas em Cooperativas de Crédito”, através do qual se pretendia realizar ações voltadas ao estudo de viabilidade de novos mercados e a implantação de novas experiências, onde se pudesse favorecer a realização de intercâmbios, missão, construção de ferramentas de planejamento, instrumentos para estudo de mercado, além de pesquisas e capacitação gerencial na área de micro e pequenos negócios.

Na ausência de uma atuação mais sistêmica da EDUCOOP, e buscando adaptar-se ao novo cenário de mudanças, as cooperativas da ASCOOB, de maneira geral, em especial no Território do Sisal, criam seus próprios meios de ação. Para algumas, a exemplo da ASCOOB Sisal, esse contexto favoreceu o fortalecimento de uma dinâmica própria, dando-se mais

ênfase à construção e consolidação de parcerias locais com Universidade, Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, associações comunitárias, dentre outros, não sendo, portanto, um fator comum às demais (ASCOOB Cooperar e Itapicuru). Nessas cooperativas, a descontinuidade das atividades por parte do DECOOP ASCOOB vai resultar no enfraquecimento e desarticulação dos seus respectivos DECs, conforme abordaremos na sequência desse trabalho.

Observa-se que, ao tomar para si a responsabilidade de fazer educação cooperativista, a ASCOOB Sisal é protagonizada como referência para o conjunto das cooperativas ascoobianas.

Nesse sentido, chama atenção o fato da autonomia político-pedagógica construída pelo Departamento de Educação, da cooperativa singular, no qual é dado à figura do educador cooperativista total confiança e respaldo, no que diz respeito à articulação da política de Educação Cooperativista, em toda base de sua atuação. Conforme ressaltado em depoimento de um dos diretores da ASCOOB Associação, referindo-se às CREDIs do Território Sisal:

Não quer dizer que todas estão boas, umas estão melhores e outras não estão tão boas. Se nós pegarmos o exemplo da ASCOOB Sisal, que é de Serrinha, que ela apostou nessa questão da educação, que ela acreditou no colaborador dela, dessa área, o Ney, ele convenceu a diretoria, a diretoria apostou nele, e hoje Serrinha é um exemplo disso, de que através da educação, desses encontros, desses eventos (Semana Cooperativista, Semana de Microfinanças, Semana de Microcrédito e tudo o mais), ele conseguiu fazer um crescimento sólido, um crescimento linear. A gente pensa que, pra o valor que se tem de depósito numa cooperativa dessa, que era pra dar mais resultado, resultados maiores, mas nós vemos o seguinte, se não tá dando resultados tão exponenciais é porque nós estamos cumprindo a nossa parte que é o que? Nós estamos dando um resultado social. Dando um resultado, uma resposta social através de cursos, capacitação, serviços, levando assistência técnica, levamos as políticas públicas até as pessoas pra ter conhecimento das políticas públicas, que ele pode ser beneficiado e além disso acumular sobra pra que dê consistência nos seus resultado (Diretor da ASCOOB Associação, entrevista, 2015).

Dentre as ações planejadas e coordenadas pelo setor de educação da CREDI Sisal, destacam-se 1. Projeto de Educação Financeira para crianças e jovens; 2. Jovens Empreendedores Primeiros Passos – JEPP; 3. Fala Empreendedor com Empreendedores; 4. Programa de Formação de Gestores Cooperativistas e Sociais – FORMACOOP. Parte dessas atividades estão contextualizadas a partir das perspectivas da educação financeira, conforme defende a política de educação do Banco Central; bem como da educação para o empreendedorismo, do sistema SEBRAE.

A respeito do projeto dirigido ao público infanto-juvenil - JEPP, de acordo com informações disponíveis na página web da ASCOOB Sisal, este envolve diversas atividades, como “palestras, apresentações teatrais, contos, exposições de vídeos, além de discussões

sobre a origem e importância do sistema monetário brasileiro, cooperativismo, planejamento e poupança”. O projeto está voltado às escolas da rede pública, envolvendo um total de 14 escolas, distribuídas em cinco municípios de atuação da Cooperativa (Serrinha, Ichu, Conceição do Coité, Barrocas e Biritinga) e conta com uma equipe formada por pedagogos, administradores e técnicos em finanças. Com essa iniciativa se propõe contribuir para a formação de uma cultura voltada à educação e consciência financeira, tendo como ponto de partida o ambiente escolar.

Além da iniciativa supracitada, a ASCOOB Sisal também desenvolve, desde o ano 2013, a Semana da Criança, que acontece nos meses de outubro. A idealização do evento pela Cooperativa consiste em promover a inserção do público infantil no âmbito do cooperativismo de crédito. Tudo isso por meio de ações lúdico-recreativas. Paralelamente às atividades dirigidas às crianças, são também desenvolvidas palestras e debates com os pais e mães dos alunos. Para seus idealizadores, a importância do evento é vista como uma ação que está para além de um momento lúdico, mas como uma oportunidade de discussão e orientação às famílias, tendo em vista a educação financeira de seus filhos e filhas. Ademais, a PoupaAscobinho é um serviço criado exclusivamente pela ASCOOB Sisal para os filhos e filhas dos cooperados, sendo estendido, tempos depois, para as demais filiadas do sistema Central.

Figura 3 - Cartaz de divulgação do serviço de poupança para crianças das Cooperativas ASCOOB



Fonte: Site ASCOOB Sisal (2015).

De acordo com informações institucionais, em 2010 a CREDI Sisal foi premiada como uma das Cooperativas que contribuiu para as Boas Práticas de Inclusão Financeira no Brasil, participando do II Fórum Nacional de Inclusão Financeira, realizado na oportunidade pelo Banco Central do Brasil e SEBRAE Nacional. Essa conquista é entendida, pelo Sistema,

como o resultado do direcionamento estratégico, traçado pela Singular, nos últimos 05 anos, na consolidação de políticas e parcerias estruturantes.

A propósito, o desempenho da CREDI Sisal fez com que a mesma fosse reconhecida pelo Banco Central como uma das quatro experiências mais bem sucedidas de boas práticas em inclusão financeira e dinamização da economia local no Brasil, apresentadas no I Fórum - Projeto de Fomento de Boas Práticas em Cooperativas de Crédito de MPE, realizado em Brasília no dia 08 de agosto de 2011²⁴.

Fotografia 4 - Trabalho de Educação Financeira Infantil em escolas da rede pública municipal de Serrinha-BA, desenvolvido pela ASCOOB Sisal



Fonte: Site ASCOOB Sisal (2015).

A partir das experiências desenvolvidas pela ASCOOB Sisal, o Setor de Educação do Sistema ASCOOB, entre 2013-2015, criou um esboço do que seria compreendido, e proposto, como linhas de ações comuns, à uniformização de um novo processo político-pedagógico de Educação Cooperativista para o Sistema. Essas ações são resumidas em três linhas, denominadas de Plataforma de Educação Cooperativista: Linha de ação 01: Educação Financeira Infantil; Linha de Ação 02: Formação de Jovens Empreendedores Cooperativistas; Linha de Ação 03 – Qualificação dos Quadros Sociais da Rede de Cooperativas.

No âmbito da qualificação para os quadros sociais, se manteve a proposta do Programa FORMACOOOP, com formação de turmas no Território do Sisal (mais precisamente no Município de Serrinha) e a execução de Curso de Pós-Graduação, *lato sensu*, em Gestão de

²⁴ A ASCOOB Sisal é reconhecida exemplo de dinamização da economia na Região Sisaleira da Bahia. Disponível: <<http://ascoobserrinha.com.br/noticias/ascoob-sisal-e-reconhecida-exemplo-de-dinamizacao-da-economia-na-regiao-sisaleira-da-bahia/38>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

Cooperativas, com ênfase em economia solidária. O referido curso de especialização tem o propósito de suprir a carência de formação de novos quadros técnicos e diretivos das organizações sociais da economia solidária, sobretudo do ramo do cooperativismo de crédito. A primeira turma foi formada em agosto de 2013, com a participação de 40 alunos, sendo 20 selecionados pela UNEB e 20 pela ASCOOB, carga horária de 480hs/aula.

Em resumo, a conjuntura atual da educação cooperativista ascoobiana aponta para uma educação fortemente caracterizada pela lógica da educação financeira, proposta pelo Banco Central e pela visão do SEBRAE, a qual traz consigo a lógica capitalista da educação empreendedora. A esse respeito, serve como exemplo a disseminação de cursos e oficinas sobre os temas gestão empresarial, empreendedorismo rural, estratégias de vendas, marketing, controle de estoque, caixa, e qualidade de produtos, entre outros, cada vez mais comuns junto às bases das cooperativas de crédito.

Do ponto de vista institucional, a parceria do Sistema ASCOOB com o SEBRAE é entendida como muito importante no sentido de promover a aproximação dos cooperados à cooperativa de crédito e contribuir para que os mesmos, através da formação recebida, saibam fazer bom uso do crédito, seja na propriedade rural ou no comércio. Conforme depoimento da direção do Sistema Central, essa relação de parceria se fundamenta, sobretudo, pelo fato do SEBRAE ser reconhecido nacionalmente em “expertises” sobre a administração de empresas. De acordo com seu argumento,

O desafio é que as pequenas e microempresas que não são formalizadas se compreendam como micro e pequenas empresas, sejam elas rurais ou urbanas. Nesse sentido a ASCOOB reconhece a importância do SEBRAE. É preciso vencer um paradigma: que as pessoas compreendam seu empreendimento como empresa, do ponto de vista que o SEBRAE apresenta, para contemplar essa política nacional (...) A ASCOOB compreende que ela tem que dialogar, ela tem que se aproximar, ela tem que fazer convergência. (...) O SEBRAE vem a ser um ator, é...é..., capacitado, é... especializado, reconhecido no Brasil para isso. A ASCOOB nesse sentido faz aliança, faz parceria com o SEBRAE, reconhece a institucionalidade do SEBRAE pra isso, promove ações pra que isso tenha resultados. Então, é importante que os empreendimentos possam cada vez mais se potencializar para que as economias dos municípios se desenvolvam. Então, para a ASCOOB, essa é, vamos dizer, a lógica da parceria com o SEBRAE. (Diretor da ASCOOB Central, entrevista, 2016).

Constatamos que a relação de parceria como o SEBRAE, envolvendo as organizações das cooperativas de crédito da Economia Solidária, é uma relação que se dá no âmbito da política nacional. Além das cooperativas do Sistema ASCOOB, se inserem nessa conjuntura todos os outros sistemas integrantes da Confesol: Crehnor, Central Cresol Baser, Cresol

Central, Cresol Central Sicoper. Juntas, essas Centrais reúnem 156 cooperativas de crédito solidário e familiar, atendendo aproximadamente 354 mil associados em 18 estados do Brasil²⁵.

Fotografia 5 – Capacitação de cooperados “empreendedores”, desenvolvida por consultor do SEBRAE, na Sede da ASCOOB Cooperar, no município de Araci-BA



Foto: Jornal a Voz do Campo, 2015.

É compreensível a importância e necessidade que os pequenos empreendedores têm de desenvolver competências, voltadas à boa gestão dos negócios e a atuação do SEBRAE neste sentido, têm o seu reconhecimento pelo nível de profissionalismo em que este lida com as questões estritamente ligadas ao campo da organização empresarial. Assim, ressalta-se que as críticas desenvolvidas às práticas educativas do SEBRAE, ao longo desse trabalho, não têm a intencionalidade de negar o papel que o mesmo vem cumprido para fomentar o desenvolvimento e a competitividade dos micros e pequenos negócios no país. Contudo, com base no ponto de vista de Corrêa (2010) acerca do modelo SEBRAE, é salutar que as organizações da economia solidária reflitam sobre as concepções teóricas implicadas nas políticas que atualmente são direcionadas ao microempreendedorismo no Brasil, a fim de que se possa entender, de fato, até que ponto tais políticas atentam para as reais necessidades dos sujeitos que fazem o empreendedorismo, tanto no âmbito individual como no associativo.

²⁵ Parceiros desde 2008, SEBRAE e Confesol firmaram parceria através de convênio celebrado na abertura do 3º Seminário Nacional do Cooperativismo de Crédito de Crédito Familiar Solidário, realizado em abril de 2015, em Brasília. O referido convênio tem como objetivo fomentar o desenvolvimento e a capacidade competitiva dos pequenos negócios, com vistas a beneficiar os pequenos negócios associados a cooperativa de crédito. Para mais informação consultar: <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/Parceria-Sebrae-e-Confesol-vai-beneficiar-pequenos-neg%C3%B3cios>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Outro aspecto relevante dessa análise consiste na percepção de uma postura de caráter individualista, induzida pela abordagem empreendedora capitalista, que é disseminada a todo o tempo junto aos indivíduos, reproduzindo, desse modo, os preceitos e os ideais de uma lógica, pautada na visão capitalista mercadológica.

Dessa forma, compreendemos que as concepções do empreendedorismo SEBRAE apontam na direção da reprodução de práticas e posturas que, ao contrário de favorecer a construção da consciência crítica, a capacidade de questionamento e transformação social das realidades injustas, promove a ideologia da manutenção da ordem capitalista. Tudo isso muito bem respaldado no discurso da busca de oportunidades de negócio, do aumento da lucratividade, da eficiência empresarial. No entanto, sendo sutilmente disseminadas e reproduzidas práticas favoráveis à manutenção de relações de dominação e de controle, muito bem exercidos pelo mercado capitalista. Também via disseminação de valores individualistas (embutido na ideologia do empreendedorismo) e estabelecimento de padrões referenciais capitalistas para a gestão das cooperativas

Nessa perspectiva, o empreendedorismo não pode ser entendido como uma “variável independente, sem considerar determinantes econômicos ou contextuais necessários ao seu desenvolvimento” (CORRÊA, 2010, p. 07). Conforme sinaliza a autora, no âmbito da economia solidária, ou seja, dos empreendimentos que se orientam a partir do princípio da organização democrática e da cooperação no trabalho, sua ação não pode estar limitada simplesmente aos fatores mercadológicos. Portanto, sem levar em conta a dimensão política e inserção social, que objetivem a construção de uma outra lógica societária e produtiva para o conjunto da sociedade, a economia solidária perde a sua razão de ser. Daí, a atuação no espaço público, a luta por reconhecimento, bem como a demanda por políticas públicas de modo geral, e de acesso às tecnologias sociais, não devem ser vistos como questões isoladas, à parte. Ao contrário, estes elementos são parte do processo político-organizativo e educativo dos trabalhadores.

Como afirma Corrêa (2010, p. 08), a ideia da solidariedade só se justifica no “compartilhamento de uma racionalidade vinculada a padrões de reciprocidade e à reprodução ampliada da vida, em contraposição a uma racionalidade utilitária, vinculada à reprodução ampliada do lucro”

Diante disso, convém ressaltar que a apropriação da proposta de educação do SEBRAE, por parte das cooperativas de crédito da economia solidária, traz sérias implicações ao projeto das cooperativas, enquanto instrumento de luta e organização dos trabalhadores,

uma delas é a desarticulação da proposta da educação popular, enquanto proposta de educação crítica libertadora/transformadora. Assim sendo, este fato pode representar um retrocesso, visto que o processo de transformação social não se dá de forma isolada, por iniciativa de um único ator, a exemplo da cooperativa de crédito, mas sim como resultado da ação política de um conjunto de forças da classe trabalhadora organizada (Sindicatos, associações, cooperativas, movimentos e organizações sociais).

5.2 Os limites do processo educativo no Sistema ASCOOB: Avanços, contradições e perspectivas de uma prática em processo de construção

No presente texto, nos interessa discutir, de fato, em que medida a educação cooperativista, desenvolvida pelas cooperativas do Sistema ASCOOB, no Território do Sisal, tem contribuído para o fortalecimento do cooperativismo como instrumento de luta e de transformação social dos trabalhadores, tendo em vista a construção de outra lógica de desenvolvimento do campo. Ao longo das discussões, são feitas análises e reflexões dos elementos identificados no desenvolver da pesquisa, os quais nos auxiliam no esforço de sinalizar referenciais político-pedagógicos e metodológicos à construção de processos educativo-organizativos, libertadores/transformadores, tendo a perspectiva socioeconômica como ponto de partida.

Os relatos e análises a seguir se inserem no esforço de identificar e discutir os limites do fazer educativo das cooperativas de crédito, estando, neste sentido, orientado a compreender as conquistas, as contradições e perspectivas deste processo.

Para este exercício, tomamos por base as falas do representante do MOC (Sr. Naidison de Quintela Batista), dos dirigentes, educadores, gerentes, agente de microcrédito e agricultores familiares cooperados. Dentre eles, alguns sócios fundadores e representantes de organizações sociais como Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Central de Associações e Cooperativas de Produção. Ao todo, foram entrevistadas 18 pessoas. Ademais, nos embasamos em dados e demonstrativos referentes às políticas de crédito rural, disponibilizados pelo Sistema Central e Associação.

Dentre as questões analisadas a partir dos depoimentos dos dirigentes e técnicos, destacamos: o papel das cooperativas de crédito; a importância da educação para o sistema ASCOOB; os conteúdos e a forma ideal de trabalhar a educação na cooperativa; bases teóricas e metodológicas que fundamentam a educação cooperativista e coerência com os

princípios originários do Sistema; tipos de atividades desenvolvidas junto as bases; contribuição da educação cooperativista para o fortalecimento sócio-organizativo e de participação ativa dos agricultores/camponeses como sujeitos de transformação; limites e desafios da educação cooperativista para o sistema ASOCOOB no território do sisal; problemas reais encontrados pelos agricultores na região e comprometimento das cooperativas com esses temas.

Na análise das falas dos pequenos agricultores, filiados às cooperativas ASCOOB, foram utilizados como orientação os seguintes temas: motivo pelo qual se filiou à cooperativa e mudança significativa havida, depois de tornar-se sócio da cooperativa de crédito; participação em atividades promovidas pela cooperativa (cursos, reuniões, assembleias) e o aprendizado proporcionado por tais atividades; contribuição das cooperativas ASCOOB para a transformação social dos trabalhadores e das trabalhadoras mais pobres do campo; diferencial das ações e relacionamento da cooperativa com seus cooperados, em relação aos bancos e outras cooperativas de crédito da região; problemas reais encontrados pelos agricultores na região e o comprometimento ou não das cooperativas de crédito com relação a tais problemas. Além disso, é sinalizado pelos agricultores qual é o papel da ASCOOB para a transformação social e o que ainda precisa ser feito pelo Sistema e pelas cooperativas de crédito investigadas, em relação à educação cooperativista.

5.2.1 O papel das cooperativas de crédito ASCOOB na superação da pobreza e a importância da educação cooperativista

A defesa de que as cooperativas de crédito ASCOOB tem exercido um papel fundamental na vida dos trabalhadores mais pobres no Território do Sisal foi um elemento consensual entre os entrevistados. Na opinião dos mesmos, o principal fator está relacionado, intrinsecamente, com o diferencial exercido por esse segmento, em relação aos bancos convencionais. Defende-se que as cooperativas de crédito são fundamentais para garantir o acesso dos trabalhadores do campo e da cidade aos serviços financeiros, de maneira digna, vistas como estratégicas para o desenvolvimento local. Abaixo, seguem trechos de depoimentos que apontam de certa forma estes aspectos:

As cooperativas de crédito foram criadas pra atingir principalmente o público rural, na década de 90. E, a maior parte das suas atividades é, pra esse fim, mas só que, com o passar dos anos, as cooperativas de crédito começaram a trabalhar com outros públicos, né? Além do rural, com os empreendedores urbanos, com os comerciantes, com as pessoas que moram na zona urbana, mas que são zona urbana de cidades do

interior, de cidades consideradas rurais também (Diretor da ASCOOB Cooperar, entrevista, 2016).

Então, o cooperativismo de crédito serve para o empoderamento socioeconômico e emancipatório das pessoas que não têm acesso ao mercado formal, até porque a natureza do capitalismo é excluir as pessoas. Nós entendemos que o cooperativismo é uma ferramenta de inclusão, com poupança e crédito para o desenvolvimento local sustentável (Educador do Sistema ASCOOB, entrevista, 2015).

As cooperativas de crédito (elas) servem pra diversos aspectos que envolvem a economia local. Esses aspectos vão desde a poupança local... Elas funcionam como um sistema alternativo ao sistema oficial de banco, a poupança. É um instrumento fenomenal de poupança, que não é o de guardar [...]. O sistema oficial (ele) trai a cultura de uma economia local. O sistema oficial (ele) pega o recurso local e manda pra fora. O sistema cooperativista (ele) pega a economia local e retrai para aplicar, para desenvolver, para potencializar experiências locais de economia [...] Então, nesse sentido, eu acho que um dos aspectos que o cooperativismo, ou seja, que a cooperativa de crédito serve. Ter uma estrutura alternativa, mais humana, mais próxima, mais de relacionamento de proximidade com as pessoas, que o banco não consegue oferecer, isso ainda é diferencial. Muitas cooperativas conseguiram fazer essa *lincagem*, essa aproximação, essa convergência no atendimento e serviço prestado, produto desejado e atendimento, em proximidade com as pessoas, em pertencimento, aí sim, as cooperativas justificam a sua existência (Diretor da ASCOOB Central, entrevista, 2016).

A gente tem produtos e serviços com a cara do nosso povo. Inclusive, algumas cooperativas que estão no semiárido têm um produto que banco nenhum tem, que é o crédito emergencial, ou seja, quando a gente tá enfrentando um período de seca prolongado, que o gado não tem mais o que comer, o produtor precisa comprar uma ração pra o seu rebanho de bovino, caprino, ovino, se não ele vai perder a “galinha dos ovos de ouro”, o que dá a renda dele, só que nesse momento os bancos fecham as portas, porque não veem garantias para o agricultor pagar esse empréstimo. Já a ASCOOB, ela consegue enxergar que aquilo é a salvação do seu povo, porque se ele perder a vaquinha de leite, como é que ele vai sobreviver? Então, esse crédito emergencial foi um produto que nós criamos; uma coisa nova e já vem ai há cinco, seis anos e é *show de bola*. Inadimplência próxima de zero porque, se eles não pagarem, na hora que precisarem de novo eles não vão achar e sabem que banco nenhum oferece esse crédito na hora mais difícil. Então, o produtor, geralmente, é o primeiro que ele paga é esse crédito emergencial. E podemos, pela nossa agilidade, ou seja, pelo nosso tamanho diferente de banco. O banco, pra criar um produto, (ele) tem que criar na matriz dele, em Brasília, em São Paulo, onde for, e replicar pra suas agências. Já nós, temos essa característica que uma agência. Uma cooperativa pode criar um produto novo e depois replicar pras outras, se houver necessidade. Então, nós temos vários produtos que nós criamos. (Diretor da ASCOOB Associação, entrevista, 2015).

O crédito Emergencial trata-se de uma linha de crédito, voltada para apoiar os agricultores familiares no período de estiagem. Este crédito se destina à compra de ração, água e medicamentos para os rebanhos bovinos, caprinos e ovinos. Esta modalidade de crédito segue a mesma orientação do microcrédito, com taxa de juro de 2,0%, ao mês.

Abaixo, seguem alguns trechos de depoimentos e análises das entrevistadas com agricultores, que tratam destes elementos acrescidos de outros, relacionados ao trabalho das cooperativas de crédito rural solidário, no Território do Sisal, que posteriormente serão desenvolvidos:

Eu já tomei vários empréstimos lá. Pago certinho. Eu nunca fico sem um empréstimo na cooperativa. Pago certinho e quando pago um tomo outro para fazer outra coisa. Então, isso tudo vai ajudando a gente. Os empréstimos que eu faço é.... eu já fiz para criatório de galinha; minha menina fez também pra tecido, que ela fazia colcha. Hoje eu também tenho empréstimo para me ajudar, que eu, também, tenho um espaço onde faço polpa de frutas para a merenda escolar. Tudo isso veio com apoio da cooperativa. Eu fui abrindo minha mente, participando, tomando informação. É que o MOC ajudou muito, assim, sobre essas coisas, de participar da cooperativa para tomar empréstimos; comprar freezer pra ajudar na questão da produção. Nessa questão aí a cooperativa foi muito importante. Eu valorizo muito, muito mesmo. Antes, vivia assim: só trabalhando na roça. Só criava umas três, quatro galinhas. Vivia assim, não tinha muita coisa. Então, depois da cooperativa a gente cresce muito. Não é pra dizer assim: um montão, mas, quando nada, tá dando pra sobreviver, tá?! (Agricultora familiar 1 - cooperada da ASCOOB Sisal/Serrinha-BA, entrevista, 2015).

Antes, criava na roça dos meus pais; plantava nas roças dos vizinhos e criava também. Daí, dessa criação e plantação foi com que comprei 10 (tarefas de terra) e ganhei 10 do meu pai. Dessas 20 fiz um empréstimo na cooperativa e pra criação de animais. Foi na época da seca, o custeio, chamado, para a compra de ração. Comprei animais... Disso aí, dessas compras de animais [...] já comprei motor, forrageira; já comprei muita coisa. Dessas 20 (tarefas) hoje estou com 70. Antes da cooperativa era horrível. A gente ia buscar onde? Buscar como? Quem ia dar o norte? Quem ia ser o nosso braço direito? Não tinha! Depois dessa cooperativa mudou muito a vida de muita gente, não só a minha, mas de muitos. Antes da cooperativa não tomava emprestado. O que tinha, produzia aquele tantinho e hoje não. A gente produz em quantidade e vende em quantidade e pro consumo, pra suprir a nossa necessidade. (Agricultora familiar 2 – cooperada da ASCOOB Cooperar/Araci-BA, entrevista 2015).

Jamais, um cooperado que atua, que se comporta como um cooperado, como agricultor familiar, (ele) pode falar que não melhorou a vida. Eu acho que se tiver algum que fale, que eu não vi isso ainda, até porque, Gracieda, a gente tanto é cooperado, fisicamente, como tem juridicamente as associações e a cooperativa, a COOAPIT (Cooperativa dos Apicultores de Tucano), é também filiada. A gente tem um facilitador: todo o recurso da venda do mel que é vendida às empresas que exportam. Esse recurso vem do banco do Brasil pra cooperativa. Aí, da cooperativa é distribuído entre os cooperados. Aí a gente tem esse facilitador, de não ter custo. Quando entra na conta da cooperativa da COOAPIT, lá mesmo é transferido, com a autorização de cada um cooperado, às contas dos cooperados individuais (Agricultor familiar 3 - cooperado da ASCOOB Cooperar/Tucano-BA, entrevista, 2015).

Depois da cooperativa de crédito, além da gente ter acessado o crédito, né?, a gente conseguiu muita coisa. Hoje, a gente já tem propriedade, já conseguiu beneficiar a propriedade com recursos vindos do COGEFUR²⁶. Eu lembro que na época eu tirei R\$ 5. 427 (finado Valdiro foi até meu avalista). Paguei agora em agosto desse ano a última parcela. Foi pra fazer uma instalação de curral, dar uma reformada numas cercas; comprar algumas caixas de abelha. Então, hoje eu sou apicultor, graças a esse recurso. (...) Antes, a gente tinha que depender da roça mesmo, daquilo que a gente tinha e conseguia vender pra conseguir produzir. Então, não tinha recurso pra nada. Tinha que fazer na mão bruta mesmo, desbravar na mão bruta. Não tinha recurso pra pagar. Tudo limitado, né? Daquele jeito mesmo, enfrentando sol, enrugando o rosto... A cooperativa ajudou, sim!

²⁶ Trata-se de Fundo Rotativo, de caráter monetário, consolidado oficialmente no ano de 2001, com abrangência no Estado da Bahia em diversos territórios e no Estado de Sergipe, por meio de suas organizações sociais filiadas ao Fundo. Estado da Bahia, destacam-se os Territórios: do Sisal; Portal do Sertão; Bacia do Jacuípe; Paraguassu; Baixo Sul; Irecê; Piemonte Norte do Itapicuru; Recôncavo e Vitória da Conquista no Estado de Sergipe, na cidade de Poço Verde. Disponível: <<http://cirandas.net/cogefur/blog>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Em 2014, a gente tirou mais um benefício, né? A gente fez um custeio via banco do Brasil e ASCOOB. Esse custeio, também, ajudou muito. Hoje, a gente, com relação a 10 anos atrás, digamos assim, nós temos muito mais condições. Hoje a gente tem propriedade, tem trator... dignidade e qualidade de vida, né? (Agricultor familiar 4 - cooperado da ASCOOB Cooperar/Tucano-BA, entrevista, 2015).

Dentre os vários depoimentos colhidos nas entrevistas, nos chama atenção a história de Joseilton Alves da Silva, 32 anos, conhecido como Pelé, que é filho de posseiro, assentado de reforma agrária, em 1987, atual agente de microcrédito da ASCOOB Itapicuru. O mesmo foi, também, um dos trabalhadores que, para sobreviver, ainda criança, esteve obrigado a trabalhar na extração de pedra, bem como nos chamados motores de sisal, uma das principais fontes de renda para as famílias do campo, no município de Santaluz-BA. Em seus relatos, Pelé faz uma série de análises sobre a situação vivida pelas famílias do campo no Território, antes da organização dos trabalhadores pela criação das cooperativas de crédito rural, e dos desafios que precisam ser superados, a fim de que se possa resolver o problema da pobreza e desigualdade, ainda muito marcante entre os agricultores familiares. Abaixo, segue uma das suas falas,

Naquele tempo, minhas condições eram muito pequenas pra ter as quotas. Aí eu fui trabalhando, buscando através do conhecimento, buscando alguma alternativa aqui que gera alguma rendinha. O trabalho que eu tinha era estudar e a Secretaria de Jovens, no Sindicato. Trabalhava lá dois dias e outra hora era também quebrando pedra. Já trabalhei na pedra. [...] É. Então, era a alternativa que a gente tinha, né? Em 92 eu saí da escola pra ir trabalhar em motor, né? [...] Na realidade, como falei, naquele tempo eu tinha apenas 08 cabeças de borrego. Quando eu me filiei à cooperativa, o primeiro crédito que eu fiz foi pra comprar um carneiro, um reprodutor, né? E, com isso, eu fiz outro em seguida. Terminei de pagar com 06 meses e fiz outro pra comprar outro carneiro melhor ainda e com isso foi melhorando o rebanho. E hoje eu posso dizer que, se eu sair da ASCOOB Itapicuru, a propriedade aqui que não é minha, é do meu pai, mesmo não sendo minha eu consigo tirar o sustento da família. A estrutura que eu tenho aí tá preparada pra isso. Eu, saindo de lá, não vou tá dependendo “dar murro em ponta de faca” ou andar atrás de um e de outro pra “vender dia”.

[...] Depois do ASCOOB tudo melhorou porque, quando a ASCOOB veio, ela veio pra... com essa finalidade, de pressionar as instituições financeiras pra enxergar a agricultura familiar como um meio de sobrevivência e, até mesmo, de consistência e resistência às atividades na zona urbana, que é o que dá a circulação de dinheiro; porque é o produtor que vai fazer a feira lá, que vai fazer com que o mercado circule recurso. E, com isso, o mercado vai depositar na instituição, e com isso gera a riqueza, não é? Porque o dinheiro parado não gera riqueza, quem gera riqueza é dinheiro circulando, né? (Agente de crédito da ASCOOB Itapicuru/Santaluz-BA, entrevista, 2016).

Para o representante do Movimento de Unificação Camponesa – MUC²⁷, Ezequiel dos Santos Santiago, 47 anos, sócio fundador da ASCOOB Itapicuru, é evidente que a criação das

²⁷ Conforme Faria (2014, p. 81), o Movimento de Unificação Camponesa (MUC) do Território do Sisal e Semiárido da Bahia criado no I Congresso dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do

cooperativas de crédito no Território do Sisal trouxe alguma mudança à vida dos pequenos agricultores. Em sua fala, o mesmo declara: “tenho notado uma mudança de vida social e financeira muito significativa”. Entretanto, o mesmo diz considerar, em parte, sobre a ideia de que a criação dessas cooperativas tenha contribuído para a transformação social dos trabalhadores e das trabalhadoras mais pobres do campo e a construção do desenvolvimento solidário (não capitalista) no meio rural. Para Santiago,

O modelo cooperativista por si só não vai resolver os problemas encontrados e construídos nas famílias rurais e periféricas. Ele pode ser uma das alternativas a outros, como a luta pela terra, organização da produção, beneficiamento, comercialização, educação do campo, recurso hídrico, tecnológico e outros.

Considera-se que as cooperativas ASCOOB têm papel fundamental para a transformação social, e isso está para além da simples dimensão econômico-financeira. A transformação, nesse sentido, é concebida como o resultado de uma ação conjunta entre as organizações sociais de luta dos trabalhadores e perpassa pelo campo da formação e educação. Na opinião do agente de microfinanças Pelé, “sem a formação sem a educação para os cooperados, para os agricultores não se vai conseguir avançar”, pois “só o dinheiro não resolve”.

Num vejo dinheiro como prioridade. Eu vejo a vida como prioridade. E a vida, ela só tem como ter continuidade se você tiver algo pra você se manter, né? Se você consegue só enxergar o dinheiro, achando que ele vai dar toda a vida, ele não vai lhe dar toda a vida. Agora, se eu investir em coisa que ela se multiplique, aí ela vai me dar vida, porque ela... botei hoje 10 cabeças, no caso das ovelhas, botei 10

Sisal (CONTRAF), vem atuando desde 2008 na articulação e gestão de políticas fundiárias tanto no campo da Reforma Agrária como no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O MUC tem como finalidades: o acompanhamento dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária; apoio à organização de famílias e grupos para implantação do PNC; e representação oficial das comunidades de acampados e assentados juntos às instâncias competentes e aos demais parceiros. O MUC é responsável por 12 (doze) assentamentos, 6 (seis) acampamentos de Reforma Agrária e 14 (catorze) propostas de Crédito Fundiário na linha de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), e também pela Cédula de Produto Rural (CPR). O MUC atualmente atua nos municípios de Biringinga, Araci, Conceição do Coité, Santaluz, Quijingue, Cansanção e Queimadas.

O MUC recebe apoio da FATRES, de sindicatos, Associações e Cooperativas dos Assentados, do Centro de Apoio aos Interesses Comunitários (CEAIC), da Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (LIDER), do CODES SISAL, entre outros.

Além do referido movimento, tem atuação no Território do Sisal outros Movimentos de luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas -CETA , a Central de Fundo e Fechos de Pasto, a Central de Associações de Araci – CDA/Araci e a Pastoral Rural de Paulo Afonso.

O MST atua nos municípios de Nordestina, Santaluz e Quijingue. A CETA atua nos municípios de Itiúba, Cansanção, Monte Santo; a Central de Fundo e Fechos de Pasto em Monte Santo e Itiúba; a Pastoral Rural de Paulo Afonso tem atuação nos municípios de Tucano e a CDA-ARACI em Tucano e no próprio município de Araci.

cabeças hoje. Daqui a um ano eu to enxergando 20. Se eu vender as 10 eu tenho mais 10 lá e ela vai continuar produzindo. Então, não é uma coisa que acaba. É uma coisa contínua, que minha vida também tem que ser contínua, não é? Eu não vejo como visão capitalista porque na visão capitalista as pessoas visam só o dinheiro, né? (...) Que a gente precisa ter as condições, os recursos para garantir a subsistência. Se você não tiver vai ficar aquém de alguém. Se você não tem, você tem que tá apelando pra alguém... (Entrevista, 2016).

Percebe-se que a mudança das realidades injustas, que afetam as populações do campo, a exemplo das regiões semiáridas da Bahia, dentre outros fatores, exige também mudança cultural. Nesse sentido, torna-se imprescindível aos trabalhadores um processo contínuo de formação e de educação, que os possibilite a ampliação da capacidade de pensar criticamente, de planejar e de discutir estratégias de acesso e socialização dos meios de produção, necessários à manutenção da vida, no curto médio e longo prazo.

No âmbito da Economia Solidária, a educação popular sugere o fortalecimento da dimensão sociopolítica e organizacional dos sujeitos, no sentido da reinvenção da forma de produzir a vida, numa perspectiva para além da lógica capitalista. A propósito, a emancipação dos trabalhadores dos setores populares precisa ter por base conhecimentos estratégicos, como reflexão e discussão da realidade, construção coletiva de formas solidárias de comercializar, produzir, gerir e de desenvolver uma determinada região.

Conforme Meszáros (2008), uma educação que se orienta para além da perspectiva do capitalismo é um requisito essencial para os produtores livres e associados, a fim de que estes possam exercer o controle consciente da reprodução metabólica social. Nessa perspectiva, a educação tem como função transformar os trabalhadores em agentes políticos ativos, que usam a palavra como ferramenta para transformar a sua realidade. Assim, o trabalho das cooperativas, dos grupos de produção livre associada, deve ser visto com uma dimensão que está para além da simples alternativa de geração de trabalho e renda.

De acordo com esses princípios, convém ressaltar a importância da criação de espaços que possibilitem os trabalhadores de participarem, não só das atividades educativas promovidas por agentes externos, mas dos processos de discussão e de planejamento acerca dos conteúdos programáticos das atividades que irão participar. Na perspectiva de Freire (2005), quando os processos educativos acontecem na ausência da prática do diálogo entre os atores que dirigem o processo e os sujeitos, público alvo da ação, temos aí uma “invasão cultural”. Para o autor,

A invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a esta sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão. [...] Na invasão cultural, como de resto em todas as

modalidades da ação antidialógica, os invasores são os autores e os atores do processo, seu sujeito; os invadidos, seus objetos. Os invasores modelam; os invadidos são modelados. Os invasores optam; os invadidos seguem sua opção. Pelo menos é esta a expectativa daqueles. Os invasores atuam; os invadidos têm a ilusão de que atuam, na atuação dos invasores. (FREIRE, 2005, p. 173).

Com base nessas considerações, podemos afirmar que a ação educativa das cooperativas de crédito de economia solidária, para que, de fato, seja uma ação libertadora/transformadora, precisa ser constantemente avaliada, monitorada, evitando-se os equívocos, as contradições, através de posições autoritárias, verticalistas. Logo, o papel de decidir sobre o que se ensina não pode ser exclusivo de quem conduz a ação. Deste modo, se estaria negando a possibilidade dos indivíduos de exercerem o seu papel de sujeitos ativos da ação.

Nesse sentido, quando a ação educativa se dá de forma antidialógica ela só favorece a uma situação de reprodução social, não rompendo, deste modo, a lógica da relação opressor-oprimido. Como alerta Freire, “toda dominação implica uma invasão, não apenas física, visível, mas às vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como se fosse o amigo que ajuda. No fundo, invasão é uma forma de dominar econômica e culturalmente o invadido” (FREIRE, 2005, p.74).

Analisando as entrevistas realizadas com cooperados, educadores, gerentes e dirigentes do Sistema ASCCOOB, destacamos na sequência alguns elementos que consideramos relevantes, no sentido de uma análise crítica mais profunda, acerca das concepções e práticas de educação do movimento cooperativista ascoobiano. Esse exercício tem como objetivo favorecer a reflexões sobre qual é o modelo de desenvolvimento que se quer apoiar, e a relação que essa opção tem com o projeto político-pedagógico de educação das cooperativas de crédito. Afirma-se que as análises apresentadas a seguir são opiniões que não refletem uma totalidade de pensamentos e que, por isso, consideramos relevantes à compreensão do atual contexto, vivido pela instituição. Abaixo, seguem diferentes pontos de vista acerca da importância da educação para o Sistema ASCCOOB:

Garantir que o Sistema ASCCOOB continue mantendo firme os princípios cooperativistas e, sobretudo, mantendo o cooperativismo de crédito solidário, sem correr o risco de se transformar em processo de bancarização, perdendo em essência o seu propósito real, que é melhorar a qualidade de vida das pessoas que realmente mais necessitam; não criar uma pauta de efetividade de processos de geração de resultados unicamente financeiros (Educador da ASCCOOB Sisal, entrevista, 2015). Eu acredito que aí a educação tem uma importância muito diferenciada, às vezes deixada de lado porque compromete interesses pessoais. Então, a educação, ela deve ter um interesse institucional. A cooperativa de crédito, enquanto entidade coletiva,

enquanto entidade solidária, enquanto entidade de interesse social, de interesse do conjunto, de interesse coletivo, ela pretende, ela precisa ter a participação de todos, ou de um maior número possível. Nesse sentido, a educação... Ela, vamos dizer assim: ela conflita com interesses pessoais (Diretor da ASCOOB Central, entrevista, 2016).

A educação, ela é importante porque a cooperativa de crédito ela tem uma diferença do banco, né? E aí as pessoas precisam entender isso: qual é a sua importância, né?, pra agricultura familiar. E sem educação os agricultores não vão saber a sua importância (da cooperativa de crédito); qual a diferença da cooperativa de crédito, qual a finalidade que a cooperativa de crédito tem. Ela não tem só a questão do fim econômico, mas ela tem toda essa questão educativa. E aí a educação vai ajudar as pessoas a entender melhor o sistema, a finalidade, por que foi criada, qual foi o objetivo das cooperativas e que vai muito além da questão do crédito. Tem toda uma missão voltada pra questão educacional, pra questão do desenvolvimento da família do agricultor familiar, né? (Diretor da ASCOOB Cooperar, entrevista, 2016).

Eu não posso responder para o sistema, porque o sistema é mais gente do que eu. Estou no sistema desde o início. Talvez seja uma das figuras com mais tempo no sistema, mas posso dizer pra mim, como educador que sou, que a educação é fundamental para que se entenda o papel histórico, anterior que eu falei, das cooperativas. Sem educação cooperativista, popular, de base, empreendedora de negócio, não se fortalece os nanos, micros, pequenos e médios empreendimentos, e não se torna os cooperados protagonistas sociais das cooperativas (Educador do Sistema ASCOOB, entrevista, 2015).

Eu acho que a educação é fundamental pra qualquer entidade, né? E o sistema financeiro, principalmente, porque, se a pessoa não tiver educação ela não vai saber como lidar com essa questão, que é muito complicada, né? Que é dinheiro, principalmente. A gente trabalha aqui com educação, a gente incentiva capacitação para que nosso público esteja ciente do que está fazendo: como pegar o dinheiro, como investir, como pagar os animais; ter orientação técnica pra saber direitinho como colocar a ração. Então, eu acho que a educação é fundamental (Gerente da ASCOOB Itapicuru, entrevista, 2016).

Fotografia 6 - Trabalho de base com agricultores familiares beneficiados pelo serviço de Chamada Pública Federal de ATER, no município de Tucano-BA



Acervo: Antônia Freitas, 2015.

Levando em consideração o contexto histórico, de desigualdades sociais e econômicas, em que nascem as cooperativas de crédito ASCOOB no Território do Sisal, deve-se afirmar que o compromisso dessas cooperativas perpassa pela potencialização de processos socioeconômicos e organizativos, que comunguem com as lutas sócio-territoriais libertárias

desse espaço. Dai que sua proposta político-pedagógica precisa estar alinhada, coerente com os princípios de um fazer educativo, que se coloque a serviço de um projeto alternativo de desenvolvimento para os trabalhadores. Nesse sentido, é preciso ter claro as bases que fundamentam os princípios filosóficos e pedagógicos, ou seja, o jeito de fazer e de pensar a educação. Segundo Araújo (2007), com base na perspectiva da pedagogia socialista, os princípios são elementos norteadores do processo educativo, fundamentais à implementação de uma proposta educativa emancipadora. Eles “permanecem numa tensão entre o velho que se refuta e o novo que se pretende” (2007, p. 197).

5.2.2 Bases teóricas e metodológicas que fundamentam a educação cooperativista

Ao longo de nossas análises foi ficando evidente que a ausência de princípios filosóficos e pedagógicos para o trabalho de educação da ASCOOB é um fator limitante, e que gera inúmeras tensões e contradições, em diversos aspectos. Este fato se justifica na inconsistência do referencial teórico-metodológico, que embasam as práticas da EDUCOOP, fator que dá margem a propostas e perspectivas não condizentes com os preceitos da educação popular e da economia solidária, como é o caso da aproximação com o modelo de educação SEBRAE.

Dessa forma, assumimos o desafio de analisar, por primeira vez, as contradições e limites presentes na implementação da pedagogia do sistema cooperativista de crédito, ASCOOB, no que concerne ao desafio do fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário, como instrumento de luta e de transformação social dos trabalhadores. São diversas as questões e fatores: constatam-se os limites teórico-metodológicos do setor de educação e dos dirigentes, que não conseguem ter clareza do papel da educação, na perspectiva de um projeto de desenvolvimento popular, alternativo ao projeto hegemônico; a visão localista/imediatista acerca das questões educativas e suas dimensões sociopolíticas e econômicas; dificuldade de compreensão de que a atuação das cooperativas não pode estar fechada em si, isolada do contexto mais amplo das lutas dos movimentos sociais do campo e da cidade. Isso fica muito evidente nos depoimentos que seguem transcritos abaixo

Hoje, o sistema ASCOOB tem uma fundamentação mais voltada pra questão de Paulo Freire, pra educação de base, voltada para o meio rural, mas do ponto de vista do crédito, assim, não tem uma fundamentação teórica. Eu, pelo menos, nunca vi alguém citar assim: ah, a nossa educação voltada pra o crédito é baseada em tal autor. Eu desconheço né? [...] Eu acho que é um desafio, né?, não só pro sistema ASCOOB. O sistema cooperativo de crédito, hoje, ainda tem muitas raízes do

movimento social, sindical, das associações. Aí esse movimento tem como referência teórica Paulo Freire, tem como referência teórica, Leonardo Boff. Alguns teóricos voltados pra educação do campo e a educação do campo é um processo amplo, que trabalha uma série de temas. E eu acredito que as Cooperativas, elas têm que trabalhar, sim, diversos temas, mas não pode fugir do tema principal, né? (Diretor ASCOOB Cooperar, entrevista, 2016).

Ela está estruturada, muito, no campo mesmo das ações empreendedoras, da emancipação dos sujeitos de direito, no campo da educação financeira também, começando, inclusive, com crianças, com programas de educação financeira estruturados, também com essa coisa da geração de renda, da formação ou continuidade de lideranças, através de parcerias com universidade e com o SEBRAE.

[...] Em termos de concepção, de referenciais, naturalmente, se a gente está falando de cooperativas, né?, e do aspecto pedagógico, isso significa que a gente vai estar mais antenado com aqueles autores que dialogam sobre essa perspectiva. Acho que o pai de tudo parte do Paulo Freire. Claro que ele não falou de cooperativismo diretamente, mas deixou aí algumas pistas. Quando ele diz que a gente se educa um com o outro né? É uma troca. Você tá falando de interação, de integração e não do sujeito isolado em si, em suas concepções. Daí parte para uma série de outros pensadores: o Búrigo, que é um dos poucos pesquisadores no campo do cooperativismo solidário; os próprios acúmulos das lideranças, dentro do movimento do cooperativismo solidário, professores, universitários, né?, que são militantes, como Jerônimo, Wilson Dias e tantos, né?, ligado inclusive às singulares; o Zé Paulo, que não tem alguma publicação, quer dizer, até tem alguns artigos publicados. Enfim, também acaba sendo uma referência, como liderança. Enfim, parte desses pensadores não é? Tem algumas sistematizações também do MDA, sobretudo do cooperativismo. Então, basicamente, são esses. Infelizmente, era para ter mais referenciais, em termos de cooperativismo de crédito solidário, porque, naturalmente, se a gente for falar de referenciais para o cooperativismo em si, têm muitos, né? A gente vai encontrar diversos, mas do cooperativismo solidário são poucos. Existe muita inquietação dentro das universidades, nos espaços formais e informais, mas publicações ainda são poucas, infelizmente. E aí a gente vai dialogar, também, com outras pessoas que, de certa forma, falam do empreendedorismo social, que tá ligado, como o próprio Abramovay, Reginaldo Sales Magalhães, né? Por aí vai (Educador da ASCOOB Sisal, entrevista, 2015).

O referencial teórico metodológico, aí, o que eu vou dizer aqui, é a partir da minha pessoa. Quero deixar isso claro porque o sistema, inclusive, precisa criar a sua concepção. Nós temos que deixar isso claro. Eu sou freiriano por natureza, por paixão, por militância, porque além de educador do sistema eu sou também educador; trabalho com educação do campo e outras formas de educação, formais e não formais, mas nós nos baseamos, eu penso que em cinco grandes educadores: Paulo Freire, que é nosso grande mestre. Poderia dizer também que Pistrak, a chamada Escola do Trabalho (trabalho social, escola social). Podemos dizer, também, que Anton Makarenko [...] me chamou muito atenção, no sentido de você trabalhar educação, a partir dessa diversidade [...]; trabalhar as singularidades. Um outro educador muito importante pra mim é uma mulher que eu acho que é de fundamental importância, que é Tereza Nidelcoff: “Uma escola para o povo”. É... a partir daí se pensar um cooperativismo articulado e organizado pelo povo [...]. E eu penso que tem elemento da nossa, do nosso trabalho, do nosso ser e fazer, que acho que tem um pouquinho aí daquela educadora. É da América central, que trabalhou com a frente sandinista, não é? Domitila, uma educadora da Frente Sandinista. Tem Paul Singer. Tem Abramovay, tem um monte de gente aí que a gente se baseia; tem a gente mesmo, digo, um conjunto de pessoas e de práticas aqui da região. Tem o trabalho do MOC, que é uma referência, e foi, e as cooperativas nasceram do trabalho do MOC; a teologia da Libertação, Leonardo Boff e aí tem muita gente. (Educador do Sistema ASCOOB, entrevista, 2015).

Olhe, do ponto de vista de base teórica, eu acredito que não é tão difícil. Ela se baseia, de fato, no histórico do cooperativismo e na educação popular; mas, dentro do sistema, ela não tem ainda estruturação. Por isso ela não existe. Uma estruturação

dentro do sistema, se você for procurar, ela não tem uma estrutura formal, uma estrutura reconhecida na sua direção como estrutura da educação (Diretor da ASCOOB Central, entrevista, 2016).

Não sei lhe dizer, ao certo, a base teórica, mas é feito todo um planejamento da área da educação, e os profissionais dessa área da educação eles olham muito a questão do Paulo Freire, né? E....eu vejo muitos discursos em cima das falas do Paulo Freire, e também versos dele, que acho que é essa educação do povo, para o povo. Eu acho que não temos ainda, mas seria uma educação contextualizada, uma educação do campo, onde a gente não tem que tá mudando a maneira das pessoas fazerem [...]. (Diretor da ASCOOB Associação, entrevista, 2015).

As opiniões aqui apresentadas refletem, de forma geral, elementos que são comuns: têm como base um ecletismo teórico-metodológico, sustentado em autores, tanto do campo popular, crítico-marxista/socialista, como do campo liberal; sinalizam uma proposta educativa sem consistência, refêm de concepções capitalista de desenvolvimento; evidencia a separação entre o econômico e o político e a dicotomia entre teoria e prática; suporte metodológico, que se sustenta no discurso da inclusão econômico-financeira dos pobres, mas que é limitado no sentido da formação da consciência crítica dos sujeitos; a essência das ações estão limitadas pela relação custo/benefício e reduzidas a visão e pensamento local. Estes são alguns dos limites que precisam ser urgentemente superados.

Compreendemos que o projeto político das cooperativas de crédito rural solidário, para ser efetivado, deve estar acompanhado de possibilidades concretas de mudança das condições desumanas de vida dos trabalhadores, o que implica um processo educativo e sócio-organizativo, articulado a partir dos problemas reais vividos e enfrentados pelo povo. Isso implica considerar a totalidade e superar a dicotomia entre dimensão política, dimensão econômica e dimensão social.

Sobre quais os conteúdos e a forma ideal de trabalhar a educação na cooperativa, as posições são as mais diversas. Em relação aos conteúdos, são sinalizados: o que é a cooperativa, seu propósito, produtos e serviços; geração de trabalho e renda; educação empreendedora; educação financeira; educação para o crédito; educação negocial; gestão financeira; assistência técnica e agroecologia; gênero e juventude; desenvolvimento rural; associativismo. Na opinião dos entrevistados, o conteúdo da educação na cooperativa é abrangente e vai depender do público, devendo estar embasado na realidade e demandas das pessoas e dos grupos, de acordo com as especificidades dos seguimentos urbano e rural. Além disso, é sinalizada a necessidade e importância de ações de educação, voltadas à capacitação dos dirigentes e dos colaboradores das equipes técnicas.

Em relação ao método, defende-se que este precisa ser participativo, “vinculado a um trabalho conjunto com os demais agentes de desenvolvimento, sobretudo as associações comunitárias”. (Educador da ASCOOB Sisal, entrevista, 2015), devendo considerar as ações construídas com a base, com as entidades parceiras, com os empreendedores, e os colaboradores, seguindo uma linha de pensamento e de ação comum. Abaixo, relacionamos alguns trechos de depoimentos que tratam destes elementos.

[...] A primeira coisa é você *construir com*, né? Acho que isso já traz uma adequação metodológica pra que a coisa possa ocorrer bem, ou seja, não pode ser uma ação pensada a partir do que a ASCOOB unicamente acha, através das áreas de educação... acha que é importante. Eu acho que você constrói o processo a partir de uma discussão ampla, com os diversos seguimentos do município, sobretudo, a partir da realidade das comunidades. Então, assim, traduzindo, a metodologia tem que ser participativa. Já fazemos isso, mas o *estar fazendo* não significa que está bom... (Educador da ASCOOB Sisal, entrevista, 2015)

O método ideal é educação de base. Voltarmos a trabalhar com a educação de base. Nós começamos assim, um pouco timidamente a fazer, porém não estamos... digamos assim, com todo potencial que eu acredito que nós temos, muito grande, pra trabalhar com a educação. A Cooperar, aqui, ela não está conseguindo fazer isso não. É, nós até fazemos educação, nós enquanto gerente. Nós temos a subgerente, nós temos atendentes, nós temos caixas; nós fazemos educação, mas ainda é limitada, um pouco preso aqui dentro. A gente sente a falta de mais pessoas pra trabalhar no público externo, porque internamente nos fazemos, mas nós percebemos que ainda falta muita coisa pra poder avançar. Pelo menos na singular. Não falo na Central, né? Mas, a nossa singular, ela tá um pouco carente nesse sentido (Gerente da ASCOOB Cooperar, entrevista, 2016).

Não dá pra pensar em cooperativa, sobretudo de economia solidária, que não conte, que não considere a participação das pessoas, sem participação. E aí, a gente precisa questionar no ponto de vista da economia solidária, ou seja, autoquestionar em que medida os instrumentos de participação são suficientes. [...] Participação não pode ser considerada ir *na* assembleia de supetão, sem aviso, e chegar lá e achar um numero x de resultado negativo na cooperativa e achar que isso é participação. Isso não é participação. Isso é, é sorrateiro. Isso é roubar, roubar o espaço, roubar a inteligência, roubar a possibilidade das pessoas poderem participar dignamente, participar com efetividade, participar com eficiência. Ou seja, pra mim, a participação, ela não pode ser momentânea, ela não pode ser é mais ou menos. Ela tem que ser plena (Diretor da ASCOOB Central, entrevista, 2016).

Pra mim, o método, concretamente falando, ele tem cinco questões fundamentais, não é? Aí não é nosso. A gente bebe na fonte, mas é freireano: ver, julgar, agir, avaliar e celebrar. Ver a realidade, julgar essas realidades; agir a partir dessas realidades dos protagonistas; avaliar as práticas e depois celebrar os resultados, as vitórias [...] Depois de longos 10 anos, são mais de 10 anos já, não é? Nós precisamos parar. Estamos fazendo isso, repensando o já feito, sistematizando o que foi feito, e numa perspectiva de futuro, a curto prazo, se conseguir isso. Eu tenho certeza que a ASCOOB consegue porque é feita de homens e mulheres inventivos, criativos, que se repensam, se pensam, não é? E que têm a capacidade de fazer o novo. (Educador do Sistema ASCOOB, entrevista, 2015).

Com base em algumas das reflexões dos entrevistados, afirma-se que as cooperativas ASCOOB precisam vencer o limite existente entre “interesses e convenções individuais”, para que se garanta a existência de estruturas de gestão participativa e democrática mais

consolidada. Esse limite, essa dificuldade é concebida como sendo o resultado de uma cultura de permanência no poder, que foi sendo alimentada dentro dos espaços diretivos das instituições, fator apontado também como contribuinte do enfraquecimento dos processos formativos/educativos e, conseqüentemente, da desqualificação da participação das bases, em algumas Singulares.

Tem-se observado que, nas cooperativas de crédito do Território do Sisal, com exceção da ASCOOB Sisal, o Setor de Educação, responsável pelo planejamento, coordenação e articulação das atividades educativas, passa por sérios problemas, quando não tem sido extinto, como é o caso da ASCOOB Cooperar. O Departamento de Educação da Cooperativa foi extinto pelos atuais conselheiros/gestores, por entender que a tarefa de desenvolver processos educativos poderia ser atribuída aos mesmos, destinando-se um dos membros do Conselho de Administração para realizar o trabalho de base. No entanto, atualmente se avalia como desfavorável essa decisão, uma vez que a Cooperativa não conseguiu avançar com a nova dinâmica de trabalho, ao contrário, afirma-se que tal fato gerou um retrocesso das ações formativas/educativas, trazendo conseqüências relevantes em diversas dimensões. Abaixo, transcrevemos alguns depoimentos que trazem presente estes elementos:

Dentro da singular da cooperativa nós não temos o Departamento de Educação. Foi extinto. Dentro da diretoria, uma reunião de diretoria, tiramos uma conselheira. Nesse caso, seria Edneide, pra trabalhar mais a base, né?, a educação cooperativista [...] Enquanto a gente não tem um profissional de educação, pra não ficar sem nenhum profissional, a gente tá fazendo o que é possível: cursos nas comunidades, palestra, a gente leva profissional, leva o pessoal do SEBRAE ... Estão pensando trazer um educador de outra singular pra fortalecer nosso município. A agente tá fazendo o que é possível pra não deixar essa vacância né?, na educação. (Membro do Conselho de Administração da ASCOOB Cooperar, entrevista, 2015).

[...] As cooperativas devem contratar uma pessoa que tem uma formação [...] É preciso ter uma pessoa com formação, uma pessoa que tenha um estudo, uma especialização voltada pra área. Então, as cooperativas precisam entender que o diretor, ele tem que, assim como o cooperado, também passar pelo processo de capacitação pras cooperativas evoluírem. E, eu acredito que o diretor pode contribuir acompanhando o profissional, dando sugestões com o conhecimento de mundo que ele tem, ajudando a, talvez, inovar, construir um método, ajudando nas decisões políticas (Diretor da ASCOOB Cooperar, entrevista, 2016).

A singular, aqui, não sei se foi um pouco por parte da gestão, o trabalho dos diretores... que perderam um pouco o foco. Nós perdemos algumas peças fundamentais na diretoria, que eles tinham uma visão, digo, mais focada no sentido da parte educacional [...]. Os nossos gestores... hoje eu percebi que eles não têm essa dinâmica de trabalho. A visão tá limitada ainda. É como falei: nós precisamos voltar a trabalhar, voltar a desenvolver esses trabalhos com as comunidades (Gerente da ASCOOB Cooperar, entrevista, 2016).

Em geral, o trabalho de educação tem sido atribuído aos diretores e Agentes de Crédito, dando-se aos últimos maior responsabilidade no que tange ao trabalho junto a base social. Aos agentes de crédito cabe repassar informações, em geral, sobre questões técnico-operacionais acerca do microcrédito e do funcionamento das cooperativas: taxas de juro, linhas de crédito, condições de acesso ao crédito, formas de pagamento. Cada cooperativa possui em média de cinco a oito agentes de microcrédito, distribuídos pelos diversos municípios de sua atuação. Neste sentido, substituí-se os NUCOOBs, instrumento de organização das bases, trabalhados ao longo da primeira década de atuação das cooperativas filiadas a ASCOOB, por uma nova dinâmica que é a de organização por núcleos de associações comunitárias e por grupos de aval solidário (formado por cooperados que acessam recursos de microcrédito). Atualmente, o trabalho com as associações comunitárias tem sido a estratégia mais utilizada para levar informações sobre o cooperativismo de crédito, dar visibilidade aos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas.

Nos últimos anos, na ASCOOB Sisal, bem como nas demais cooperativas do Sistema, foi feita uma unificação das áreas de educação, ater e microcrédito, onde à pessoa do educador é dada a função de coordenar a construção e execução de políticas e planos de ação voltados aos processos educativos e de inclusão financeira. Dessa forma, os agentes de crédito atuam também na perspectiva da educação financeira e cooperativista. Ao referir-se à importância do educador para o desenvolvimento das ações de educação nas cooperativas, assim define um dos gerentes da ASCOOB Itapicuru:

A gente vê aí que, as atividades que tem, quando tem o educador, são várias, quando não tem o educador acaba que não tem. A gente fica só participando das reuniões das associações, porque não consegue desenvolver as atividades, não tem quem organize, quem faça a política e organize. (Gerente da ASCOOB Itapicuru, entrevista, 2016).

De acordo com nossas observações, afirma-se que as lutas e conquistas das décadas de 80, 90, de direitos sociais universais para os trabalhadores, para as populações excluídas, marginalizadas do campo e da cidade, dentro do movimento cooperativista de crédito, no Território Sisal, deram lugar à naturalização do discurso da inclusão econômico-financeira. Logo, a crítica contundente ao discurso da sustentabilidade econômica das cooperativas se constitui num alerta à desarticulação dos processos de educação numa perspectiva popular, já em curso, e a forte tendência do uso da educação como um fim exclusivo para a venda de produtos e serviços, ferramenta de cunho meramente negocial, mercantil.

Portanto, podemos concluir que a educação cooperativista, se utilizada simplesmente como instrumento de divulgação, de comunicação, para a venda de produtos e serviços, não será capaz de promover as condições necessárias à formação de sujeitos críticos e participativos, capazes de construir mudanças, ou processos de transformação social, conforme propõe o método de educação popular de Paulo Freire. Assim, fazer avaliação das práticas e dos processos de formação/educação é imprescindível, pois, quando a educação deixa de ser crítica, problematizadora, ela pode ser utilizada para favorecer a utilização da realidade não para modificá-la, mas para ser utilizada em proveito próprio. A formação de sujeitos críticos implica a formação de sujeitos que questionam a realidade para que, tomando consciência das problemáticas que os atingem, possam transformar a realidade.

Como relatamos em capítulos anteriores, na sua origem o Sistema ASCOOB buscou se diferenciar do Sistema SICOOB, em função de uma questão política relacionada à visão de mundo e de desenvolvimento, uma vez que o sistema SICOOB tomava um caminho, à época contrário ao idealizado, inicialmente, pelas lideranças oriundas da agricultura familiar, de acesso e desburocratização do crédito para o pequeno agricultor. Conforme enfatiza o atual representante da ASCOOB Associação,

Quando nós criamos a ASCOOB, nossas cooperativas todas eram filiadas ao sistema SICOOB, só que nós achávamos que faltava alguma coisa, achávamos que não tínhamos produtos e serviços pra o pequeno agricultor familiar. Então, nós queríamos um PRONAF, que é o juro mais barato que tem é subsidiado pelo governo federal. O SICOOB não disponibilizava. Então, era uma demanda nossa que não era atendida. Nós queríamos, também, cursos e capacitação de formação pra nossos dirigentes, colaboradores e cooperados. O SICOOB, apesar de ser filiado ao SESCOOP/OCB, não oferecia. Na época não oferecia isso. Então, nós criamos uma associação ASCOOB, que é uma entidade de representação politico-institucional, e que, acessando projeto internacional, na época do DISOP, nós começamos a fazer esses cursos de capacitação, formação. E, ao longo desse caminho, nós vimos que nós não tínhamos mais aquela sensação de pertencimento no SICOOB, e resolvemos criar o nosso próprio sistema, o Sistema ASCOOB, pra poder dar atenção aos nossos agricultores, pra poder levar o PRONAF, levar essa capacitação que a gente queria levar. Aí criamos a ASCOOB central e migramos essas cooperativas do sistema SICOOB para a ASCOOB [...]. (Diretor da ASCOOB Associação, entrevista, 2015).

Apesar de todo esse empenho da Associação, nesses quase oito anos de criação e funcionamento do sistema Central, o problema da dificuldade de acesso ao PRONAF, dentre outras questões que justificaram a sua criação, ainda continuam pendentes, conforme aprofundaremos nessa sequência. Na atual conjuntura, o que se percebe é a formalização de outros discursos e práticas, não muito condizentes com seus princípios originários.

A respeito da atuação das cooperativas ASCOOB, Naidison de Quintela Baptista, fundador do MOC e um dos incentivadores da criação das cooperativas de crédito rural no Território do Sisal, afirma²⁸:

Não conheço, a fundo, o sistema ASCOOB. No entanto, na minha experiência com ele, senti como algo muito grande, burocrático que, de certo modo, afasta o pequeno agricultor e agricultor familiar.

Ao serem fundadas as Cooperativas de Crédito da Região, nosso sonho era que elas capitalizassem poupanças, pequenas economias, recursos de fundos rotativos do MOC, e da região, e pudesse aplicá-los, de modo rápido e desburocratizado, aos agricultores e agricultoras familiares da região. Por outro lado, era nosso sonho que elas captassem os créditos oficiais e trabalhassem com os agricultores.

Dando sequência à sua análise, Baptista argumenta que as cooperativas de crédito, por sua estrutura burocratizada, pouco se diferenciam dos bancos, não conseguindo, a contento, responder aos anseios e as necessidades da agricultura familiar.

Queríamos um instrumento simples, popular, de economia solidária, dirigido aos mais pobres e excluídos. Sonho total? Não sei. Luto ainda por isso. E o crédito oficial era difícil, cheio de exigências e coisinhas. E aqui no Nordeste ele não opera como crédito rápido e sim como estruturante, o que perfaz dois a três anos.

As cooperativas foram criadas e se filiaram à ASCOOB. No decorrer do processo, participei de vários debates e mesmo de tentativas de algumas de se desfilar. Resumindo: senti e experimentei o sistema muito grande e forte, cheio de coisinhas, exigindo quase que a mesma máquina existente nos Bancos. E pouco vi de um crédito mais rápido e ágil, a não ser quando se captava recursos dos fundos rotativos, e estes eram emprestados. Assim mesmo devia haver filiação, taxa de filiação, taxa disso e daquilo (voltadas para sustentar a máquina) e o que o agricultor levava era pouca coisa.

Não vi a ASCOOB e suas cooperativas darem a resposta que queríamos. Fui e sou um crítico disso e espero que tenha havido mudanças. Mas há outros pontos que, com certeza ele atende. Mas o pequeno, pequeno ainda está longe de chegar aí. (Depoimento colhido, por meio de correio eletrônico, em 02 fev. 2016).

Essas análises evidenciam o fato de que, as ações desenvolvidas pelas cooperativas elas promovem conflitos e contradições. Esses conflitos e contradições eles não se encerram simplesmente com a criação de algumas linhas de crédito para atender aos cooperados. A discussão dos fatores que criam as contradições dentro das organizações cooperativistas é fundamental para qualificar a atuação das mesmas, de modo que se evite a reprodução de práticas desfavoráveis à concretização de um projeto de desenvolvimento que esteja para além dos interesses do mercado capitalista.

Olhando a partir do contexto em que as cooperativas aqui estudadas estão inseridas, é evidente que o acesso ao crédito tem trazido contribuições significativas à vida dos camponeses cooperados, sobretudo no sentido da melhoria das condições de trabalho.

²⁸ Depoimento colhido, por meio de correio eletrônico, em 02 fev. 2016.

Contudo, com base na perspectiva do materialismo- histórico -dialético, não dá para se afirmar que o acesso ao crédito, por si só, é capaz de promover transformação social. Questionado sobre a ideia das cooperativas de crédito como instrumento de transformação social, Naidison Baptista afirma:

Sim. A Cooperativa é uma organização social. Se atuar na perspectiva de organização social e não de banco fará um belo trabalho. Precisaria mais:

- a) Trabalhar com os sócios o significado da cooperativa e o papel deles, investir recursos nisso.
- b) Trabalhar com os sócios os resultados da ação da cooperativa nos seus empréstimos, mudando a vida das pessoas.
- c) Ter um fundo que dinamize experiências na região.
- d) Integrar-se aos processos sociais da região.

Mas se ficar apenas no financeiro e nas contas, não funciona. Estas são propostas cuja viabilidade não tenho estudado. Mas há experiências bem interessantes de cooperativa dinamizando o político e o social. (Depoimento colhido, por meio de correio eletrônico, em 02 fev. 2016).

Como nos lembra Rosa Luxemburgo (1990), por atuarem dentro da economia capitalista, as cooperativas terminam produzindo formas capitalistas de relacionamento, sendo consideradas assim como “seres híbridos”. Daí elas apresentam, nesta perspectiva, uma importância limitada à transformação das estruturas sociais, porém devem servir de instrumento para isto e não um fim em si mesmo.

5.3 Contribuições da ASCOOB em processos educativos de desenvolvimento socioeconômico- solidário no Território do Sisal.

Ao longo da nossa pesquisa empírica, foi ficando evidente em nossas observações que a existência de ações socioeducativas é capaz de fazer um grande diferencial à vida das famílias que habitam o meio rural. Nesse caso, as cooperativas de crédito solidário, ao atuarem na perspectiva de organização social, não bancaricista, podem trazer contribuições significativas para seus cooperados e às suas respectivas comunidades.

Nos depoimentos transcritos abaixo, observamos que para além do acesso ao dinheiro a organização em cooperativa de crédito solidário pode favorecer o fortalecimento da cultura de cooperação e de solidariedade, elemento fundamental à constituição de outra lógica de desenvolvimento para a sociedade.

A gente aprende que o cooperativismo é uma força que vem pras comunidades rurais. Ela não é só urbana. Às vezes muitos pensam que ela desenvolve lá, mas pro meio rural é importante, é uma maneira da gente tá cooperando uns com os outros; não tá olhando só o capital, mas também o acompanhamento. E, às vezes, até na

precisão do companheiro você está cooperando com ele, e também ajudando ele a crescer na vida, porque não basta só eu que cresça às vezes, porque tem muitos que pensam dessa maneira: só eu crescer e os outros que se danem. Não. A gente quer que cresçam todos por igual, que todos tenham uma vida melhor. (Agricultor familiar 5 – cooperado ASCOOB Itapicuru/Santaluz-BA, entrevista, 2016).

Muita gente pensa que cooperativa é tomar dinheiro, pagar juro, não sei o quê... Cooperativa é pra ajudar ele (o agricultor) crescer, num todo, na verdade. (Agricultora familiar 2 – ASCOOB Cooperar/Araci-BA, entrevista, 2015).

Exemplo de melhorias sociais, por exemplo, é: os comportamentos das pessoas em alguns casos coletivos; por exemplo, mutirões. Como quando nós nos juntamos pra fazer um mutirão coletivo, agente se refere como foi o ensinamento dos treinamentos da cooperativa de crédito; porque quando nós tomamos os ensinamentos, sempre fomos incentivados a trabalhar coletivamente, quer dizer, por isso já é uma melhora, já é uma ideia que trouxe melhoras. (Agricultor familiar 3 - ASCOOB Cooperar/Araci-BA, entrevista, 2015).

Podemos afirmar que os espaços de construção coletiva do conhecimento, o intercâmbio de experiência entre agricultores e trabalhadores da economia solidária, funcionam como um motor do desenvolvimento político-social e tiram os indivíduos do isolamento e da exclusão, que a sociedade do consumo impõe aos mais pobres. Logo, as organizações de representação dos trabalhadores, associações, sindicatos, cooperativas, grupos de produção solidários, dentre outros, cumprem um papel fundamental para essas pessoas e, conseqüentemente, para a construção da sua emancipação. Assim, um aspecto bastante importante, apontado pelos agricultores, é o da necessidade da ASCOOB romper o isolamento (que existe em alguns municípios de sua atuação, e também no Território), com as forças sociais mobilizadoras, para avançar no fortalecimento de políticas de desenvolvimento sustentável e solidário para o campo. Na transcrição abaixo, seguem alguns destes depoimentos:

Cooperativa já está dizendo assim: é uma cooperação, união, porque se *nóis pensar* assim a tendência é melhorar; juntar, melhorar mais, divulgar mais, falar mais, ir pras reuniões; não ficar só atrás da cadeira. [...] Ir atrás de parceria (não só aqueles de gravata); parceiro sindical; é o parceiro da associação... São esses verdadeiros, porque é quem conhece o verdadeiro agricultor. Não é o de gravata, é o sindicato e a associação. Porque a associação e o sindicato conhecem o verdadeiro agricultor: se ele produz, se ele cria, se ele não cria; o que tem de fazer... O sindicato conhece, a associação conhece eles. (Agricultora familiar 2 – cooperada da ASCOOB Cooperar/Araci-BA, entrevista, 2015).

Então, a gente tem que trabalhar solidário um ao outro. Se a gente não for organizado um com o outro, se a gente ficar só nessa mesmice, pensar só em si, a gente não vai à frente. [...] Por exemplo, Antônio José é meu vizinho. Ele é o vice-presidente da cooperativa. Sempre que preciso ele diz pra procurar a cooperativa, que é nossa. Quando chego lá na cooperativa... Misericórdia! Sou muito bem recebida! Todo mundo é amigo da gente. A cooperativa é uma coisa que, quem acredita nela, é essencial para os agricultores. (Agricultora familiar 1 – cooperada da ASCOOB Sisal/Serrinha, entrevista, 2015).

Eu continuo batendo na mesma tecla: eu acho que tem que se trabalhar mais com reuniões com o pessoal da zona rural, do meio rural, mostrando trabalho pra poder o pessoal ter mais conhecimento, porque por muito que esteja lá no cartaz, num livro,

numa coisa lá, pouca gente conhece ainda o trabalho da cooperativa. (Agricultor familiar 6 – cooperado da ASCOOB Itapicuru/Santaluz-BA, entrevista, 2016).

Levando em consideração o número da população residente no meio rural, no Território do Sisal (333.149, dados do IBGE, 2011), o alcance das ações das cooperativas ASCOOB, junto a esse público, ainda é considerado tímido. Dentro desse universo, o quadro de associado das cooperativas ASCOOB Sisal, Cooperar e Itapicuru (37.250 mil cooperados) corresponde apenas a um percentual de 10 % do total destes habitantes, sem contar, ainda que, dentro deste percentual de cooperados estão, também, os cooperados residentes na zona urbana.

Gráfico 1 - Percentual dos associados às cooperativas de crédito ASCOOB, no Território do Sisal (púbico rural)



Fonte: ASCOOB (2015) e IBGE (2010).
Elaborado pela autora.

Isso significa que existe um número grande de pessoas, pequenos agricultores, ainda distante dos benefícios que essas cooperativas podem promover. Vale lembrar que, o Território do Sisal, mesmo caracterizado como um espaço de forte atuação dos movimentos sociais do campo, de referência nacional e internacional, como experiência exitosa de organização da política territorial de desenvolvimento²⁹, ainda possui sérios problemas de ordem econômica e social.

²⁹ O Território de Identidade do Sisal, território com maior número de agricultores familiares do estado (56 mil), é considerado um exemplo pela sua organização, por suas iniciativas pioneiras ao gerenciar suas necessidades com base na territorialidade. Foi o primeiro a construir uma pessoa jurídica que é o Codes Sisal, a ter um consórcio público intermunicipal com recorte territorial -, o CONSISAL. Disponível: <<http://www.sdr.ba.gov.br/2015/11/566/Encontro-Territorio-em-Movimento-reune-participantes-da-Semana-Internacional-de-Desenvolvimento-Territorial.html>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

Dentre os inúmeros problemas enfrentados pelos agricultores familiares está a concentração do minifúndio; a ausência de uma política pública de assistência técnica continuada e integral; ausência de política de educação do campo, educação contextualizada; falta de políticas de criação de agroindústria para beneficiamento e comercialização da produção de base familiar; baixo investimento em tecnologias sociais para convivência com o semiárido; resistência de alguns agricultores com relação à mudança de práticas e manejos dos recursos existentes na propriedade, etc.

Embora se tenha alguns avanços significativos, no que se refere ao acesso das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento das populações rurais do Nordeste, nos últimos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e dos governos Estaduais Jaques Wagner e Rui Costa, no Estado da Bahia, a região ainda sofre em consequência do pouco investimento dos recursos para as atividades da agricultura familiar.

Devido a essas questões, muitos agricultores familiares não conseguem permanecer no campo, de forma integral, tendo que se submeter aos processos migratórios, em busca de meios para a sobrevivência de suas famílias. No município de Santaluz - BA, por exemplo, é comum a migração dos trabalhadores do campo para a colheita de café no Estado de Minas Gerais.

Na opinião de alguns representantes da ASCOOB, os problemas enfrentados pelos agricultores familiares é uma questão que os preocupa. Porém, “as cooperativas não têm condições de resolver todos os problemas” existentes. Por mais que as cooperativas tenham uma preocupação com os sujeitos, que elas desenvolvam educação, elas possuem seu objeto de atuação, que são os serviços financeiros. Nesse sentido, existem argumentos de que há questões que serão estritamente de responsabilidade do poder público ou das organizações sociais.

Em geral, é comum nos municípios do Território o descaso dos gestores públicos em investir na agricultura familiar: faltam recursos, infraestrutura e, quase sempre, as Secretarias de Agricultura são sucateadas. Existe ainda a questão das disputas locais/territoriais pelo poder que, muitas vezes, inviabilizam o desenvolvimento de ações conjuntas das entidades e organizações dos trabalhadores, em favor da classe. Nesse contexto, se inserem as diversas organizações que atuam no Território (APAEB, MOC, FATRES, CODES, CONSISAL, ASCOOB, SICOOB, Sindicatos), onde a relação destas nem sempre é consensual, diante da

diversidade dos interesses e das demandas dos seus representantes. Registra-se que esses espaços socio-político-organizativos também estão impregnados de disputas, de conflitos e de divergências, não só entre a relação com o Estado e a sociedade, mas também entre o público e o privado; entre os interesses coletivos e os interesses individuais; entre o que é global e o que é local (FARIA, 2014). Esses espaços, embora incorporem a noção de coletividade e gestão participativa, e constituam-se em espaços ampliados de poder e interesses não hegemônicos, “nem sempre refletem as necessidades e expectativas dos associados, cooperados e agricultores familiares”, estes que devem ser os principais beneficiados Beltrão e Sayago (2010, p.146). Diante disso, e conforme a reflexão dos referidos autores, é preciso estar atento/vigilante, no sentido de que essas instâncias não incorram no erro de reproduzir as mesmas práticas de dominação política e social, comuns às elites dominantes, que sempre controlaram o nordeste brasileiro.

5.4 Crédito rural, Educação e ATER: entre o sonho e a realidade - novos desafios, novas perspectivas

Apesar de os movimentos sociais do campo argumentarem quanto à necessidade de um trato diferenciado no financiamento da agricultura familiar, observamos que, na Região Nordeste, houve um avanço ínfimo nessa questão. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) continua sendo um sonho “inatingível” por parte de muitas famílias que necessitam do crédito para melhorarem suas condições de vida e de trabalho, e assim garantir uma permanência com dignidade no campo.

Com base nos dados oficiais reunidos na nota técnica, “Um Perfil do crédito rural no Brasil” de Gerson Teixeira, de outubro de 2015, Brasília, a distribuição total do crédito rural, utilizado no ano de 2014, comprova a existência de uma forte concentração dos recursos para as regiões mais bem desenvolvidas do país, como é o caso dos estados do Sul e do Oeste. Na distribuição geográfica dos recursos, constata-se que a região Sul representa 35% dos contratos e 37% dos recursos liberados. A região Oeste, onde estão concentrados os estabelecimentos o agronegócio, representa 6% do número de contratos. Entretanto é a que leva 22% do total de recursos de crédito rural do país. Em contrapartida, a região Nordeste, onde predomina a agricultura familiar, o número de contratos chega a representar o percentual de 34%, de todos os contratos, porém é a região que menor se beneficia, ficando apenas com

8% do volume de recursos³⁰ No quesito concentração por produto na agricultura familiar, o destino dos financiamentos também prioriza as commodities para exportação, com cerca de 78% de todo volume de crédito do Pronaf direcionado à soja (31%), ao milho (26%), ao café (12%) e ao trigo (9%). De acordo com essas informações, em 2014, os três estados do Sul (RS, PR e SC) detiveram 50% de todos os recursos do Pronaf do país, em comparação com o Nordeste, que ficou com apenas 14%.

A título de exemplo, somente o estado do Rio Grande do Sul costuma realizar 200 mil contratos por ano e fica com 24% de todo crédito do país (em média um valor de 6 bilhões por ano), enquanto que o Nordeste todo faz 800 mil contratos e fica com apenas 3 bilhões de reais por ano. Portanto, essas informações nos dão a dimensão exata de quão desigual e injusta é a política de distribuição dos recursos públicos para a agricultura familiar no Brasil. Além disso, nos ajudam a entender o porquê do atraso econômico e social em que vive a grande maioria da região Nordeste, em relação a outras regiões do país, sempre apresentadas como em melhores condições de desenvolvimento de suas populações.

Ainda conforme Teixeira se estima que do total de recursos, liberados pelo Pronaf aos estabelecimentos agrícolas, 60% vieram de bancos públicos, 30% de bancos privados e 10% de cooperativas de crédito. Entre os bancos públicos, o Banco do Brasil ficou com o correspondente a 84% do crédito rural.

Para a ASCOOB, o crédito rural é um instrumento fundamental para o desenvolvimento das famílias do campo e o fortalecimento da economia local dos seus respectivos municípios. Acredita-se que o crédito rural, ao ampliar as oportunidades de trabalho e renda, também contribui para a redução da dependência das famílias aos programas sociais, como o bolsa família. Nesse sentido, o Sistema tem assumido o papel de mediador das cooperativas de crédito, na negociação coletiva de recursos, junto ao Governo Brasileiro e aos agentes financeiros, visando difundir e expandir a utilização dos programas de crédito e microcrédito às populações de baixa renda.

Nos demonstrativos a seguir, trabalharemos com informações que nos ajudarão na compreensão do papel e significância da atuação das cooperativas de crédito solidário, para o fortalecimento da agricultura familiar, e os desafios que estão postos ao Sistema ASCOOB, tendo em vista a diminuição da pobreza e reparação das desigualdades. As informações

³⁰ Fonte: boletim@amigosenff.org.br [mensagem de correio eletrônico], recebido em 21 out. 2015.

utilizadas advêm de relatórios e balancetes, fornecidos pelo Sistema, e também de entrevistas em nossas visitas de campo.

No que se refere aos dados do acesso ao crédito rural pelas cooperativas ASCOOB, buscamos fazer uma análise que vai desde os anos de 2005 a 2013, quando foi trabalhado o último recurso do Pronaf/plano safra.

As operações de crédito rural por meio do PRONAF acontecem, inicialmente, através de convenio com o Bancoob e o Banco do Nordeste e, mais recentemente, com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Gráfico 2 - Desempenho do crédito rural (PRONAF/ASCOOB), entre 2003-2009:



Fonte: ASCOOB (2009)

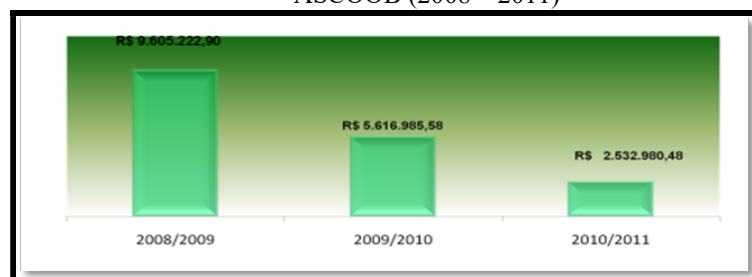
Com a criação do sistema Central, em 2008, trabalha-se pelo fortalecimento das parcerias com os agentes financeiros (Banco do Brasil e Banco do Nordeste), por meio das quais se busca a efetivação e consolidação da política pública do crédito – PRONAF dentro das cooperativas ASCOOB. Desde então, o fluxo de projetos para a agricultura familiar tem sido direcionado para o Banco do Brasil, com remuneração das cooperativas pela prestação do serviço. Em relação aos recursos aplicados no âmbito do PRONAF-B, estes eram viabilizados por meio do Banco do Nordeste, numa perspectiva de expansão do microcrédito, destinado às atividades rurais. Abaixo, fazemos uma demonstração do histórico da aplicação do PRONAF via Banco do Brasil:

Gráfico 3 - Aplicação do PRONAF-A via Banco do Brasil pelas cooperativas ASCOOB (2005-2009)



Fonte: ASCOOB (2009)

Gráfico 4 - Aplicação do PRONAF-A via Banco do Brasil Pelas cooperativas ASCOOB (2008 – 2011)



Fonte: ASCOOB Associação, 2013.

Observa-se que a relação do Sistema ASCOOB com os agentes financeiros (BNB e BB) nem sempre tem sido facilitada, se caracterizando pela morosidade na contratação das operações de investimento e custeio. Nesse sentido, a burocracia dos bancos e o descaso com a agricultura familiar é vista como um entrave para a viabilização do projeto das cooperativas de crédito ASCOOB.

De acordo com informações do Departamento de Crédito Rural e ATER, em 2012, o convênio negocial entre a ASCOOB e o Banco do Brasil não foi confirmado, devido à exigência estabelecida pelo banco, que exigia da ASCOOB Associação inadimplência zero de suas cooperativas, inclusive de algumas já desfiladas do Sistema, como a (SICOOB Crescer de Baixa Grande-BA).

Em contato com os técnicos da ASCOOB Itapicuru, foi possível verificar *in lócus* o quanto esse fator tem interferido na vida dos agricultores familiares, que dependem do crédito para melhorar as suas condições sócias e econômicas. Nas declarações do agente de crédito “Pelé”, também responsável pelo setor de crédito rural da Itapicuru, a relação de dependência

da cooperativa com o Banco do Brasil tem sido extremamente complicada nos últimos anos, causando desgaste entre os cooperados. Assim relata:

Infelizmente, trabalha-se em parceria com o Banco do Brasil. As cooperativas fazem toda parte árdua do processo e o Banco do Brasil só faz a liberação, mas mesmo assim dificulta a ação. A cooperativa tem garantia. O risco para o Banco do Brasil é zero. Se o cooperado não pagar, a cooperativa tem que reembolsar o banco. O PRONAF é recurso de repasse nas cooperativas. O governo envia o recurso para o Banco do Brasil e as cooperativas prestam um “serviço terceirizado” ao governo. As cooperativas têm um público grande de agricultores. O Banco do Brasil não tem equipe técnica que trabalhe diretamente como o agricultor familiar. O PRONAF da agricultura familiar não é prioridade para o Banco. A cobrança dos agricultores cooperados é grande, mas as cooperativas nem sempre conseguem operar o PRONAF. (Agente de crédito da ASCOOB Itapicuru, entrevista, 2016).

E segue o depoimento:

Tem uns três anos que a Itapicuru trabalhou sem muitos problemas com o PRONAF, mas recentemente houve um entrave com liberação mínima de contratos (08 por exemplo). A reação do público? Procuram a cooperativa pra cobrar. As cobranças são muitas. (Agente de crédito da ASCOOB Itapicuru, entrevista, 2016).

Diante disso, podemos afirmar que o crédito rural para o fortalecimento e valorização da agricultura familiar na região Nordeste só se apresenta como estratégica nos discursos, não se evidenciando uma valorização real, por meio dos investimentos, que se necessita para esse setor. Este fato torna evidente a afirmação de Fernandes (2004) de que, as concepções que norteiam as políticas de crédito têm sido as concepções da ala defensora do capitalismo agrário, que significa o incentivo à produção empresarial da agricultura familiar, em contraposição ao desenvolvimento da agricultura camponesa, vista como atrasada e de subsistência; incapaz de gerar desenvolvimento para o País. Isso fica muito evidente nos depoimentos que seguem transcritos abaixo:

Eu acredito que o Banco do Brasil não para de liberar o PRONAMP que são as linhas de crédito maior para os grandes latifundiários. Já a gente, o pequeno...Na hora que vai liberar um milhão pra um, quinhentos mil, um milhão pra um, pra o pequeno ele tem que liberar em quantas vezes? 100 contratos ou mais! A diferença tá aí. Então, pra eles, é melhor trabalhar com o grande do que com o pequeno. Pra o pequeno ele tem que emitir vários contratos, tem que ter técnico especifica pra isso, pra avaliar esse processo. Então, pra eles não é vantajoso. E eles botam pressão [...] pra gente que o técnico tem que ir na propriedade, fazer levantamento, elaborar proposta e tudo pra enviar pra lá, pra gente refazer isso tudo novamente com quase um ano? Já mudou tudo! Às vezes o agricultor já nem quer mais fazer.

O banco não agiliza as liberações. As propostas só saem com 5, 6, 7 meses de elaboradas, mas mesmo assim, com muita dificuldade. Mesmo sendo a cooperativa um intermediário forte e é quem fica com todo trabalho, toda a responsabilidade de visita, acompanhamento... O banco só libera! E, mesmo assim, o Banco do Brasil não prioriza.

Pra melhorar, ou a gente consegue beber, de fato, diretamente da fonte do governo, pra gente trabalhar, de modo que as cooperativas possam montar diretamente suas equipes, ou...

[...] O gerente de Santaluz percebeu que sem a liberação do PRONAF para o agricultor familiar ele não tem um aquecimento normal, porque não gira recurso no município, mas mesmo assim o banco não agiliza o processo.

Mesmo num governo popular, as coisas não estão sendo facilitadas. Dentro do congresso não tem representação política em favor da agricultura familiar. Há discussões, mas não se têm muitas perspectivas, ou perspectivas que isso venha ser transformado de imediato. (Agente de crédito da ASCOOB Itapicuru, entrevista, 2016).

Os agricultores... eles dependem de crédito repassado pelo Banco do Brasil, pelo Banco do Nordeste ou pela Caixa Econômica Federal. Nos últimos tempos, a ASCOOB atua ou com parceria com o Banco do Brasil, ou com a Caixa Econômica. Então, acredito que o grande desafio é que a ASCOOB se torne agente oficial, de repasse de crédito rural do governo federal. (Diretor da ASCOOB Central, entrevista, 2016).

Na ausência desse crédito do PRONAF os agricultores buscam solução acessando linhas de créditos, oferecidas pelas cooperativas: microcrédito, capital de giro, crédito emergencial e crédito pessoal, o que vem sendo visto como a solução para a agricultura familiar no Território (ultimamente, nos períodos de estiagem, tem sido comum aos agricultores familiares das cooperativas ASCOOB, no Território do Sisal, recorrer a essas cooperativas, em busca de recursos para salvarem seus pequenos rebanhos de caprinos, ovinos e bovinos). Contudo, na avaliação do agente de crédito da ASCOOB Itapicuru,

O Emergencial é uma linha de crédito com pouca inadimplência, juro de 2% ao mês. Não é um crédito vantajoso ao agricultor, comparando-se ao Pronaf, mas é o que se tem disponível de maneira mais facilitada. Esse é um crédito que nós temos para intermediar o processo. (Agente de crédito da ASCOOB Itapicuru, entrevista, 2016).

Diante desse contexto, constata-se que nos últimos dois anos o Microcrédito começa a obter uma forte ascensão dentro das cooperativas da ASCOOB. Conforme tabelas abaixo, além de trabalhar com recursos próprios (incluindo também o PROMIC) essas cooperativas contam com outros recursos, advindos de convênio com órgãos governamentais e não governamentais, a exemplo do fundo de crédito rotativo – COGEFUR e o DESENBAHIA.

Quadro 4 – Demonstrativo de desempenho do Microcrédito ASCOOB – 2014

A	B	C	D	E	F	G
Cooperativa	Microcrédito - COGEFUR	DESENBAHIA	RECURSOS PRÓPRIOS	PROMIC		TOTAL POR COOPERATIVA
SISAL	R\$ 13.687,32	R\$ 5.892.627,01	R\$ 625.424,00			R\$ 6.531.738,33
ITAPICURU	R\$ 63.652,00	R\$ 125.611,38	R\$ 4.738.072,20	R\$ 23.040,00		R\$ 4.950.375,58
COOPERAR	R\$ 354.285,66	R\$ 22.000,00	R\$ 1.278.955,00			R\$ 1.655.240,66
COSTA DO DENDÊ	R\$ 26.440,00	1.899.560,89	R\$ 2.814.533,00			R\$ 4.740.533,89
PARAGUASSU		R\$ 318.270,00	R\$ 653.670,00	R\$ 8.000		R\$ 979.940,00
COOPEC	R\$ 1.065,00	R\$ 600,00	R\$ 8.324,00	R\$ 38.000		R\$ 47.989,00
CREDINORTE			R\$ 39.000,00			R\$ 39.000,00
CREDIMONTE	R\$ 146.500,00	R\$ 134.800,00				R\$ 281.300,00
TOTAL POR RECURSO	R\$ 605.629,98	R\$ 8.393.469,28	R\$ 10.157.978,20	R\$ 69.040,00		R\$ 19.226.117,46

Fonte: Sistema ASCOOB (2016).

Quadro 5– Demonstrativo de desempenho do Microcrédito ASCOOB - 2015

A	B	C	D	E	F	G
Cooperativa	Microcrédito - COGEFUR	DESENBAHIA	RECURSOS PRÓPRIOS	PROMIC / MJ		TOTAL POR COOPERATIVA
SISAL	R\$ 705.016,60	R\$ 6.452.280,00	R\$ 139.610,00			R\$ 7.296.906,60
ITAPICURU	R\$ 82.096,35		R\$ 6.477.274,00	R\$ 2.000,00		R\$ 6.561.370,35
COOPERAR	R\$ 132.825,00		R\$ 2.189.340,00			R\$ 2.322.165,00
COSTA DO DENDÊ	R\$ 28.250,00	R\$ 1.038.818,25	R\$ 1.002.850,00			R\$ 2.069.918,25
PARAGUASSU	R\$ 15.450,00	R\$ 93.400,00	R\$ 999.195,00			R\$ 1.108.045,00
COOPEC	R\$ 44.645,00		R\$ 17.140,00			R\$ 61.785,00
CREDINORTE	R\$ 9.000,00		R\$ 147.435,00			R\$ 156.435,00
CREDIMONTE	R\$ 247.955,00	R\$ 22.000,00	R\$ 95.200,00			R\$ 365.155,00
TOTAL POR RECURSO	R\$ 1.265.237,95	R\$ 7.606.498,25	R\$ 11.068.044,00	R\$ 2.000,00		R\$ 19.941.780,20

Fonte: Sistema ASCOOB (2016).

Juntas, as cooperativas ASCOOB do Sisal liberaram ente 2014 e 2015 o valor de R\$ 29.317.796,52, em microcrédito, o que representa 43% do total dos recursos trabalhados pelo sistema neste período (R\$ 39.167.897,66).

Gráfico 5 - Microcrédito liberado pela ASCOOB (2014 - 2015)

Fonte: Sistema ASCOOB (2016).
Elaborado pela autora.

Aliado à dificuldade de acesso ao PRONAF, um outro empecilho para o desenvolvimento do Território é a falta de tecnologia. A carência de tecnologia é muito grande. O que se tem de mais “inovador” nas propriedades dos agricultores familiares são os chamados “quites forrageiros”, usados na preparação de ração para os animais (palmas e outras leguminosas encontradas na região como a catingueira/pau-de-rato, o licuri, a algaroba, etc.). No entanto, essa é uma tecnologia ainda não muito acessível a todos as famílias agricultoras, pois se necessita do recurso do PRONAF para aquisição desse e de outros equipamentos, para a estruturação das unidades de produção familiar. Além disso, existem as cisternas de captação de água da chuva para consumo humano, as cisternas de produção, os barreiros, dentre outros. Mais recentemente estão sendo viabilizados, por meio de projetos governamentais e não governamentais, a implantação de aviários e hortas de produção

familiar. Nesse sentido, o MOC e as APAEBs configuram-se como pioneiros na discussão e implementação de tecnologias sociais, para a convivência com o semiárido, e de práticas sustentáveis de produção, no Território. De certa forma, essas experiências são referência, também, para a ação das Cooperativas ASCOOB.

Fotografia 7 - Agricultor familiar do município de Santaluz-BA, assentado de reforma agrária, região de Mocambinho.



Fonte: pesquisa de campo.
Acervo: Gracieda Araújo, 2016.

No campo da agroecologia as experiências desenvolvidas pela ASCOOB ainda são incipientes e pouco profundas as discussões sobre este tema. Dentro do Departamento de Crédito Rural e ATER, os projetos desenvolvidos no âmbito da agricultura familiar têm como perspectiva a política da transição agroecologia, para a produção saudável de alimentos e manejo sustentável dos recursos naturais, não sendo adotada, ainda, enquanto uma visão político-ideológica, na dimensão em que os movimentos sociais do campo têm assumido. Conforme define um dos representantes do Sistema Central:

A ASCOOB... ela está num patamar de transição. Se você for analisar, do ponto de vista dos seus normativos internos, ela ainda não tem uma profundidade, capaz de dizer que ela já tem uma concepção plena e profunda da agroecologia. Mas é uma organização muito adepta, muito aberta e em profunda transição para a construção de um conceito próprio de agroecologia. Por isso, a gente pode dizer que a ASCOOB... ela culmina, ela converge com outras entidades regionais e locais, que discutem agroecologia. Mas ela, do ponto de vista interno, carece de uma definição mais profunda sobre o que é e aonde quer chegar a agroecologia para a ASCOOB. (DIRETOR DA ASCOOB CENTRAL, entrevista, 2016).

De acordo com informações institucionais, ao longo de suas ações a ASCOOB tem buscado fortalecer a assistência técnica, com enfoque agroecológico, através da realização de intercâmbio de experiências entre agricultores, e o apoio à criação de Feiras Agroecológicas,

em alguns municípios de sua atuação, com destaque para Jacobina-BA e Serrinha-BA. Nesse sentido, a ASCOOB assume como perspectiva a

participação protagonista dos agricultores e agricultoras, na construção coletiva do conhecimento agro-ecológico, como um princípio metodológico, onde se busca romper com o modelo difusionista de assistência técnica, valorizando os saberes, as capacidades para construir um novo cenário da agricultora familiar (Relatório do DISOP, 2011).

A principal maneira com que o Sistema viabiliza as ações de agroecologia tem sido por meio da prestação de serviços de ATER, com parcerias entre instituições de referência na área, sendo uma delas a Rede Reparte/Parceiros da Terra, com quem já atuou³¹, e através dos Projetos de Chamadas Públicas Federal, via MDA e Estadual.

O debate da agroecologia sob a ótica do campesinato traz em seu bojo a luta pela reapropriação dos recursos naturais e do território camponês, enquanto espaço de vida e da reprodução da cultura, no enfrentamento do modelo do agronegócio, que expropria e exclui os povos do campo.

Para Gubur e Toná (2012, p.59) “foi somente a partir de 1989 que o termo agroecologia começou a ser utilizado no Brasil, com a publicação do livro *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*, de Miguel Altieri (1989)”. Posteriormente, as organizações não governamentais seriam as disseminadoras principais da agroecologia.

A partir do final da década de 1990, sobretudo no início dos anos 2000, os movimentos sociais populares do campo, principalmente os vinculados a Via Campesina, passam a incorporar o debate agroecológico, como estratégia política de sua atuação, dando importantes contribuições ao movimento agroecológico, a exemplo da Jornada de Agroecológica, que se realiza anualmente no estado do Paraná, desde o ano 2002.

Em âmbito internacional, a articulação dos movimentos sociais fez nascer ações conjuntas, voltadas para a formação político-profissional em agroecologia, com a criação de importantes espaços educativos (Escolas e Instituições), em parceria com a Via Campesina

³¹ A Reparte é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 05 de novembro de 2004 e tem como propósito contribuir na construção e gestão de programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável das suas filiadas.

A criação da Reparte esta pautada na melhoria do atendimento dos agricultores e agricultoras das entidades que atuam nos projetos do Disop no Nordeste do Estado da Bahia Tendo em vista que essas equipes estão muitas vezes isoladas e mal acompanhadas, o DISOP estimulou seus parceiros a criar uma rede para melhorar as práticas e os conhecimentos para futuramente desenvolver um serviço de ATER publica não estatal, permanente, de qualidade, descentralizada e podendo ser financiado pelos poderes públicos. Disponível: <<http://www.redereparte.org.br/a-reparte.php>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

Internacional: Escola Latino-Americana do Paraná -ELAA, Instituto de Agroecologia Latino-americano -IALA Paulo Freire (Venezuela); Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Guarani (Paraguai); Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Amazônico; Universidade Campesina “SURI” – UNICAM-SURI (Sistemas Universitários Rurais Indocampesinos) – (Argentina); Escola Nacional de Agroecologia do Equador – ENA (Equador) Batista (2013).

De acordo com Gubur e Toná (2012, p.564), na perspectiva da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (2009), “a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional”. Em linhas gerais, compreende-se que esta seja inseparável na luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação dos territórios, pelas reformas agrárias e urbanas e pela aliança e cooperação entre a classe operária e camponesa. Deste modo, a agroecologia traz em seu bojo a perspectiva de uma sociedade cujo objetivo central é a vida e a emancipação humanas, em detrimento do lucro, da riqueza monetária.

Atualmente, a ASCOOB faz parte de um conjunto de entidades prestadoras de serviços de ATER no Território do Sisal, dentre elas a Fundação APAEB de Valente, a FATRES. No âmbito da política federal, está sendo executado pela ASCOOB o projeto de Chamada Pública, destinado às famílias em situação de extrema pobreza, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. São 2 mil famílias distribuídas entre os municípios de Araci-BA e Tucano-BA, área de atuação da ASCOOB Cooperar. Com esse projeto, o Sistema visa favorecer a inclusão socioeconômica e produtiva das famílias, além da promoção da segurança alimentar. Tudo isso na perspectiva do fortalecimento do cooperativismo e da economia solidária³².

Dentro da ASCOOB os discursos e ações acerca do desenvolvimento rural estão direcionados às iniciativas promotoras de incremento de renda e da segurança alimentar das famílias, a exemplo do incentivo aos programas de compras governamentais, como o PAA e PNAE, não sendo discutida, com clareza, a dimensão da soberania alimentar.

³² Contudo, identificamos que, apesar da relevância do projeto, a continuação das atividades, previstas para até 2017, encontra-se sob ameaça em razão do não pagamento dos contratos de trabalho, já realizados pelos convênios com o MDA. Juntamente com outras entidades do Território do Sisal, a ASCOOB enfrenta problemas devido ao não pagamento de notas das despesas já realizadas. Nesse sentido, a inadimplência do Governo com os contratos de ATER dessas entidades prestadoras de serviço também põem em risco a vida financeira do Sistema ASCOOB, gerando um clima de medo e apreensão às cooperativas de crédito que vem assumindo as despesas do Projeto.

Conforme Stedile e Carvalho (2012), o conceito de soberania alimentar traz uma dimensão política mais ampla do que a segurança alimentar. Pois, esta parte do princípio de que, “para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos” Stedile e Carvalho (2012, p.715). Segundo os referidos autores, já no início do século XX, José Martí advertia o povo latino-americano a respeito da necessidade da produção dos alimentos, para não cair na dependência do capital externo. Para o mesmo, a incapacidade de produção do seu próprio alimento torna um povo escravo e dependente da nação que lhes oferece as condições de sobrevivência.

De acordo com a perspectiva da Via Campesina, para proteger o meio ambiente, a segurança e soberania alimentar, bem como o sustento e emprego, necessita-se que a produção de alimentos permaneça nas mãos dos pequenos agricultores, não podendo ser uma atividade controlada pelas grandes corporações agroindustriais ou das redes de supermercados (ALTERI, 2012).

Ao discutir o conceito de soberania alimentar, Fernandes (2015) destaca que no agronegócio se defende a questão da segurança alimentar, enquanto política compensatória, através da qual se busca suprir de alimentos industrializados as populações pobres, não havendo nenhum comprometimento com processos de autonomia e emancipação dos povos. Assim, a soberania alimentar vem se constituindo como território do campesinato, na luta por políticas públicas, na discussão democrática sobre o direito de escolher o quê produzir, onde e como produzir o próprio alimento. Nessa perspectiva, o direito e a autonomia na produção do alimento implica o acesso à terra. Logo, “soberania alimentar está associada a uma importante questão territorial, que é a reforma agrária”, o que transforma o próprio alimento em território em disputa. (FERNANDES, 2015, p. 47).

Dessa forma, com base nas declarações da FAO (2014), a agricultura familiar passa a ser considerada um setor chave no processo de erradicação da fome, e para a transição rumo à consolidação de sistemas agrícolas mais sustentáveis, social e ambientalmente, não só na América Latina e no Caribe mas para o mundo.

Conforme defende Batista (2013), os desafios postos à educação dos trabalhadores, na perspectiva de desenvolver projetos com potencial de emancipação social, requerer o exercício do diálogo com novas experiências de luta contra-hegemônica e de construção de uma cultura de resistência, em face dos processos de exclusão social.

Entende-se que as ações do sistema capitalista têm dimensão global e se desenvolvem, se manifestam de maneira específica em cada território, em cada região, territorializando-se de maneira desigual e combinada, ao tempo em que desterritorializa, do mesmo modo, os sujeitos do campo. De acordo com seus interesses e oportunidades momentâneas, transferem tecnologias, moldando, conseqüentemente determinadas relações de produção, sempre em favor do acúmulo do lucro e capital. Dessa forma, Batista (2013, p.220) afirma:

A organização local, desde a identidade imediata destes sujeitos, tem fundamental importância na resistência a estas conseqüências, provocando as condições objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, para processos de territorialização contra-hegemônica. (...) Entretanto, consideramos que não é somente com resistências locais que se constrói territorialização contra-hegemônica. É necessária uma articulação da resistência do seu âmbito particular ao seu âmbito universal, global.

Com base em Tardim (2012), dentro desse contexto, as associações comunitárias, as cooperativas e várias outras experiências de elevado nível de cooperação complexa são elementos fundamentais neste processo, tendo em vista a formação de uma estrutura social, na qual os meios de produção e o trabalho sejam geridos coletivamente, com base em relações mais igualitárias. É neste sentido que uma proposta de “educação para além do capital” tem uma dimensão estratégica na luta. E, ao mesmo tempo, um caráter pedagógico na construção de uma consciência de classe.

A necessidade de priorizar processos de formação para as organizações e movimentos sociais dos trabalhadores do campo tem sido apontada, como parte fundamental, para

avançar em uma compreensão e interpretação adequadas da realidade em que se atua, bem como de relacionar as lutas concretas às teorias que permitam clarear e vislumbrar as diferentes tendências e interpretações dos problemas vivenciados na atualidade. (LIMA, STRONZAKE; FAUSTINO, 2015, p. 92).

Logo, defende-se que a construção do projeto contra-hegemônico de desenvolvimento, através da organização e da luta dos trabalhadores, perpassa pelo aspecto político-ideológico,

Pela construção de políticas de formação que possam fundamentar e organizar ações pedagógicas que possibilitem elaborar criticamente a atividade intelectual, esclarecer as relações de dominação e sedimentar a consciência na busca de forjar homens-coletivos, desde sua atuação coerente e unitária: intelectuais forjados no próprio seio da classe trabalhadora. (LIMA, STRONZAKE; FAUSTINO, 2015, p. 92).

Partindo desses pressupostos, conclui-se que a formação da capacidade intelectual, a partir do aprofundamento de referenciais teórico-metodológicos, apresenta-se como uma tarefa fundamental, urgente, também para as organizações cooperativista de crédito solidário.

De acordo com Villas Bôas (2012), no contexto atual de modernização conservadora em que vive o Brasil, os movimentos sociais, assim como as organizações cooperativistas de

crédito solidário, passam por um acentuado processo de desmobilização política, reproduzindo, sem que se deem conta, estruturas organizativas que dissociam

as esferas da cultura com as esferas da política e economia, e introjetam no todo, ou em parte, os modelos de cultura administrados pela hegemonia, a saber: cultura como sinônimo de entretenimento ou cultura como grau de erudição individual e distinção social. Em ambos os casos, o significado de cultura não se articula com a ideia de política, no sentido de ação de interferência na realidade, visando sua transformação. (VILLAS BÔAS, 2012, p. 155).

Para o autor, trata-se de uma revolução passiva a que vive o país. Nos últimos anos, [...] “o país que supostamente ascendeu é o do mercado emergente, e não o do povo integrado via um projeto de nação consolidado.” (p.156). Citando Michel Löwy ele sinaliza que esta experiência, implementada pela gestão petista do governo federal, é uma experiência baseada numa perspectiva social-liberalista, a qual utiliza-se de um “mecanismo que contempla a todos, porém, em proporções que mantém a simetria da desigualdade” (VILLAS BÔAS, 2012, p.159).

Diante do exposto, reconhecemos a importância da contribuição dos espaços de formação, vinculados a uma proposta político-pedagógica, que tenha em sua perspectiva a formação de atores sociais críticos-reflexivos, capazes de intervir na realidade. A esse respeito, convém destacar a institucionalização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e a Política Nacional de Educação do Campo na forma da lei, resultado da materialização da luta dos trabalhadores.

O PRONERA foi instituído em 16 de abril de 1998 por meio da Portaria Nº10/98, publicada pelo então Ministério Extraordinário da Política Fundiária, e tem sido responsável pela escolarização e formação de milhares de trabalhadores, assentados de reforma agrária, em cursos de níveis Fundamental, Médio e Superior (graduação e pós-graduação) nos diversos estados do Brasil.

Dentro desse contexto, convém destacar a importância do PRONERA à formação de novos atores sociais, do Território do Sisal (técnicos em agropecuária e agroecologia, educadores dos cursos de educação do campo e de direito), formados em Escolas Agrícolas³³, vinculadas à Via Campesina e às universidades UFRB, UEFS e UNEB, alguns dos quais começam a ser inseridos nos espaços institucionais e organizacionais do Território. Dentre eles, o Sistema ASCOOB.

³³ Disponível: <<https://www.ufrb.edu.br/agencia/administracao/4203-parceria-entre-ufrb-e-incra-viabiliza-curso-de-tecnologo-em-agroecologia>>. Acesso em: 09 de fev. 2016.

A essas conquistas, soma-se a criação do curso de *Mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe*, em 2013, cátedra construída através da parceria, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, *campus* de Presidente Prudente, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF do MST, Brasil, tornando possível uma ação político-profissional mais qualificada dos sujeitos que atuam diretamente nos espaços de organização social.

Nesse sentido, se reconhece que o referido curso foi de grande relevância para a minha formação, no sentido de contribuir para uma atuação mais qualificada, junto às organizações sociais do campo, no Território do Sisal, onde vivo e atuo como cidadã e profissional. A propósito, o aprofundamento de conhecimentos teórico-metodológicos e práticos é uma condição fundamental para a compreensão e análise dos fatores sociopolíticos e econômicos, imbricados nas realidades camponesas, no que se refere à transformação social. Ressalta-se que a proposta político-pedagógica e metodológica do mestrado, por meio da dinâmica de trabalho/estudo, possibilitada pela ENFF, foi um elemento relevante para a construção do conhecimento e, por conseguinte, para a formação humana e intelectual da autora.

Assim, a aproximação e integração no contexto latino-americano, ao longo do meu processo formativo, imprimiu um significado profundo a esse processo, possibilitando um novo olhar para as questões do desenvolvimento territorial, da solidariedade internacional, no fortalecimento do pensamento político-identitário, além da construção de um novo paradigma de desenvolvimento e de civilização para o continente. Indubitavelmente, tal fato contribuiu para uma análise mais crítica e cuidadosa do objeto de pesquisa estudado, que foi o sistema ASCOOB, entendendo que a construção do conhecimento é fator primordial à construção de projetos que se propõem à superação da sociedade de exclusão. Daí os estudos e pesquisas da realidade dos trabalhadores do campo são indispensáveis para qualificar a prática social de construção de um meio rural, contraposto à lógica imposta pelo modelo agrário capitalista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central investigar a ação pedagógica, desenvolvida pelas cooperativas de crédito rural do sistema ASCOOB, no Território do Sisal, tendo em vista a perspectiva da transformação social e a construção de outra lógica de desenvolvimento rural desse lugar, historicamente marcado pela pobreza e exclusão dos seus habitantes, sobretudo das populações do campo.

A partir das reflexões realizadas ao longo desse processo de investigação, favorecidas pelas vivências da pesquisadora, bem como dos dados institucionais, das entrevistas realizadas e a análise dos conceitos relacionados com a temática deste estudo, observamos que a política de educação da ASCOOB possui bases teórico-metodológicas ainda muito inconsistentes, não podendo ser definida, de fato, como uma ação político-pedagógica de viés transformador/libertador. Este fato se expressa, sobretudo, no ecletismo teórico-metodológico, sustentado em autores, de diversas tendências (popular e liberal). Dentre outros fatores, demonstra-se refém de concepções capitalista de desenvolvimento, demonstradas na adoção do modelo SEBRAE de educação, estando limitada enquanto uma proposta popular, na perspectiva da formação da consciência crítica dos sujeitos e de uma educação para além dos interesses do mercado capitalista.

Os elementos expostos nas análises evidenciam a necessidade do cooperativismo de crédito rural ascoobiano estabelecer, de forma clara, quais os marcos político-ideológicos que deverão fundamentar sua ação, de modo que se possa reestruturar a proposta de EDUCOOP, idealizada nos seus princípios originários e se consolidar o projeto político do Sistema, enquanto instrumento a serviço dos interesses da classe trabalhadora, e não das ideias da sociedade capitalista e de consumo.

A constatação da forte relação de parceria existente entre as cooperativas de crédito da economia solidária e a instituição SEBRAE, apesar de uma aparente contribuição aos processos de profissionalização da gestão, representa um risco à perda da identidade do projeto dessas cooperativas, devendo ser revista por seus representantes. Nesse sentido, afirmamos ser salutar às organizações da economia solidária uma reflexão sobre as concepções teóricas, implicadas nas metodologias e práticas disseminadas pelo modelo SEBRAE de educação, a fim de que se possa entender, de fato, até que ponto tais políticas atentam para as reais necessidades dos sujeitos que participam das organizações solidárias, uma vez que esse tipo de educação os conduz a práticas e posturas de caráter individualista,

que são induzidas pela abordagem empreendedora capitalista, reproduzindo, preceitos e ideais pautados estritamente em uma visão capitalista mercadológica. Nesse sentido, ressalta-se que a qualificação técnica, imprescindível à gestão dos empreendimentos, sejam individuais ou coletivos, não deve ser vista como um fim do processo educativo, mas um aliado na formação de competências necessárias aos sujeitos sociais coletivos.

Diante do contexto de desigualdades sociais, econômicas e históricas em que as cooperativas de crédito ASCOOB no Território do Sisal estão inseridas, o compromisso destas cooperativas perpassa pela potencialização de processos socioeconômicos e organizativos que comunguem com as lutas sócio-territoriais libertárias desse espaço. Assim, a sua proposta político-pedagógica precisa estar alinhada, em coerência com os princípios de um fazer educativo que se coloque a serviço de um projeto alternativo de desenvolvimento para os trabalhadores, Para isso, deve ser construída a partir do diálogo com os segmentos populares organizados dos territórios de atuação das cooperativas.

Como resultado das investigações, é possível constatar que as concepções do empreendedorismo SEBRAE apontam na direção da reprodução de práticas e posturas que, ao contrário de favorecer a construção da consciência crítica e a capacidade de questionamento e transformação social das realidades injustas, promove a ideologia da manutenção da ordem capitalista. Essa sutil disseminação da ideologia capitalista, de valores individualistas (embutido na ideologia do empreendedorismo), cumpre um forte poder de influência no ambiente da gestão das cooperativas, moldando formas de atuação no estabelecimento de padrões e referenciais que implicam na forma de pensar e agir das organizações da economia solidária. Esse é um elemento que gera tensão e contradições para o Sistema.

O discurso da educação financeira e para o empreendedorismo, bem como da sustentabilidade econômica das cooperativas, são elementos contundentes da desarticulação dos processos de educação numa perspectiva popular, já em curso, o que transformaria a educação em uma ação de marketing, para a venda de produtos e serviços, não mais de educação popular, capaz de promover as condições necessárias à formação de sujeitos críticos e participativos, que interfiram na realidade, conforme propõe o método de educação popular de Paulo Freire.

Diante disso, afirmamos que o projeto político do Sistema ASCOOB, de fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária, para ser efetivado, precisa estar acompanhado de possibilidades concretas de mudança das condições desumanas de vida dos trabalhadores, o que implica um processo educativo e sócio-organizativo, articulado a

partir dos problemas reais vividos e enfrentados pelos sujeitos do campo. Para isso, faz-se necessário a retomada do diálogo com as forças sociais mobilizadoras de processos de luta nos territórios de sua atuação, numa visão mais ampla da totalidade dos problemas que afetam seus cooperados, superando as visões dicotômicas que impedem uma ação integrada nas suas diversas dimensões: política, econômica e social.

Este trabalho revelou que as ações desenvolvidas pelas cooperativas promovem conflitos e contradições, tanto internamente entre interesses pessoais e coletivos como na relação externa, entre parceiros e cooperados, e na relação com o Estado, o que se dá no âmbito do acesso das políticas públicas, destinadas ao desenvolvimento do território camponês. Esses conflitos e contradições não se encerram, simplesmente, com a criação de algumas linhas de crédito, para suprir as necessidades dos seus cooperados. Dessa forma, a discussão dos fatores que criam as contradições dentro das organizações cooperativistas é fundamental para qualificar a atuação das mesmas, evitando reprodução de princípios e práticas contrárias aos interesses da classe trabalhadora, e do seu projeto de desenvolvimento.

Apesar dessas contradições, é possível afirmar que a criação das cooperativas de crédito solidário no Território do Sisal foi fundamental para o acesso ao crédito, por parte dos agricultores historicamente excluídos pelo sistema tradicional bancário, contribuindo de forma significativa para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos camponeses cooperados. Entretanto, com base na perspectiva do materialismo-histórico-dialético, não se pode afirmar que o acesso ao crédito, por si só, pode criar as condições necessárias para a transformação social desse território. De acordo com a perspectiva de Rosa Luxemburgo (1990), se conclui que, por atuarem dentro do sistema capitalista, as cooperativas de crédito têm uma importância limitada à transformação das estruturas sociais, mas isso não impede que as mesmas possam servir de instrumento para que isso aconteça. Dessa forma, ao atuarem na perspectiva de organização social, não bancaricista, as cooperativas de crédito solidário podem trazer contribuições significativas para seus cooperados e para as suas respectivas comunidades.

Com base em Villas Bôas (2012), o cooperativismo de crédito solidário, no Território do Sisal, avançou, mas dentro do limite das contradições do Estado, estabelecido pela modernização conservadora, ou “revolução passiva”, vivida pelo país, após a eleição do governo Lula. Nesse contexto, as organizações cooperativistas ASCOOB, ao deixarem de atuar no campo da educação popular, incorreram no erro de dissociar a dimensão da cultura e

da formação, das dimensões política e econômica, adotando, assim, “os modelos de cultura administrados pela hegemonia” (VILLAS BÔAS 2012, p.155).

O Território do Sisal, mesmo caracterizado como um espaço de forte atuação dos movimentos sociais do campo, de referência nacional e internacional, como experiência exitosa de organização da política territorial de desenvolvimento, ainda possui sérios problemas de ordem econômica e social. O desafio da inclusão socioeconômica ainda é um elemento a ser superado.

As análises dos dados, referentes ao acesso às políticas de crédito rural para a região Nordeste, trazem comprovações do quanto é preciso ser feito para que os agricultores da região semiárida da Bahia possam usufruir desse direito e construir um campo com mais dignidade para suas famílias. Embora marque um diferencial no Território do Sisal, o público rural, atingido pelas cooperativas ASCOOB, ainda é bastante reduzido, demonstrando a existência de um grande número de famílias que ainda não conseguiram usufruir dos benefícios oferecidos por este seguimento.

Além da dificuldade do acesso ao crédito rural do PRONAF, os agricultores familiares enfrentam diversos problemas, que dificultam o seu desenvolvimento, como: a concentração do minifúndio; a ausência de uma política pública de assistência técnica continuada e integral; ausência de política de educação do campo, educação contextualizada; falta de políticas de criação de agroindústria para beneficiamento e comercialização da produção de base familiar; baixo investimento em tecnologias sociais para convivência com o semiárido, dentre outros. Ademais, é comum entre a região sisaleira o descaso dos gestores públicos em investir na agricultura familiar.

Do mesmo modo, a existência das disputas locais/territoriais pelo poder, muitas vezes, inviabiliza o desenvolvimento de ações conjuntas das entidades e organizações dos trabalhadores, contexto em que se inserem as diversas organizações que atuam no Território (APAEB, MOC, FATRES, CODES, CONSISAL, ASCOOB, SICOOB, Sindicatos). Registra-se que esse fator não favorece a construção de diálogo e planejamento de ações comuns, estratégicas para o desenvolvimento territorial rural e, conseqüentemente, do cooperativismo solidário. Ao contrário, tende a reproduzir as mesmas práticas de dominação política e social, comuns às elites dominantes do nordeste brasileiro,

No âmbito do acesso ao crédito rural, observa-se que a relação do Sistema ASCOOB com os agentes financeiros (BNB e BB) nem sempre tem sido facilitada, caracterizando-se pela morosidade na contratação das operações de investimento e custeio. A burocracia dos

bancos e o descaso com a agricultura familiar é vista como um entrave para a viabilização do projeto das cooperativas de crédito ASCOOB. Deste modo, conclui-se que o crédito rural para o fortalecimento e valorização da agricultura familiar na região Nordeste só se apresenta como estratégica nos discursos, não se evidenciando uma valorização real, por meio dos investimentos que se necessita para esse setor.

Na ausência do crédito do PRONAF, as cooperativas ASCOOB cumprem um papel importante para as famílias agricultoras que buscam nos programas de microcrédito a solução mais imediata para suas necessidades. Nesse sentido, o crédito, as linhas de microcrédito, como o crédito emergencial, apresentam-se como um crédito alternativo para o problema da convivência como o semiárido, nos períodos de estiagem prolongada, porém este não cumpre a função de crédito produtivo para o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar, como propõe as condições do PRONAF.

Aliado à dificuldade de acesso ao PRONAF, outro empecilho para o desenvolvimento do Território é a falta de tecnologia e infraestrutura para melhoramento da produção no campo, o que não se viabiliza sem o acesso aos créditos do PRONAF. Diante disso, afirma-se a lógica de que a política de desenvolvimento do território camponês se dá no bojo da disputa entre projetos antagônicos, em que de um lado estão os interesses que defendem o grande capital e do outro está o interesse dos trabalhadores, nem sempre favorecidos pelas políticas públicas, comandadas pelo Estado burguês.

Assim, os desafios postos à educação dos trabalhadores, na perspectiva de desenvolver projetos com potencial de emancipação social, precisa fazer consonância com as questões mais amplas, que implicam o desenvolvimento e emancipação dos trabalhadores, não podendo estar limitada às questões locais e imediatas. Evidencia-se, por tanto, que a construção do projeto contra-hegemônico de desenvolvimento, através da organização e da luta dos trabalhadores, perpassa pelo aspecto da formação político-ideológico.

Com efeito, a construção do conhecimento é fator primordial para a construção de projetos que se propõem à superação da sociedade de exclusão, sendo indispensáveis os estudos e pesquisas da realidade dos trabalhadores do campo, afim de que se possa qualificar a prática social de construção de um meio rural, contraposto à lógica do desenvolvimento hegemônico.

REFÊRENCIAS

ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; ADS – CUT/SEBRAE, 2004.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

A CONCENTRAÇÃO do uso do credito rural no Brasil, por Gerson Teixeira, [mensagem de correio eletrônico]. Mensagem recebida por: <boletim@amigosennff.org.br > em 21 out. 2015.

ADAMS, T. **Alcance educativo das iniciativas locais de economia solidária no contexto de (des) colonialidade**. *Otra Economía*, v. 7, n. 13, jul./dic., 2013.

ALENTEJANO, P. Modernização da agricultura. In: CALDARTE, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, São Paulo, FCT/UNESP, ano 15, ago. 2012. (edição especial).

ANDRIOLI, A. I. A educação cooperativa numa perspectiva marxista. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 103, dez, 2009. Disponível: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8879/4936>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

ANTEAG. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. Disponível: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

ANS. **Crédito: Parceria Sebrae e Confesol vai beneficiar pequenos negócios**. Disponível: <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/Parceria-Sebrae-e-Confesol-vai-beneficiar-pequenos-neg%C3%B3cios>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

ASCOOB. **Sistema ASCOOB: parcerias para o desenvolvimento econômico e social e inclusão financeira para a agricultura familiar e a economia solidária**. Publicação anual do Sistema ASCOOB. 1ª ed. Bahia, 2013.

_____. **Institucional**. Disponível:< <http://www.sistemaascoob.com.br/cooperativas-filiadas.php>>. Acesso em: 27 out. 2014.

_____. **Manual de operações e de controle interno das atividades de microfinanças: diretrizes de operações, gestão de risco e de controle interno**. 2011.

_____. **Projeto Chamada Pública – SAF/ATER nº 02/2014, Lote: 08**. Feira de Santana-BA, 2014.

ASCOOB Sisal. **A ASCOOB Sisal é reconhecida exemplo de dinamização da economia na Região Sisaleira da Bahia.** Disponível: <<http://ascoobserrinha.com.br/noticias/ascoob-sisal-e-reconhecida-exemplo-de-dinamizacao-da-economia-na-regiao-sisaleira-da-bahia/38>>. Acesso: 29 nov. 2015.

ARROYO, M.G; FERNANDES, B. M. **A educação Básica e o movimento social do Campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. n. 2.

ARAÚJO, M. N. R. de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra.** 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador.

ARAÚJO, G. dos S. Desenvolvimento do campo e educação: concepções, contradições e possibilidades. **Entrelaçando Revista Eletrônica de Culturas e Educação.** n. 6, v. 1, p. 24-34, 2012.

_____. ; CHRISTÓFFOLI, P. I. A cooperação pelo crédito: um desafio na luta pela superação da pobreza no semiárido baiano. In: CAMPOS, J. F. de S.; ALMEIDA, A. L. de J. (Org.). **Residência agrária: reflexões e práticas sobre o desenvolvimento territorial camponês.** Presidente Prudente, 2015.

A RIZMENDIARRIETA, D. J. M. **Pensamientos.** [S.l.]: Gráficas Lizarra; S.L. Estella (Navarra), 1999.

BARRETO, R. M. **Estados Brasileiros: Bahia 2000-2013.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BATISTA, Â. F. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito.** Brasília: BCB, 2009.

_____. **Relatório de inclusão financeira.** n. 3, Brasília, 2015. Disponível: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BELTRÃO, S. L. L.; SAYAGO, D. A. V. Novos atores e novas institucionalidades no Território do Sisal (BA): estruturas de poder no contexto das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável. **C&D-Revista Eletrônica da Fainor,** Vitória da Conquista, v.3, n.1, p.132-148, jan./dez. 2010.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de Crédito Solidário. Constituição e Funcionamento.** Brasília, DF: NEAD, 2001.

_____. **Cooperativismo de crédito solidário: Constituição e Funcionamento**. São Paulo: Kingraf Gráfica e Editora, 2000.

BRANDÃO, C.R. Los caminos cruzados: formas de pensar y realizar educación em América Latina. **Revista Educación de Adultos**, v. 2, n. 2, abr./jun. 1984.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BÚRIGO, L F. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de Crédito rural solidário no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, H. M. de; COSTA, F. de A. Agricultura Camponesa. In: CALDARTE, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CODES SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal**. Valente, BA: CODES Sisal, 2010, 112 p.

COGEFUR. Disponível: <<http://cirandas.net/cogefur/blog>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

CONCRAB. **Constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito: uma visão desde os Movimentos Sociais do Campo**. 2. ed. Brasília: CONCRAB, 2007.

CONFESOL. **Nossas Centrais: ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar**. Disponível: <<http://www.confesol.com.br/cenindividual.php?id=NA==#.VxwMKfkrLIU>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

CONSISAL. **O Consórcio**. Disponível: <<http://ascomconsisal.wix.com/siteconsisal>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CORRÊA, A. da S. Análise do modelo SEBRAE à luz das contribuições da Economia Solidária. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, RS, v. 23, set.-dez. 2010.

CHRISTOFFOLI, P. I. Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. In: RI, N. M. D. (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideu, São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

_____. Cooperação Agrícola. In: CALDART, R.S et al. (Orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CSAFCS – **Cooperativismo de crédito**: parte 2/3. [S.l.]: Decoop/SDT/MDA, 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8z4X5ClQcn0>> Acesso em: 16 jan. 2016.

DUARTE, N. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Edição eletrônica, 1877.

Disponível: <

<file:///C:/Users/LuisArthur007/Desktop/DISSERTAÇÃO%202015/Leituras/socialismoutopico%20-%20.pdf>>. Acesso: 27/02/2015.

FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem miséria**.

Brasília: MDS, 2014. Disponível:

<http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/livro_o_brasil_sem_miseria.pdf.pagespeed.ce.Ta_6MqZ8Pq.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

FAO. **Agricultura Familiar em América Latina**: Recomendaciones de Política.

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura Santiago, Chile, 2014.

FARIA, E. M. da S. de. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - assentamento Nova Palmares - Conceição do Coité – Bahia**. 2014.

Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Salvador-BA, 2014.

FBES. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 20 mai. 2015.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

_____. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP.

FERNANDES, B. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M.C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Soberania alimentar como Território. In: VIDOTTE, B.T.; SCHWENDLER, S.F. (Org.). **Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

_____. **Disputas territoriais entre camponeses e agronegócio. In Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina.** AYERB, L.F. (Org.). São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2004. Disponível: <<http://mstendados.org/sites/default/files/FERNANDES%202004%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf>>. Acesso: 18 mai. 2015.

_____. **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação.** SANTOS, C.A. dos. (Org.). Brasília: INCRA; MDA, 2008.

_____. ; MOLINA, M.C. O campo da educação do campo. In: MOLINA, M.C; JESUS, S. M. S. A. de. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**, v. 5. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de. As cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do desenvolvimento local. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 1, p. 160-187, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro, Paz e terra, 2007.

_____. **Extensão ou Comunicação?.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE FILHO, A. A. de S., et al. As Cooperativas de Crédito solidário e a Inclusão Financeira da população. MAGRI, C. A; CORREA, C. E. (Org). In: **Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário: instrumento de erradicação da pobreza.** Passo Fundo: IFIBE, 2010.

FRIGOTO, G. Educação Omnilateral. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

FREIXO, A. A. Do Sertão dos Tocós ao Território do Sisal: rumo à invenção de uma região e uma vocação. **Revista Geografares**, n. 8, 2010. Disponível: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1287/969>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

FBES. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Disponível: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> . Acesso em: 20 mai. 2015.

GADOTTI, M. **EdL Economia Solidaria Como Praxis Pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. E LAVILLE, J. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord). **Dicionário internacional de economia solidária.** Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

GUBUR, D. M. P; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDARTE, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

GUIMARÃES, J.; QUENTAL, P. “Economia solidária se aproxima das origens do socialismo, diz Paul Singer”: entrevista com Paul Singer [12 jan. 2015]. Brasil Debate. In: **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/01/12/economia-solidaria-se-aproxima-das-origens-do-socialismo-diz-paul-singer.html>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

GOHN, M da G. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed, São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Educação Popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.4, n.1, p.53-77, dez. 2002. Disponível: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1802/1644>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

JORNAL DO MST. **Economia solidária se aproxima das origens do socialismo, diz Paul Singer**. 2015. Disponível: <<http://www.mst.org.br/2015/01/12/economia-solidaria-se-aproxima-das-origens-do-socialismo-diz-paul-singer.html>>. Acesso em: 20 mai.2015.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Gráfica Editora Laemmert. S.A, 1968.

LARANJIRA, A. **ASCOOB Itapicuru realizou assembleia geral ordinária, e superou expectativas**. Disponível em: <<http://analdinotino.blogspot.com.br/2015/04/ascoob-itapicuru-realizou-assembleia.html>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

LAZZARETTI, M. Â. As bases teórico-ideológicas norteadoras das ações coletivas do MST. **Tempo da Ciência**. v. 22, n. 43, 2015. Disponível:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/12644/8753>> Acesso em: 21 abr. 2016.

LEBER, R.; MOTTA, V. Políticas Educacionais Neoliberais e Educação do Campo. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEITE, S.P; MEDEIROS, L.S de. Agronegócio. In: CALDARTE, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

LEITE. S.P. Crédito Rural. In: CALDARTE, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

LESBAUPIN, I. Comunidades de base e mudança social. Praia Vermelha. **Estudos de Política e Teoria Social**, n. 3, p. 54-79, 2000.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão, 2011. Disponível: <<http://sergiolessa.com/Livros2012/intrfilm Marx2ed.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

LIMA, A. do C. Et al. Contribuições da Via Campesina em Processos Educativos Agroecológicos na América Latina. **Trabalho Necessário**. ano 13, n. 22, 2015.

LOWY, M. A atualidade latino-americana de Rosa Luxemburgo. In: LOUREIRO, I. (Org.). **Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Estação das Artes, 2009.

LOUREIRO, I. (Org.) **Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Estação das Artes, 2009.

_____. Rosa Luxemburgo e os movimentos sociais contemporâneos: o caso do MST. **Crítica Marxista**, São Paulo, ed. Revan, v. 1, n. 26, 2008, p. 105-116. Disponível:<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo150artigo6.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução**. 1900. Disponível: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/rosa_luxemburgo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

MACEDO, R. S. **A Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MAGALHÃES, R. S. **Economia, Natureza e Cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia**. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado (Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo – USP.

_____. ; ABRAMOVAY, R. A Formação de um Mercado de Microfinanças no Sertão da Bahia. **RBCS**, v. 22, n. 63, p. 107-119, fev. 2007. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a09v2263.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2014.

MAGRI, C. A. A formação como instrumento de fortalecimento do cooperativismo. In: MAGRI, A. C. (Org). **Cooperativismo de Crédito Solidário: reflexões e boas práticas**. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (v.1)

_____. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTINS, A. (Org). O cooperativismo no pensamento marxista. (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao). **Caderno das Experiências Históricas de Cooperação**, São Paulo: CONCRAB, n. 2, jun. 2000. Disponível: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/cadernos-das-experi%C3%Aancias-hist%C3%B3ricas-da->

coopera%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-02-%E2%80%93-o-cooperativ>. Acesso em: 12 abr. 2015.

MATTEI, L. Pobreza e política de desenvolvimento territorial: noções, metodologias de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.19).

MÉZARÓS. I. **A Educação para além do capital**. 2. ed. Boitempo: São Paulo, 2008.

MDA. **Território da Cidadania do Sisal – Bahia. Portal da Cidadania**. Disponível: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/dosisalba/oncommunity?page_num=0>. Acesso em: 10 fev. 2015

MANDL, C. **Bancarização avança no Brasil e atinge 60% da população que trabalha**. São Paulo: Valor Econômico, 2015. Disponível: <<http://www.valor.com.br/financas/4006542/bancarizacao-avanca-no-brasil-e-atinge-60-da-populacao-que-trabalha>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

MATOS, J. **Araci: Ascoob em parceria com Sebrae promove Oficina de Estratégia de Vendas**. A voz do Campo. Araci: [s.n.], 2015. Disponível: <<http://www.avozdocampo.com/cidades/araci/araci-ascoob-em-parceria-com-sebrae-promove-oficina-de-estrategia-de-vendas>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

MICHEL, L.B.; VOLPATO, G. Marxismo e fenomenologia nos pensamentos de Paulo Freire. **Filosofia e Educação. Revista Digital do Paideia**. v.3, n.1, Abr./Set. 2011.

MST. Instituto Nacional de Câncer ataca uso de agrotóxicos no país. Disponível: <<http://www.mst.org.br/2015/04/09/inca-demonstra-preocupacao-com-o-consumo-de-agrotoxicos-no-brasil.html>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

OLIVEIRA, C. R. A.; LIMA, S. L. da S. As repercussões territoriais das lutas, Resistências e alternativas construídas pelos Sindicatos dos trabalhadores rurais no espaço Rural sisaleiro da Bahia. **Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno temático: Cultura e Educação do Campo**. n. 3, ano 2, Nov. 2011. p. 71-78.

PAGNONCELLI, V. **Cresol Verê: o crédito de custeio e investimento como instrumento para a permanência do homem do campo**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA. Francisco Beltrão, 2009. (Monografia do curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão do Cooperativismo Solidário).

PALUDO, C. **Educação Popular**. In: CALDARTE, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

PELOSO, R. (Org.) **Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. Expressão Popular: São Paulo, 2012.

PTDRS (2012). Mapa do Território do Sisal no estado da Bahia, em 2012.

REIS JUNIOR, N. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

RELATÓRIO 2011 - DISOPBRASIL. [mensagem de correio eletrônico]. Mensagem recebida por: <pablo.freire@sistemaascoob.com.br>, em 19 jan. 2016.

REPARET. **Quem somos?** Disponível em: <<http://www.redereparte.org.br/a-reparte.php>> Acesso em: 08 jan. 2016.

RIGOTTO, R.M; ROSA, I.F. Agrotóxicos. In: CALDARTE, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

_____. ; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta classe na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SACRAMENTO, E. S. **A Educação nos espaços não formais: conhecendo a ação pedagógica da ASCOOB Sisal**. 2012. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia, Campus XI / Serrinha.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da Educação Cooperativista; a visão de sistematizadores da Doutrina do Cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. (Org). **Educação Cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.

_____. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, jul./dez. 2012, p.251-273.

SEVERINO, A. J. Modalidades e metodologias de pesquisa científica. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Cap. 3, item 3.4).

ASA. **Semiárido**. Disponível em: <www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 27 nov. 2011.

SIG-BA, 2003. Localização dos municípios atendidos pela Cooperativa ASCOOB COOPERAR. Adaptado por ARAUJO, A. M.

SILVA, F. P. M. Desenvolvimento Territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia. **Revista Bahia Análise & Dados**. v. 23, n. 3, jul./set., 2013. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/agua/nordeste.pdf>>. Acesso: 10 de mar. 2014.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Aramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SILVEIRA, D.; WANDERLEY, G.M; CUNHA, R.S. **Uma Surpresa no Sertão: A Experiência da APAEB e da COOPERE**. Rio de Janeiro: REDEH, 2005.

SOUZA, J. A. **O trabalho associado em Karl Marx: contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição**. 2008. Dissertação de Mestrado (Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106619/269459.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

STEDILE, J.P; CARVALHO, H.M de. Soberania Alimentar. In: CALDARTE, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

TARDIN, J. M. Cultura Camponesa. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

UFRB. **Parceria entre UFRB e Incra viabiliza curso de Tecnólogo em Agroecologia**. Agência de notícias. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/agencia/administracao/4203-parceria-entre-ufrb-e-incra-viabiliza-curso-de-tecnologo-em-agroecologia>>. Acesso em: 09 de fev. 2016.

VELLOSO, T.R. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no Estado da Bahia**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE.

VERDE, M. C. L. **Estudo de caso: desenvolvimento sustentável da região sisaleira- Valente-Bahia**. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

VILLAS BÓAS, R. L. Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da hegemonia. **REBELA**, v. 1, n. 3, fev. 2012.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA
AGRICULTORES/CAMPONESES**

PERFIL DO COOPERADO

Nome: sexo:

Cooperativa filiada e ano de filiação:

Participa de organização social? Se sim, qual?

Antes de entrar na cooperativa, participava de alguma organização social, qual?

QUESTÕES:

1. Por que se filiou à cooperativa?

2. Já participou, ou participa de atividades promovidas pela cooperativa?

Sim () Não ()

Tipo de atividade:

a) () cursos. Quantas vezes?

Temas tratados e o que você aprendeu?

b) () reuniões. Quantas vezes? Quando?

Temas tratados e o que você aprendeu?

c) () assembleias. Quantas vezes? Quando?

Temas tratados e o que você aprendeu?

3. Houve alguma mudança significativa em sua vida depois de tornar-se sócio da cooperativa de crédito. Qual?

4. A criação das cooperativas de crédito no Território do Sisal tem contribuído para a transformação social dos trabalhadores e das trabalhadoras mais pobres do campo e a construção do desenvolvimento solidário (não capitalista) no meio rural.

Concordo ()

Discordo ()

Concordo em parte ()

Justifique sua resposta (dê exemplos):

5. Você considera que as ações e o relacionamento da cooperativa, com seus cooperados, são diferentes em relação aos bancos e outras cooperativas de crédito da região? Justifique sua resposta (dê exemplo):
6. Quais são os problemas reais encontrados pelos agricultores na região, os conflitos? As cooperativas de crédito têm tratado desses temas, como?
7. Na sua visão, existe diferença da educação feita pelo sindicato rural e outras organizações sociais do campo, que você participa, em relação ao que a cooperativa faz? Se sim, Dê exemplo:
8. Qual o papel da ASCOOB para a transformação social?
9. O que ainda precisa ser feito pelo sistema ASCOOB e pela cooperativa de crédito em que você é cooperado, em relação a educação cooperativista?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EDUCADORES, TÉCNICOS E
DIRIGENTES COOPERATIVISTAS**

1. Para que servem as cooperativas de crédito, na sua concepção?
2. Qual a importância da educação para o sistema ASCOOB?
3. Qual seria o conteúdo e a forma ideal de trabalhar a educação na cooperativa? Qual seria o método? Você acha que a ASCOOB está conseguindo fazer isso? Por que?
4. Como a política de educação está estruturada no sistema ASCOOB/ e em quais bases teóricas ela se fundamenta?
5. Na sua origem a ASCOOB buscou se diferenciar do SICOOB por uma questão política de visão de mundo e de desenvolvimento. Em sua opinião, a educação cooperativista do sistema ASCOOB está alinhada com os princípios originários do sistema?
6. No âmbito educativo, que tipo de ação a ASCOOB desenvolveu, nos últimos 2 anos, tendo em vista processos de educação cooperativista para qualificação da sua base social?
7. Nos últimos 02 anos a educação cooperativista fortaleceu processos de formação de sujeitos críticos e participativos, na perspectiva do cooperativismo como instrumento de transformação social e de desenvolvimento solidário (não capitalista) no Território do Sisal.

Concordo ()

Discordo ()

Concordo em parte ()

Justifique sua resposta: _____

8. Quais são os limites e os desafios da educação cooperativista para o sistema asocoob no território do sisal?
9. A ASCOOB participou da caravana da agroecologia, isso significa que o Sistema concorda e deve apoiar a agroecologia, mas se fosse analisar os projetos que a ASCOOB apoia ela está coerente com essa questão?
10. As ações de EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA, nos últimos 5 anos, vêm trazendo grandes contribuições à vida dos camponeses cooperados, no sentido de fortalecer os processos sócio-organizativos e de participação ativa dos agricultores/camponeses como sujeitos de transformação.

Concordo ()

Discordo ()

Concordo em parte ()

Justifique sua resposta: _____

11. Quais são os problemas reais encontrados pelos agricultores na região, os conflitos? As cooperativas de crédito têm tratado desses temas, como?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO REPRESENTANTE DO MOC

QUESTÕES:

1. Qual a sua visão sobre as cooperativas ASCOOB?
2. Você considera viável a ideia da cooperativa de crédito como instrumento de transformação social?
3. As cooperativas ASCOOB desenvolvem ações diferenciadas ou é a mesma coisa dos bancos e das demais cooperativas ligadas aos sistemas tradicionais?